Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA SAÚDE PÚBLICA
Os limites da Saúde como direito social

Rogério Vincent Perito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública
Linha de Pesquisa: Política, Gestão e Saúde
Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes

São Paulo

2017

A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA SAÚDE PÚBLICA
Os limites da Saúde como direito social

Rogério Vincent Perito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Linha de Pesquisa: Política e Gestão em Saúde

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes

São Paulo

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

“Nós estamos aqui pela humanidade!”
Comuna de Paris – 1871

Canto Das Três Raças

Paulo César Pinheiro

*Ninguém ouviu um soluçar de dor
No canto do Brasil.
Um lamento triste sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo e de lá cantou.*

*Negro entoou um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares, onde se refugiou.
Fora a luta dos inconfidentes
Pela quebra das correntes.
Nada adiantou.*

*E de guerra em paz, de paz em guerra,
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar,
Canta de dor.*

*E ecoa noite e dia: é ensurdecedor.
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador...
Esse canto que devia ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar de dor*

Para Heleninha e Arya.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Áquilas Mendes, obrigado por tudo, pela confiança, pelas críticas e pela incansável disposição de lutar sempre.

Às professoras Áurea Ianni e Virgínia Junqueira, pela disposição permanente de debater, por participarem de minha banca de qualificação e pelos procedimentos de pré-banca com preciosas dicas e apontamentos críticos. Ao professor Leonardo Carnut, pela leitura atenta, pelas dicas e apontamentos críticos no processo de pré-banca. Reforço o agradecimento às professoras Áurea, Virgínia e ao professor Leonardo por terem aceitado a participar da banca final.

A toda equipe da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública, sempre atenciosos, cordiais e com disposição de ajudar.

Aos colegas do grupo Saúde, Estado e Capitalismo. Tenham certeza que muito do nosso debate está nesta pesquisa. Não se preocupem! Cada erro desta pesquisa é de minha única e exclusiva responsabilidade. Agradeço apenas pelos acertos.

Aos colegas do grupo de Pesquisa do Pensamento Social em Saúde, obrigado por me acolherem de forma gentil no debate dos nossos clássicos.

Aos companheiros do grupo de estudo Práxis, pelos desafios constantes, pelo debate acalorado e pela certeza de que a prática nutre a teoria.

À Sociedade Marxista-Buarquista: trupe do barulho, *gang* marxista-hegeliana da pesada.

Ao Nicolau, pelos debates, pela revisão e pelos livros indicados!

Ao professor Vito Letizia (*in memoriam!*)!

A toda minha família, avós, pais, irmãos, sobrinhos, cunhados e sogros. Pelo afeto e generosidade.

Especial agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras que financiam a universidade pública, que este estudo possa ajudar de alguma forma na luta histórica pela emancipação daqueles que produzem o mundo e as coisas do mundo.

PERITO, R. V. **A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA SAÚDE PÚBLICA:** Os limites da Saúde como direito social. 2017. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2017.

RESUMO

Entre o período do pós-guerra e a crise econômica dos anos 1970 foi possível a constituição de generosos modelos de sistemas de saúde universal; a própria ideia de saúde como direito social ganhava mentes e corações. No entanto, as saídas adotadas a partir da crise dos anos 1970 vêm promovendo um verdadeiro *blitzkrieg* liberal e privatizante. Desta forma, os sistemas de saúde universal e a própria ideia de saúde como direito social sofrem um verdadeiro ataque no capitalismo com hegemonia do capital portador de juros. A apropriação de nosso objeto possui como ponto de partida a manifestação em seu nível mais alto de abstração. Desta forma obtivemos uma análise a partir das relações sociais de produção e de troca no espaço da saúde e dos sistemas de saúde universal. Iniciamos pela forma manifesta na unidade contraditória de valor de uso e valor, a partir da forma-mercadoria, seguida pelo mediador geral universal de relações sociais, pela forma dinheiro, e pelo valor que se valoriza, a forma capital. No campo do concreto pensado, está pesquisa demonstrou que o mercado e o Estado não são espaços seguros para a realização da saúde e para o financiamento dos sistemas de saúde universal.

Palavras-chave: Saúde Pública, Direito social, Saúde e Capitalismo, Crítica da Economia Política, Sistemas de Saúde.

PERITO, R. V. **CRITIQUE OF THE POLITICAL ECONOMY OF PUBLIC HEALTH**: The limits of Health as a social right. 2017. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

Between the postwar period and the economic crisis of the 1970s it was possible to build generous models of universal health systems; the very idea of health as a social right gained minds and hearts. However, the alternatives adopted since the crisis of the 1970s have been promoting a liberal and privatizing blitzkrieg. In this way, universal public health systems and the very idea of health as a social right undergo an attack on capitalism with hegemony of interest-bearing capital. The appropriation of our object has as its starting point the manifestation at its highest level of abstraction. Thus we obtained an analysis from the social relations of production and exchange in the space of health and universal health systems. We begin by manifest form in the contradictory unity of use-value and value, from the commodity form, followed by the universal general mediator of social relations, by the form money, and by the value that is valued, the capital form. In the field of concrete thought, this research has shown that the market and the state are not safe spaces for the realization of health and for the financing of universal public health systems.

Key-word: Public Health, Social right, Health and Capitalism, Critique of Political Economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ENTRE A SAÚDE CONCRETA E A SAÚDE ABSTRATA: A SAÚDE COMO RELAÇÃO SOCIAL	7
1.1 Introdução	7
1.2 O que é saúde abstrata?	10
1.3 A lógica da Forma Mercadoria	16
1.4 O duplo caráter do trabalho	18
1.5 As argúcias metafísicas da mercadoria	22
1.6 A gênese do dinheiro em Marx	25
1.6.1 Dinheiro – a medida do valor	29
1.6.2 Metabolismo social – meio de circulação.....	33
1.6.3 O ciclo da mercadoria – o curso do dinheiro.....	35
1.6.4 Dinheiro-moeda: expressão de valor	39
1.6.5 Dinheiro – tesouro	40
1.6.6 Dinheiro mundial – o dinheiro na forma plena de mercadoria.....	42
1.7 Saúde abstrata e Sofrimento	44
2 A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO: O MERCADO COMO LIMITE DA SAÚDE	49
2.1 Introdução	49
2.2 A lei tendencial da queda da taxa de lucro: A hipótese de Karl Marx	55
2.2.1 Contradições do movimento da lei e as causas contrariantes	61
2.2.2 Elevação do grau de exploração do trabalho.....	61
2.2.3 Compressão do salário abaixo de seu valor	63
2.2.4 Barateamento dos elementos do capital constante	63
2.2.5 Superpopulação relativa	64
2.2.6 Comércio Exterior	65
2.2.7 Aumento do capital por ações	65
2.3 Capital portador de juros e capital fictício	67
2.4 A hipótese da queda da taxa de lucro no centro do capitalismo hodierno.	72
2.5 Do Estado-social à tirania financeira: O Estado de Exceção como a regra	78
3 A FORMA POLÍTICA DERIVADA DO CAPITAL: O ESTADO COMO LIMITE DA SAÚDE	88
3.1 Introdução	88
3.2 A forma política da sociedade capitalista e a Saúde: O Bem-Estar para além do Estado	91
3.3 A Acumulação Capitalista, a história do Capital e o processo de formação dos Estados-nacionais na periferia do mundo.	96
3.4 Ilusões dos defensores da saúde pública no movimento do capital e na sua forma política	108
4 CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

INTRODUÇÃO

A saúde é quando ter esperança é permitido.
(DEJOURS, 1984.)

Esta pesquisa pretende dialogar com os profissionais da saúde, com militantes, intelectuais e todos aqueles que ainda apostam na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Este projeto pretende somar forças no campo teórico-conceitual que assume a defesa incondicional da saúde como um direito social inegociável. Desta forma, os movimentos sociais de saúde que levantam a generosa bandeira de que “Saúde não é mercadoria!” são nosso principal interlocutor. No entanto, o desafio de nossa pesquisa é trilhar um caminho que harmonize a ideia de que a saúde repousa no corpo (CANGUILHEM, 2009; DEJOURS, 1984), mas quando ingressa na esteira de produção e das trocas sociais, no reino do capital, adquire uma forma específica que se torna permutável por qualquer outra mercadoria produzida. Seja por meio do cuidado sob consumo individual (DONNANGELO & PEREIRA, 1976) ou mesmo quando assume a forma de Sistemas de Saúde, uma ideia mais complexa que agrega um conjunto de políticas públicas (três tipos se destacam no mundo: seguridade social, seguro social e a assistência (PAIM, 2016, P.18), procuraremos demonstrar que a relação social do capital subsumiu a forma de organização do espaço e do conceito de saúde. Logo, o espaço organizado pela trama social do capital se torna um lugar hostil ao humano, torna-se um espaço com centralidade da produção de valor, um espaço nutrido pelo sofrimento¹ da mulher e do homem que trabalham. Desta forma, levantar a bandeira que “Saúde não é mercadoria!” é colocar a vontade subjetiva na frente da condição objetiva². Entrementes, o

¹ Para Dejours a normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual ou coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de “normalidade sofrente”, sendo pois a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela “interiorização” da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho (DEJOURS, 1999, p. 36).

² Nas Aventuras da Mercadoria, Jappe diz: O mundo não é uma mercadoria parece testemunhar uma preocupação menos superficial. No entanto, todos aqueles que repetem este slogan parecem

atual movimento do capital, com hegemonia da sua forma portadora de juros, por um lado vem impondo constrangimentos ao seu financiamento (MENDES, 2012, P. 70) e, por outro lado, aprofunda a lógica da mercadoria, que impõe a forma-dinheiro como o passaporte para poder acessar os serviços de saúde.

Nesta pesquisa trilharemos três dimensões que procurarão demonstrar a peculiaridade do momento histórico em que foi possível constituir sistemas de saúde universal, mesmo sob a égide do controle social do capital:

1 – A saúde como uma relação social sob as relações sociais de produção orientadas à acumulação de capital, determinada pela santa trindade do modo de produção capitalista: a forma-mercadoria, a forma-dinheiro e a forma-capital. A partir d'O *Capital*, de Karl Marx, procuraremos harmonizar uma leitura da obra considerando a saúde e o sofrimento do corpo que trabalha, do corpo que objetiva trabalho abstrato.

2 – Nossa segunda dimensão será o debate dos limites da saúde sob a lógica do mercado. A partir da hipótese marxiana da lei tendencial da queda da taxa de lucro, tentaremos demonstrar que todas as dimensões para a garantia da saúde³ são possíveis desde que não comprometam o movimento do valor que se valoriza: a realização da taxa de lucro. Em outras palavras, não se trata de dizer que saúde não é mercadoria, trata-se demonstrar que o modo de produção capitalista faz mal à saúde, trata-se de romper com qualquer ilusão de uma nostalgia keynesiana de constituição de um pacto social que permita novos experimentos do sistema de saúde universal.

interpretá-lo sobretudo no sentido de que certas coisas como a cultura, o corpo humano, os recursos naturais ou as capacidades profissionais não são coisas que possam simplesmente ser reduzidas a objeto de compra e venda, não devendo portanto estar submetidas ao poder único do dinheiro. Uma tal interpretação releva da esfera dos bons sentimentos e não pode substituir-se a uma efetiva análise da sociedade que produz os monstros que se pretende exorcizar. Gritar que o que se passa é um escândalo porque tudo se tornou vendável não é propriamente uma atitude nova e, na melhor das hipóteses, o resultado é expulsar os vendilhões do Templo para vê-los instalarem-se no passeio do outro lado da rua. Uma crítica puramente moral, que recomenda que não se submeta tudo ao dinheiro e que se pense também no resto, não pode ir muito longe: acaba por assemelhar-se aos discursos solenes do presidente da República e das «comissões de ética» (JAPPE, 2006, P. 7/8).

³ Diz o Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde: No seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, Lazer, Liberdade, acesso e posse da terra e acesso a Serviços de Saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (1988, P. 04).

3 – Por último, debateremos os limites da saúde na forma-política do capital, no ente Estado. Procuraremos demonstrar que a participação popular⁴, tão cara para os defensores dos sistemas de saúde universal, está para além do estatismo vulgar.

Assim, a importância desta pesquisa é retomar os princípios do Relatório Final da Oitava Conferência Nacional de Saúde⁵, mas sob a luz do projeto de crítica da economia política da saúde. Sob uma leitura que procure o desenvolvimento teórico e conceitual rigoroso, que compreenda que mesmo no campo crítico da saúde será preciso reposicionar o Marx exotérico, como o teorizador da modernidade, como um representante das luzes que queria aperfeiçoar a sociedade industrial do trabalho, sob direção do proletariado, porém, existe um segundo Marx que precisa ser descoberto no campo da produção teórica da saúde, um Marx esotérico cuja crítica das categorias de base visa mais além do que a civilização capitalista (JAPPE, 2006).

Nossa pesquisa consistirá em revisão bibliográfica, conformando uma contribuição de natureza essencialmente teórica. Nosso processo metodológico procurará sistematizar a produção crítica na fronteira do conhecimento, à luz da economia política marxista. Tentou-se nesta pesquisa trazer uma plêiade de autores que analisam a nova forma de ser do modo de produção capitalista, uma forma plasmada que, a partir da crise dos anos 1970, em nome da retomada da taxa de lucro, constituiu uma dinâmica de acumulação em que os velhos gestores e representantes do Capital lançam seus clérigos neoliberais em uma cruzada pró-mercado; uma cruzada que penalizava qualquer vestígio do Estado social, em que qualquer defensor do arcabouço dos direitos universais recebe o carimbo de irresponsabilidade fiscal; um movimento em que, em nome da eficiência, a solidariedade foi substituída pela meritocracia e a sociedade salarial pelo empreendedorismo. A nossa questão é refletir sobre o lugar da saúde como direito social nesta “nova” *forma de ser do modo de produção capitalista*.

⁴ Diz o Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde: Estimular a participação da população organizada nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o controle social sobre as ações do Estado (1988, P. 08).

⁵ Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf

Utilizamos nesta pesquisa autores que desenvolvem uma caracterização da crise dos anos 1970 e uma análise da nova dinâmica de acumulação de capital (DÚMENIL e LÉVY, 2014; KLIMAN, 2011; CHESNAIS, 2005; HARVEY, 2003; FITOUSSI, 2000).

A primeira parte de nosso estudo procurará demonstrar os limites da realização da saúde enquanto a santa trindade do capitalismo (Mercadoria-Dinheiro-Capital) ditar a forma econômica e social da produção e da troca. Nesta parte, será trabalhada uma estrutura conceitual que localize a saúde no modo de produção capitalista, posto que se trata de uma mercadoria especial. O objetivo da primeira parte da pesquisa será desvendar o duplo caráter da saúde (saúde concreta e saúde abstrata) no tempo histórico em que o capital delega à humanidade o simples papel de coadjuvante na produção social da vida. Por meio da leitura de Dejours (1984) reposicionaremos a saúde como parte constitutiva da única força produtiva capaz de produzir mais-valor, demonstraremos que sofrimento desmedido e saúde não coexistem na mesma forma social. Em seguida, por meio d'O *Capital*, de Marx, e da leitura de autores clássicos e contemporâneos que colaboram a desenvolver uma abordagem crítica no campo da crítica da economia política (ENGELS, 2015; POSTONE, 2014; HEGEL, 2011; MÉSZÁROS, 2002; PAULANI&ROTTA, 2000; DEJOURS, RUBIN, 1987 et. ali.), tentaremos localizar a saúde na esteira das relações sociais do capital.

A segunda parte de nossa pesquisa desenvolve a hipótese de que o esgotamento do “pacto keynesiano” e do Estado social, localizado no capitalismo central europeu, deve-se a um processo operado pela lei tendencial da queda da taxa de lucro. Neste cenário em que se configurou um ajuste de forças sociais para a garantia de uma nova dinâmica de acumulação capitalista, o modo de produção capitalista apostou em um movimento que pretende recuperar o ritmo de acumulação de capital a partir de ataques contra direitos sociais e trabalhistas. Neste sentido, movimentos como o de privatização e de aprofundamento da mercantilização da saúde possuem um caráter estratégico: trata-se de libertar o sistema de saúde da lógica do direito social para subsumi-lo à oferta dos sistemas sob a lógica da forma mercadoria. Este processo faz parte do movimento do capital seguindo dialeticamente a implementação das contra-tendências à lei tendencial da queda da taxa de lucro. Desta forma, a nossa hipótese é que lógica de organização do mercado é o primeiro grande limite para a realização da saúde

como direito social. Para desenvolver esta reflexão, empregamos autores que desenvolvem uma leitura crítica do movimento do capital entre o século XX e uma análise do capital em seu movimento hodierno (LUXEMBURGO, 2011; HOBSEBAWN, 2001; CHESNAIS, 2006 et. al.; CHOMSKY, 2014; LETIZIA, 2012; HARVEY, 2003 et. al.; MENDES, 2012; KLIMAN, 2011 et. al.; ROSDOLSKY, 2001 et. ali.).

Tentaremos demonstrar que tanto o estado-social quanto a tirania financeira são as duas faces da mesma moeda do capital. Como se os representantes e gestores do Capital pudessem ceder um benefício aqui e acolá (mesmo que esse benefício fosse um *National Health System* ou o nosso SUS), nos momentos de ascensão dos trabalhadores (a exemplo do fim da Segunda Grande Guerra), em troca da manutenção do processo de acumulação de capital e da produção de valor.

Em nossa última parte, demonstraremos os limites de realização da saúde concreta impostos pela forma-Estado. Em outras palavras, apontaremos os limites da liberdade política para a realização da saúde concreta, pois a forma-Estado funciona como o capitalista ideal que aliena o poder nas diversas dimensões da vida, inclusive na garantia de sistemas de saúde universal. Ou seja, pretende-se demonstrar como a forma-Estado deriva, essencialmente, do movimento do próprio capital e, por si só, torna-se um entrave à participação popular e ao aprofundamento da experiência democrática, um dos principais objetivos do relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Para isso, propõe-se a leitura e a sistematização de autores que desenvolvem uma crítica imanente das categorias políticas e das políticas de saúde, assim neste capítulo dialogamos com ENGELS, 2015; BARATA, 2016; CALDAS, 2015; CZERESNIA & et. al. 2016; entre outros.

Desta forma, nosso estudo foi organizado em três capítulos, no primeiro, *Entre A Saúde Concreta e a Saúde Abstrata: A Saúde Como Relação Social*, foram organizadas seções que localizam a saúde como uma relação social a partir da forma-mercadoria, do dinheiro e do capital. No segundo capítulo, *A Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro: O Mercado Como Limite Da Saúde*, desenvolvemos seções para localizar o impacto da desarticulação do “pacto keynesiano” e como os imperativos de mercado impõem um verdadeiro entrave para a realização plena da saúde. Em nosso último capítulo, *A Forma Política*

Derivada do Capital: O Estado Como Limite da Saúde, desenvolvemos a crítica do capital em sua forma política, o Estado, e demonstraremos como a forma política do capital se torna o segundo limite de realização da saúde.

Se, ao final desta dissertação, conseguirmos demonstrar que a realização da saúde está para além do Capital e para além da forma-Estado, no campo teórico-conceitual, esta pesquisa será bem-sucedida.

1 ENTRE A SAÚDE CONCRETA E A SAÚDE ABSTRATA: A SAÚDE COMO RELAÇÃO SOCIAL

1.1 Introdução

Apresentam-se nesta seção duas hipóteses sobre o lugar da saúde e o papel dos sistemas de saúde no modo de produção capitalista. Nossa primeira hipótese é que os sistemas de saúde universal, nos Estados onde reina o “moderno sistema produtor de mercadorias”, é uma estratégia biopolítica de controle demográfico, assim como Donnangelo & Pereira (1976) demonstraram a articulação da medicina com a sociedade capitalista. No limite, nossa aposta é que se trata de uma estratégia no controle da ausência de doença que comprometa a produção de valor, mesmo que a mulher e o homem que trabalham coexistam com o sofrimento. Sobretudo quando se fala das classes laborais, setor social responsável pela objetivação de trabalho abstrato na *“enorme coleção de mercadorias”, riqueza onde reina o modo de produção capitalista* (MARX, 2013. P113). Esta hipótese é um desdobramento da leitura de Foucault sobre o nascimento da medicina social, uma hipótese que colaborará em pensar o lugar e o arranjo categorial da saúde neste modo de produção da vida humana:

Minha hipótese [diz Foucault] é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2001. P. 80)

Porém, para se pensar nestes termos, esta seção desenvolve o caminho da expressão da unidade contraditória entre a saúde concreta e a saúde abstrata, nossa segunda hipótese. Aqui não se pretende desenvolver uma hermenêutica da saúde em uma lógica de humanização, também não se pretende pensar em uma epistemologia crítica para a epidemiologia como Ayres (1993,2007) e Breilh (2006) apresentam de forma rigorosa e comprometida com uma saúde emancipada. Tampouco temos a pretensão de desenvolver possíveis respostas para “O que é Saúde?”, como Almeida-Filho (2011) desenvolve com cuidado

apaixonado em seu conhecido texto. Pretendemos desenvolver logicamente o lugar da saúde como parte constitutiva do modo de produção capitalista, explicitando qual saúde compõe a estratégia biopolítica do capital.

Neste sentido, *a priori*, têm-se dois desafios: o primeiro é fugir da cômoda armadilha que emprega uma estratégia analítica que prefigure uma “ontologia da saúde”⁶. Embora, seja preciso considerar que esta estratégia analítica permitiria realizar uma análise normativa, ou moralista, dos dilemas econômicos que a oferta dos sistemas de “saúde” enfrenta em seu cotidiano, na fase histórica que predomina o modo de produção capitalista, na tensão da oferta da saúde pública em uma forma histórica em que a acumulação de riquezas é privada. No entanto, optar pelo caminho de uma ontologia da saúde implicaria não distinguir qualitativamente a saúde/medicina em experiências não capitalistas⁷, por exemplo, e a saúde operada pela lógica da forma mercadoria, subsumida pela forma valor, que tudo se transforma em algo genericamente social. Ou seja, na forma social do capital tanto a saúde, a prática ou os sistemas são determinadas quantidades de valor permutáveis por outras quantidades de valor objetivadas em outras mercadorias, inclusive pela mercadoria dinheiro, que no limite promove

⁶ Ontologia da Saúde como se pudesse existir uma ideia de saúde transcendental, um estudo da saúde enquanto um ente que permanece de forma trans-histórica.

⁷ Neste caso específico trabalhamos com a dupla de saúde e medicina, pois, segundo Madel, a palavra Saúde é mais nova que medicina, uma vez que o primeiro registro do vocábulo saúde foi no século XIII (1204) (MADEL, 2009).

Retomar a periodização de Arouca nos ajuda a pensar a evolução em escala histórica, mas não se trata de continuidade sem profundas e radicais revoluções científicas e sociais que vão moldando e determinando as formas sociais da medicina, diz Arouca: Assim, quando, em contato inicial, identificamos as condutas preventivas com a medicina preventiva, podemos encontrar as origens daquelas em remotos tempos históricos, pois elas acompanharam a evolução da própria medicina. Nas civilizações primitivas, onde a medicina era religiosa e mágica, a prevenção da ocorrência de enfermidades estava naturalmente ligada a um mundo sobrenatural, constituído de deuses e espíritos. De consequência, “o médico primitivo usava procedimentos sobrenaturais para o diagnóstico e cerimônias médico-religiosas para o tratamento” (SAN MARTIN, 1968). A medicina egípcia, por exemplo, possuía conhecimentos sobre a inoculação humana contra a varíola, a associação entre a peste bubônica e ratos, bem como um adequado sistema de proteção à infância (LEFF, 1953). A medicina grega, com Hipócrates, para citarmos outro exemplo, levava em consideração, na determinação das doenças, o clima, a alimentação e as águas; e, ao passo que privilegiava a visão holística do ser humano, criticava a escola médica de Cnidos, que se concentrava sobre o órgão afetado pela doença. Poderíamos continuar investigando, na história da medicina, a história das condutas preventivas; seria interessante seguir sua evolução através da medicina romana com suas obras sanitárias, das prescrições preventivas existentes em documentos religiosos – como a Bíblia e o Alcorão –; e, prosseguindo, poderíamos adentrar pela medicina das espécies até o nascimento da clínica, atingindo o interior da medicina microbiana do século passado. Todavia, sem desprezar esse importante aspecto, preferimos partir da premissa de que a história das ciências é, basicamente, a história das ideias e de que estas encontram sua especificidade na relação que possuem com a estrutura social que as gerou e permitiu seu aparecimento (AROUCA, 1975, P. 8). Verbetes de Madel disponível em Dicionário da Educação Profissional em Saúde: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sau.html>

uma verdadeira tensão nos gastos públicos dos Estados capitalistas contemporâneos.

Sendo assim, este capítulo será organizado para demonstrar os limites da realização da saúde enquanto a santa trindade do capitalismo (mercadoria-dinheiro-capital) ditar a forma econômica e social da produção e da troca. Para isso, o primeiro passo será refletir sobre o que é saúde abstrata? Em seguida, desvendar A Lógica da Forma Mercadoria, na seção 1.3 desenvolvemos o que consiste em produzir mercadoria, o duplo aspecto da mercadoria e sua substância trabalho que garante a permutabilidade de itens qualitativamente distintos, mas quantitativamente comparáveis. Em seguida, na seção 1.4 procuramos pensar no trabalho produtor de mercadoria, em outras palavras, desenvolve-se o caminho do duplo caráter do trabalho. Na seção 1.5 foi desenvolvido o segredo da mercadoria, a mercadoria como uma forma objetiva fora do olho ou a mercadoria como uma relação social, o que são As Argúcias metafísicas da mercadoria? A seção 1.6 traz para este trabalho o debate da troca e da Forma Dinheiro n'O Capital, de Karl Marx. Esta seção exigiu um pouco mais de fôlego e nos obrigou a desenvolver subseções para explorar o nexó lógico do Dinheiro no capital, entre as subseções 1.6.1 até 1.6.6 foram traçadas as linhas gerais da forma Dinheiro no *magnus opus* de Marx. Na seção de 1.7 foi debatido o sentido lógico e histórico do Capital, procurou-se sistematizar como *o valor em movimento* busca incessantemente espaços para a realização do processo de acumulação de capital, como o seu movimento, desde sua acumulação primitiva, emprega violência em seu desenvolvimento histórico e a contradição de uma forma social que desenvolve e aprofunda a produção social marcada pelo sofrimento e pelo controle social que está *gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo* (MARX, 2012. P. 787). Por último, a seção 1.8, onde se pretende apresentar uma breve conclusão deste capítulo e alinhar os limites da saúde na forma social organizada sob os alicerces da mercadoria, do dinheiro e do capital. No lugar onde o corpo que trabalha sofre no mundo da “banalidade do mal” produzido pelo processo ininterrupto de valorização do capital.

1.2 O que é saúde abstrata?

Donnangelo & Pereira (1976) quando apresentam seu primeiro capítulo destacam que a ideia básica de sua investigação são as relações da medicina com a estrutura econômica e com a estrutura político ideológica das sociedades em que domina a produção capitalista, eles observam que a prática médica participa da reprodução dessas estruturas por meio da manutenção da força de trabalho e no controle das tensões e antagonismos sociais. Seguindo esta tradição, este estudo procura as determinações das formas mercadoria, dinheiro e capital no campo da saúde. Desta forma, a saúde quando se objetiva em cuidado médico ou em serviço de saúde em geral, por exemplo, quando se coloca no campo das relações sociais de produção e da troca, uma lógica inicia a operacionalização desta prática, a lógica da forma mercadoria, no reino da troca (o mercado), será preciso observar que se trata de uma unidade contraditória de valor e valor de uso particular: de valor, pois é permutável por qualquer outra mercadoria no mundo das trocas do capital; de valor de uso particular, pois se trata de uma mercadoria com um valor de uso que *participa ainda da determinação do valor histórico da força de trabalho* (DONNANGELO & PEREIRA, 1976. P.34). Tomemos o exemplo do cuidado médico sob a forma de consumo individual, dizem Donnangelo & Pereira:

A extensão mais marcada do cuidado médico sob a forma de consumo individual diz respeito, propriamente, à estrutura de produção de serviços já no século XX, quando na maior parte das sociedades capitalistas desenvolveram-se os esquemas de seguro-social como mecanismos institucionalizados pelo Estado sob as condições do capitalismo monopolista. Entretanto, a instauração do seguro-social e, com ele, da extensão do consumo médico, constitui um momento adiantado de um processo cujas origens são mais remotas e já revelam, sob outras facetas, a especificidade do papel assumido pela medicina na estrutura social capitalista. Em outros termos, a tendência à extensão social da prática médica embora se revista atualmente de formas institucionais específicas e se expresse no aumento das possibilidades de consumo individual de serviços responde em sua generalidade, também sob outras formas, e em distintas circunstâncias, a condições relacionadas ao processo de acumulação do capital ou, ainda, à necessária subordinação do trabalho ao capital em condições as mais adequadas possíveis à obtenção e apropriação da mais-valia. Antes de considerar algumas das situações históricas através das quais se configurou a medicalização, pode-se tentar sistematizar, em algum grau, as formas de participação da medicina na reprodução social através da reprodução da força de trabalho e das relações de produção, ou relações de classe, sem que se vise distinguir, a não ser analiticamente, esses dois aspectos de sua articulação na estrutura social (DONNANGELO & PEREIRA, 1976. P.34).

Nossa estrutura conceitual entende que localizar a saúde no modo de produção capitalista, sob a lógica da forma mercadoria (ver a seção 1.3 deste trabalho), entendendo que a saúde é uma mercadoria especial, conforme apresentada no parágrafo anterior, implicaria apresentar a argumentação em um diagrama que facilitará o nosso movimento lógico:

Figura 1 – Movimento lógico da saúde no modo de produção capitalista

Fonte: Diagrama inspirado no modelo de HARVEY (2013).

Este movimento lógico da saúde não expressa apenas uma abstração teórico conceitual. Ele procura as tensões que a saúde enfrenta na moderna sociedade produtora de mercadorias, o caminho contraditório entre a saúde concreta e a saúde abstrata que parte da organização social em que todas as relações de troca são mediadas pela forma dinheiro. A saúde neste mundo, do valor que se valoriza, possui um duplo caráter, uma dimensão social e uma dimensão biológica. Todavia, no mercado da saúde, não encontraremos prateleiras ofertando a saúde concreta ou a saúde abstrata, assim como não encontramos mercados de valores de troca ou valores de uso. Trata-se de perceber que a saúde possui uma dimensão de relação social determinada historicamente e que determina aspectos biológicos, assim como aspectos biológicos determinam desafios científicos com forte impacto nas novas determinações sociais, um jogo dialético de co-determinação de oposições transformadas em unidade - da saúde como unidade contraditória. Outro aspecto a ser considerado, na sociedade da produção de mais-valor, o corpo possui uma

saúde que reside em si mesmo, mas, a saúde externa ao corpo é uma necessidade social de se manter o corpo capaz de produzir valor, manter o corpo são para o reino do valor em movimento. Assim aparece o duplo caráter da saúde, a saúde concreta e a saúde abstrata. Canguilhem nos lembra do frontispício do tomo VI da *Encyclopédie française, 'l'Être humain'*, nele a saúde é representada sob a forma de um atleta, lançador de peso. A saúde na sociedade da mercadoria foi transformada em uma norma de consumo e posse, diz Canguilhem:

A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais. Daí a sedução que a imagem do atleta exerce ainda hoje sobre nossas mentes, sedução esta da qual o gosto atual por um esporte racionalizado nos parece uma aflitiva caricatura (CANGUILHEM, 2009, p. 79/80).

Desta forma o se manter “saudável” na sociedade do trabalho abstrato é se manter apto ao ingresso na racionalidade abstrata do trabalho, o trabalhador é um Sísifo na valorização do capital. Segundo Dejours (1999) esse ingresso é, per si, motivo de sofrimento, uma vez que a forma do trabalho é marcada pela privação da subjetividade e transforma o humano em vítima de seu próprio esforço laboral.

O segundo desafio é definir o conceito de saúde⁸, distanciando-se da estrutura conceitual que pensa a saúde como uma forma ideal. Poderíamos cair na armadilha do caminho fácil e pensar a definição de “saúde” a partir da famosa proposição da Organização Mundial de Saúde (OMS), que a define como “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades*” (WHO, 1946). No entanto, propõe-se repensar esta definição a partir da palestra proferida pelo Dr. Christophe Dejours, em outubro de 1982, para metalúrgicos, da *Confédération Générale du Travail* (CGT), sobre questões de saúde e condições de trabalho. Segundo Dejours, a proposição da OMS pode ser considerada como um estado ideal, concretamente inatingível, uma mera ficção ou ilusão, alguma coisa que não se sabe muito bem no que consiste, *mas sobre a qual se tem esperanças* (DEJOURS, 1984). Para ele, a saúde é um fim, um objetivo a ser atingido, e com o atual acúmulo de

⁸ Arouca quando se debruça sobre o conceito de Saúde/Doença, em sua brilhante tese, ele nos lembra que “os conceitos de saúde e doença, normal e patológico, não é o espaço da prática médica, mas sim o da ciência médica e de uma epistemologia da medicina. Trata-se de perguntar por que tipo de necessidade por que tipo de necessidade discursiva estes conceitos aparecem no pós-guerra com a definição da Organização mundial de Saúde e ocupam um ponto central no discurso preventivista (AROUCA, 1975, p.111) .

experiências e novos conhecimentos seria necessário redefinir tal conceito. Entrementes, Dejours considera três elementos para reposicionar a categoria saúde: i) a Fisiologia, ii) a Psicossomática e a iii) Psicopatologia do Trabalho. Não pretendemos entrar no debate específico, pois se trata de uma pesquisa no campo da crítica da economia política da saúde, todavia é imprescindível compreender que, no modo de produção capitalista, o limite do corpo humano é o limite da extração de valor, substância da forma mercadoria.

- **O limite fisiológico:** movimentos repetitivos no processo produtivo ou no aparecimento de doenças ergonômicas etc.
- **O limite das doenças psicossomáticas:** a relação entre o trabalho e o estresse, a materialização corporal de problemas psicológicos (alergias, dermatites, patologias digestivas, ansiedade, depressão etc.) implica reconhecer que o humano é um ser multidimensional, o humano enquanto uno que congrega aspectos biológicos, psicológicos e sociais.
- **O limite da psicopatologia do trabalho:** elementos como o acesso ou o não acesso ao trabalho (**emprego ou desemprego**), a relação do funcionamento psíquico e a vida mental dos trabalhadores passa pela forma como se **organiza o trabalho**, pelas **condições do trabalho** (condições físicas, químicas e biológicas), o conteúdo **da divisão das tarefas**, o seu modo operatório e a própria **divisão dos homens** no processo produtivo. Trata-se do conteúdo das tarefas e das relações entre os homens (DEJOURS, 1984).

Assim, constata-se que a única força produtiva capaz de produzir o mais-valor possui limites objetivos em seu corpo, limites *no complexo [inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit]* (MARX, 2013. P.242). As articulações do binômio saúde-doença, ou mais precisamente, o limite tênue entre o estar e o não estar doente operam na relação da humanidade com a produção da riqueza social, portanto, o processo capitalista de produção material da vida humana impõe um limite ao movimento do corpo que trabalha: a possibilidade do adoecer. O primeiro limite da extração de valor relacionado ao

corpo do trabalhador é o próprio limite da jornada de trabalho. Deve-se lembrar de Marx, sobre o limite máximo da jornada de trabalho:

A jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações (MARX, 2013. P.306).

Por outro lado, Dejours chama a atenção de que existem atividades laborais *cujo conteúdo é justamente um meio de equilíbrio*. Ou seja, para ele **não se trata de iniciar uma cruzada contra a forma trabalho em si**, pelo contrário, *ele oferece campo de ação, um terreno privilegiado para que o trabalhador concretize suas aspirações, suas ideias e seus desejos*. Porém, isso só é possível quando o trabalho é livremente escolhido, quando a organização é adaptável aos seus desejos, às necessidades de seu corpo e às variações de seu estado de espírito. Em outras palavras, para Dejours o conceito de saúde repousa justamente na qualidade do acesso ao trabalho e na variação da jornada de trabalho. Parece-nos que Dejours nos ajuda a desenvolver uma crítica que supere qualquer corte ontológico da saúde quando defende o exercício da *liberdade de regular as variações que aparecem no estado do organismo* (DEJOURS, 1984). No entanto, o autor desenvolve a relação saúde-trabalho a partir de uma ontologia do trabalho quando trata o trabalho, a nosso ver, como uma categoria trans-histórica, pois para ele: a categoria trabalho no modo de produção capitalista não aparece em seu texto como algo qualitativamente particular ao próprio modo de produção. Ou seja, o autor preconiza uma organização do trabalho livre, cujos limites da jornada, do modo operatório, das condições físicas e da divisão entre as mulheres e homens trabalhadores respeitem os limites do corpo. Todavia, Dejours não problematiza a forma trabalho no modo de produção capitalista. Pois, enquanto existir a forma valor regulando as relações de produção. A forma

mercadoria como lógica de organização das trocas sociais. A forma dinheiro como equivalente geral universal governando o reino da troca. E o capital que exige grandes sacrifícios sociais em nome do processo de acumulação, será possível existir esta forma de trabalho livre que permita a realização da saúde? Em suma, lembremos a tirania do tempo abstrato sobre a vida das massas trabalhadoras, diz Marx pra quem é o tempo livre na sociedade capitalista:

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo tempo de vida das massas em tempo de trabalho. (MARX, 2013. P.597)

Na contramão do controle social do trabalho sobre a humanidade conforme Marx apresenta anteriormente, Dejours aponta que a possibilidade de realização da saúde é o corpo possuir a liberdade de satisfazer a demanda do dia, por exemplo, comer quando existir fome, dormir quando o corpo apresentar sono ou cansaço. Dejours arrisca a definir a saúde como a condição em que **cada homem, mulher ou criança possua meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social** (DEJOURS, 1984). Assim, é preciso alertar que saúde enquanto conceito a ser desenvolvido torna-se meta a ser atingida ou, na melhor das hipóteses, uma condição humana efetiva em um devir social distinto do estar sendo em que existe o predomínio do tempo abstrato, o predomínio do tempo “socialmente necessário” para a produção de mercadorias, do tempo como parte da dominação social que subjuga o corpo e a alma do homem, da mulher ou da criança expostos ao processo produtivo da própria vida no modo de produção capitalista. Assim também é preciso realizar uma crítica da forma trabalho no modo de produção capitalista subsumindo a vida.

Canguilhem quando debate “Doença, Cura e Saúde” nos lembra de que, *em matérias de normas biológicas, sempre o indivíduo que devemos tomar como ponto de referência* (CANGUILHEM, 2009, P.71). Ou seja, a saúde ou a doença não possui uma abordagem transindividual, mas, justamente o contrário. Para o

autor a fronteira entre o normal e o patológico só é possível ser traçada a partir do indivíduo, não por parâmetros estatísticos, *externos e coercitivos*. Enquanto que a produção da vida humana no modo de produção capitalista é impessoal, é transindividual, é padronizada e estandardizada. Assim, a saúde se coloca como saúde abstrata, a saúde do trabalho que objetiva valor, não é a saúde enquanto conquista humana, saúde concreta do humano, mas saúde enquanto manutenção do trabalho como uma força produtiva capaz de produzir mais-valor, como força produtiva que objetiva a substância do valor, o trabalho abstrato. Assim o trabalhador é igualado, desconsiderando a objetivação qualitativa do trabalho e sua própria subjetividade de humano que trabalho, apenas o mero quantum (quantidade) de trabalho abstrato objetivado na mercadoria. Ou seja, na produção capitalista a forma do trabalho assalariado torna-se um verdadeiro entrave para a realização da saúde enquanto saúde concreta. *O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral* (MARX, 2012. P.80). Neste sentido, a saúde concreta está além do capital, afinal, é possível coexistir saúde e sofrimento?

1.3 A lógica da Forma Mercadoria

Através de suas qualidades a mercadoria satisfaz desejos do espírito e do físico humano. Diretamente, a mercadoria atende a necessidades de subsistência, indiretamente, como meio de produção. Toda mercadoria deve ser entendida e analisada por um duplo aspecto:

Toda coisa útil como ferro, papel etc., deve ser considerada sob duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade. Cada uma dessas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico (MARX, 2013,P. 113).

Cada mercadoria possui um valor de uso determinado pelas suas qualidades e suas particularidades corporais, o que independe se a utilidade de cada bem custa muito ou pouco trabalho humano. A realização do valor de uso se

dá no consumo do mesmo, e este valor de uso é a composição objetiva da riqueza material, seja qual for a forma social desta mesma riqueza social.

É preciso que exista permutabilidade ou igualdade entre as diversas mercadorias para existir a troca. Logo, o valor de troca de uma mercadoria expressa uma relação de igualdade entre objetos distintos: se a mercadoria X é permutável por uma mercadoria Y é porque existe algo em comum entre X e Y, eis aí uma terceira forma para igualar ambas as mercadorias – diz Marx – *Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias* (Marx, 2013,P.115.).Este algo em comum que permite a permutabilidade ou o movimento de igualação não passa por qualidades corpóreas das mercadorias, pois tais qualidades apenas conferem à mercadoria seu valor de uso e é justamente a abstração do valor de uso que possibilita a troca entre mercadorias. Afinal, o que garante a intercambialidade entre um livro de poesias de Baudelaire e um bisturi senão o fato de ambos serem mercadorias?

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade, como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso (MARX, 2013, P. 116).

No momento em que efetuamos uma troca, colocamos de lado as particularidades e singularidades corpóreas das diversas mercadorias e estamos em um movimento em que deslocamos o nosso referencial da mercadoria singular para a substância da forma mercadoria, por aquilo que possibilita a permutabilidade, seu valor. Ao se referir à abstração das qualidades, nos diz Marx sobre o trabalho que produz mercadoria:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, P. 116).

Esta massa de trabalho, que se apresenta como “*substância social*” da composição do valor da mercadoria, é, portanto, dispêndio de força de trabalho humano, que, por sua vez, é somente *quantum* de trabalho despendido, pouco

importando as qualidades do dispêndio do mesmo trabalho. O ponto de intersecção das mercadorias, o lugar comum que permite a troca de bens distintos, é a substância valor. Sendo assim, como medimos o quanto de valor existe em cada mercadoria? Nossa medida é o tempo de trabalho socialmente necessário despendido em determinada mercadoria, e o tempo de trabalho – como nos lembra Marx – possui suas próprias unidades de medida, como frações de tempo, ou quantidade de horas, de dias etc. O trabalho que determina a composição da substância valor é trabalho humano igualado, ou seja:

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média, e atua como tal força de trabalho social média; (...) Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho (MARX, 2013, P. 117).

O *quantum* de trabalho socialmente necessário para produzir um determinado valor de uso é o que determina a grandeza do valor. “*A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie*” (MARX, 2013, P.117). As grandezas dos diversos valores, dos diversos valores de uso, são determinadas pelo *quantum* de força de trabalho foi cristalizado em cada mercadoria.

A produção de mercadoria consiste em produzir valor de uso social, produzir valor de uso para colocá-lo no mundo da troca, e somente no intercâmbio destes diversos valores de uso é que se realiza a forma mercadoria.

1.4 O duplo caráter do trabalho

O duplo caráter do trabalho é o que diferencia a economia marxista da economia política clássica. Como lembra Postone (2014), este é o ponto de partida da construção de seu sistema teórico, é a teoria que fundamenta a mercadoria aparecer como algo dualístico, ou seja, unidade de valor de uso e valor de troca (POSTONE, 2014. P169).

Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto (MARX, 2013, P. 119).

Para Marx, o trabalho cuja utilidade é produzir valor de uso é apresentado como trabalho útil, trabalho em sua forma concreta. Da mesma maneira que as diversas mercadorias são qualitativamente diferentes, os diversos trabalhos que produzem as diversas mercadorias, obviamente, são também qualitativamente diferentes. Somente pelo fato de existir esta diversidade qualitativa no mundo das mercadorias é que existe a possibilidade delas confrontarem-se como mercadorias, pois um mesmo valor de uso não se troca por um exemplar igual de valor de uso. No mundo especializado em produzir mercadorias existe uma enorme variedade de valores de uso, ou seja, uma grande diversidade de trabalhos úteis, pressuposto, uma divisão social do trabalho.

Na sociedade dos produtores de mercadoria, a divisão social do trabalho é o coletivo de *trabalhos privados autônomos e independentes entre si*. A divisão social do trabalho aparece na forma de diversas células produtivas de “*liberais e iluministas*”, de defensores do *trabalho “livre dos meios de produção”*, homens de negócio privado.

Os diversos valores de uso, os corpos da mercadoria, são, em primeira e em última análise, a síntese do metabolismo homem e natureza, o trabalho útil que transforma as matérias adquiridas na natureza é o trabalho concreto, é a produção e a reprodução da existência da vida humana. Sendo assim, o trabalho e a natureza são as fontes da riqueza material.

Porém, para evitarmos qualquer confusão, é bom lembrarmos que o conceito de trabalho abstrato não passa por conceito fisiológico, como *Kautsky*⁹ entendia (Apud. RUBIN, 1987). Para ele o *Trabalho Abstrato* apresenta-se como algo *supra-histórico*, como uma categoria que não se relaciona com uma forma social específica de produção. Rubin nos lembra de que:

⁹ Karl Kautsky (1854-1938) foi um importante teórico marxista, um dos fundadores das bases teóricas da Social democracia. Editou as teorias de Mais-Valia, de Karl Marx, tratado na época como o quarto volume d’*O Capital*. Além de ter fundado a revista *Neue Zeit* (Novo Tempo), editor até 1917. Retomamos Kautsky para evitar-se o risco de cair em uma concepção de dispêndio fisiológico na análise do trabalho abstrato. Rubin nos lembra de que trabalho abstrato além de um conceito social é também um conceito histórico (RUBIN, 1987, P. 149).

Marx não se cansou de repetir que o valor é um fenômeno social, que a existência do valor (*Wertgegenständlichkeit*) tem ‘uma materialidade puramente social’, e não contém um único átomo de matéria. Segue-se daí que o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como uma categoria social na qual não se pode encontrar um único átomo de matéria. De duas coisas, uma é possível: se o trabalho abstrato é um dispêndio de energia humana em forma fisiológica, então o valor possui também um caráter material reificado; ou então, o valor é um fenômeno social, e o trabalho abstrato deve ser entendido também como um fenômeno social, relacionado a uma determinada forma social de produção (RUBIN, 1987, P. 151).

Marx também sublinhou em obras posteriores ao *O Capital* que somente a troca transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato.

Ao se passar do objeto útil para o valor da mercadoria, nós observaremos que a abordagem não é mais a da qualidade, mas a da quantidade de trabalho despendido, as mercadorias são coisas de igual substância, há nelas o mesmo tipo de trabalho cristalizado. Sobre a qualidade submetida à quantidade de trabalho, Marx nos diz:

Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido, ambas são trabalho humano. (...) Mas o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano. Ora, assim como na sociedade burguesa um general ou um banqueiro desempenham um grande papel, ao passo que o homem comum desempenha, ao contrário, um papel muito miserável, o mesmo aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio de força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo. O próprio trabalho simples médio varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém é sempre dado em uma sociedade existente (MARX, 2013, P. 121-122).

Independente do nível de complexidade do dispêndio de trabalho para a produção de uma determinada mercadoria, toda mercadoria valerá como trabalho, todas serão reduzidas a trabalho simples, porém uma pequena fração de dispêndio de trabalho complexo é igual a uma grande fração de trabalho simples. A redução das diversas atividades laborais a trabalho simples como unidade de medida é determinada através de um processo social, ou seja, cada espécie de força de trabalho, em um momento histórico específico, torna-se força de trabalho simples, dentro do padrão tecnológico e científico do mesmo momento histórico.

Ora, da mesma forma que para efetuarmos uma troca, necessariamente, abstraímos o valor de uso das mercadorias, abstrai-se, por sua vez, a diferença dos trabalhos úteis.

Tratando-se de valor de uso, nosso olhar irá permear o campo da qualidade, porém, ao passo que deslocamos para a grandeza valor da mercadoria, iremos debater o *quantum*. Valores de uso são comparados qualitativamente. Por outro lado, a grandeza valor é comparada quantitativamente, não nos importa a composição atômica, a relação reduz em quantidade temporal de trabalho despendido, e não mais sobre quais formas foram produzidas as mercadorias, abstrai-se a prática material como um movimento necessário para a realização da alienação de X por Y. Um aumento na produção de valores de uso é um aumento na riqueza material. Entretanto, o acréscimo da massa de riqueza material é um automático decréscimo da grandeza da massa de valor e por sua vez, ao passo que o trabalhador produz mais riqueza, mais pobre ele fica¹⁰. “*Esse movimento antitético resulta do duplo caráter do trabalho*” (MARX, 2013, P. 123). O trabalho concreto útil não sofrerá alterações com o aumento da eficácia das forças produtivas até a abstração do mesmo. Porém, ao passo que se aumenta a eficácia na produção de valores de uso, diminui-se o valor da massa global das mercadorias produzidas. O aumento da produtividade do processo de trabalho material significa uma queda no processo de valorização da mercadoria, pois é o tempo de trabalho socialmente necessário que mede o valor de uma mercadoria.

Um merceólogo apontaria que um objeto útil possuir um duplo caráter, é condição *sine qua non* para ele ser mercadoria, ou seja, a mercadoria possui uma dupla forma, ora aparece em sua forma natural, ora, em forma de valor. Caso um físico resolvesse isolar uma mercadoria, estudá-la, e observar cada átomo de sua composição corpórea, ele nunca conseguiria detectar vestígios do valor em seu corpo, o atomismo não explica o valor, pois, o valor é expressão da unidade social de trabalho humano. “*Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos*

¹⁰ O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*) (MARX, 2012, P. 80).

corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural” (MARX, 2013, P. 125).

1.5 As argúcias metafísicas da mercadoria

Como coisa útil não há nada de misterioso na mercadoria, são qualidades corpóreas de objetos com determinada utilidade satisfazendo necessidades humanas. Mas, quando ela aparece como mercadoria, como unidade contraditória de valor de uso e valor, eis que surge uma forma *“plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos”* (MARX, 2013, P. 146). O caráter fantasmagórico da mercadoria não se deve a seu valor de uso e tampouco se relaciona ao seu valor e, sim, à própria forma mercadoria, que patenteia em si especificidades das relações de produção entre os homens, como suas próprias particularidades. Um monstro se forma, quando a coisa começa a travar relações sociais.

Por mais que existam diferenças entre os trabalhos úteis, ainda assim são todos os trabalhos funções do organismo humano, seja o cientista ou o metalúrgico, em ambos os casos estará ocorrendo dispêndio de *“cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos”*. É a abstração desta diferença entre os diversos trabalhos úteis que permitirá ocorrer à igualdade entre os produtos do trabalho humano. Outra coisa importante é a determinação da grandeza da substância da mercadoria¹¹ – o valor. Será através do tempo de trabalho socialmente necessário despendido em determinada mercadoria que determinará a grandeza do valor da mercadoria, a complexidade do trabalho objetivado também tem de ser considerada.

Assim que homens começam a empreitada de trabalharem uns para os outros, o trabalho adquire uma forma social. Toda mercadoria possui como substância de seu valor o trabalho abstrato e isso resulta em produtos do trabalho humano permutáveis e relações sociais entre os produtos.

“O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres

¹¹“A mercadoria é uma artilharia pesada que derruba as muralhas da China” (ENGELS & MARX, 1987, p. 107). O capitalismo, ao passo que possui como necessidade expandir-se, torna-se um rolo compressor que tudo transforma em mercadoria.

sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos de trabalho, como propriedades que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais” (MARX, 2013, p. 147).

A forma mercadoria e o seu valor nada têm que ver com suas particularidades físicas. Este imbróglio assustador é uma relação social entre homens que aparece como relação entre coisas. Porém, *“as relações sociais de produção não são apenas ‘simbolizadas’ por coisas, mas realizam-se através de coisas”* (RUBIN, 1987). Nesse sentido, Marx argumenta que:

“Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos de trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. (MARX, 2013, p. 147-148)

O fetichismo do mundo da mercadoria vem do *“caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria”*¹².

A produção privada sintonizada com outras produções privadas metamorfoseia um objeto útil em mercadoria. Somente a totalidade das produções privadas é que formam o trabalho social total. E é através do trabalho social total que ocorre a troca dos diversos produtos do trabalho, este movimento traduz a relação social das diversas mercadorias e a reificação das relações sociais de produção. As mercadorias devem possuir uma objetividade de valor socialmente igual, porém uma objetividade de valor de uso diferenciada, ou seja, devem ser socialmente iguais e fisicamente distintas. *A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem duplo caráter social*” (MARX, 2013, P.148).

Reafirma-se a necessidade de inversões constantes da realidade para ocorrer o funcionamento sistêmico do capitalismo, um moderno sistema que

¹² MARX, 2013, p. 148

produz mercadorias e falsas vidas¹³, ou vidas invertidas. A igualdade de distintas mercadorias só ocorre com a abstração das diferenças entre as mesmas mercadorias.

A lógica da falsa vida põe-se em todas as esferas da humanidade, pois é o modo de produção dominante de um momento histórico que produz a própria condição humana dominante do mesmo momento histórico.

O resultado prático desta compreensão é perceber que nos tornamos escravos dos produtos de nossas próprias mãos. Obviamente, a escravidão objetiva e subjetiva capitalista, na forma de “trabalho livre dos meios de produção”, coloca-se também na totalidade do homem que se produz de maneira cindida (e contraditória entre capital e trabalho) determinada pelo caráter fetichista da mercadoria em circulação e pela reificação das relações sociais de produção da vida humana. A humanidade estruturou sua vida sob o alicerce da produção social, do produto estranhado/alienado (*Entfremdung*) ao próprio produtor, e o consumo do objeto estranhado é mediado pela materialização da riqueza abstrata fetichizada e a riqueza produzida passa pela apropriação privada. Mészáros nos lembra:

Durante o desenvolvimento histórico do capital – que impôs à humanidade a produção da riqueza como finalidade que a tudo absorve –, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sócio-metabolismo geral em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2002, P. 610).

A consolidação do império da mercadoria é a consolidação de relações sociais mediadas pelo dinheiro, de relações sociais que aparecem na forma de troca. E essas, por sua vez, são mediadas pela reificação fantasmagórica da riqueza abstrata, encarnada na forma dinheiro. Um homem cindido e afogado no pântano das ilusões sistêmicas do capital, subjugado pela ilusão do mito da escolha – de escolher a melhor utilidade em seu consumo de mercadorias ou como melhorar a maximização do lucro de seu capital investido.

¹³ O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2002, P. 111).

1.6 A gênese do dinheiro em Marx

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se uma pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 159)

Para Marx: O difícil não é compreender o dinheiro como mercadoria, mas compreender como, por que e por meio de qual intermediação uma mercadoria é dinheiro. A lógica do “*processo de troca*” é iniciada pela alienação da coisa que pertence ao proprietário em um movimento de vontade recíproca de proprietários que alienam sua mercadoria com vontade de apropriar-se de uma mercadoria ofertada por outro, em um movimento de alienação generalizada e apropriação generalizada. São senhores que se reconhecem como “*proprietários privados*”. São relações jurídicas via contrato¹⁴, relações sob a totalidade social capitalista que representam a produção da vida humana sob a forma social do trabalho alienado e da propriedade privada¹⁵. As relações sociais que se apresentam como relações de troca são executadas por proprietários, como possuidores de mercadoria. Nesse sentido, a reificação das relações sociais de produção é a forma de relação social dominante e faz parte da trama do processo de troca. Postone, quando apresenta as bases do projeto denominado por *Rumo à construção da crítica marxiana: o capital*, lembra-nos de que *de modo geral, ela [a forma mercadoria] cria um mundo de sujeitos e um mundo de objetos. Esse desenvolvimento sociocultural prossegue com o desenvolvimento da forma-dinheiro* (POSTONE, 2014).

¹⁴ “O “contrato social” de Rousseau, que estabelece conexões e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo. Este naturalismo não é senão a aparência, e aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Na realidade, trata-se antes de uma antecipação da “sociedade civil”, que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência, cada indivíduo aparece desligado dos laços naturais, etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito” (MARX, 2007, livre trad.).

¹⁵ Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc, de todo este estranhamento [alienação] (*Entfremdung*) com o sistema do dinheiro (MARX, 2012, P.80).

A mercadoria deverá possuir valor de uso social ou, especificando melhor, a mercadoria deve possuir valor de uso para os seus não proprietários; e para o seu proprietário o único valor de uso que ela possui é ser valor¹⁶. Eis a dialética, a mercadoria deve realizar-se como valor antes de ser valor de uso, mas, para ocorrer a realização do valor, ela deve provar antes que possui valor de uso. Voltemos nosso olhar para o duplo caráter do trabalho. O dispêndio de trabalho em uma mercadoria deve ser trabalho útil, mas útil para outros. E se o trabalho é realmente útil para outros, teremos como demonstração a troca realizada, mas a troca só é realizada pela substância do valor da mercadoria. O trabalho abstrato é que permite a permutabilidade entre objetos qualitativamente distintos, mas quantitativamente iguais ou comparáveis. Já a troca, por sua vez, é social e não é social, é individual e não é individual. Ora, um possuidor de uma mercadoria quer aliená-la por algo que atenda aos seus desejos, e, nesse sentido, a troca é individual. Mas o mesmo possuidor quer realizar sua mercadoria enquanto valor e trocá-la por outra mercadoria que possua o mesmo valor que a sua, sem querer saber se ela possui ou não valor de uso para o comprador. Nesse sentido, a troca é *“genericamente social”* ou um *“processo social geral”*.

Para todo possuidor de mercadoria, a mercadoria de outrem é sempre equivalente particular, sendo assim, o equivalente geral das demais mercadorias é sempre a sua própria mercadoria. Mas como este processo de entendimento é generalizado, nenhuma mercadoria é equivalente geral, logo nenhuma mercadoria possui a *“forma valor geral relativa”*. Sendo assim, torna-se inviável o confronto de mercadoria para mercadoria, senão de *“produtos ou valores de uso”*¹⁷. Através da *ação social* exclui-se uma mercadoria para ser equivalente

¹⁶ Leveller [niveladora] e cínica de nascença, ela se encontra, por isso, sempre pronta a trocar não apenas sua alma, mas também seu corpo com qualquer outra mercadoria, mesmo que esta seja munida de mais inconveniências do que Maritornes. Só à mercadoria falta esse sentido para a percepção da concretude dos corpos de mercadorias, o possuidor de mercadoria preenche essa lacuna por meio com seus cinco ou mais sentidos (MARX, 1988, P. 80).

¹⁷ Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores. Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias ao referi-las, antiteticamente, a outra mercadoria como equivalente geral (MARX, 1988, P. 80).

geral, neste movimento temos o dinheiro¹⁸, assim “a essência do dinheiro é socioeconômica, e não natural” (Apud. Paulani e Rotta. Williams 2000, P. 447).

Devemos lembrar que a mercadoria torna-se mercadoria no processo de troca, pois a troca é caracterizada por determinada quantidade de valor de uso β , por quantidade de valor de uso α , portanto, os objetos β e α são mercadorias após o processo de intercâmbio entre as duas coisas, eis a realização de uma unidade contraditória de valor e valor de uso. O objeto, para ser valor de troca, deve negar sua forma natural e deve possuir um valor de uso que ultrapasse a necessidade e o interesse de seu proprietário. “As coisas são, por si mesmas, exteriores [externa] [äusserlich] ao homem e, por isso, são alienáveis [veräusserlich]”. São produtos que causam a sensação de alienação/estranhamento¹⁹ [Entfremdung] ao próprio produtor, devido à forma cindida do trabalho produtor de mercadoria. Neste sentido, nota-se que a teoria do dinheiro de Marx não é apenas uma crítica à teoria monetária dominante de seu tempo, mas uma teoria que colabora em desvendar um tipo de relação de troca e de dominação social.

O moderno modo de produção capitalista impôs como imperativo a produção direcionada a troca, uma produção da vida despreocupada com a satisfação de uma necessidade imediata²⁰. Assim ocorre uma autonomização do valor, o valor de uso de determinado bem é subsumido pelo seu valor de troca. O desenvolvimento da troca formou um equivalente geral que permite a intercambialidade entre todos os objetos, este por sua vez apresenta-se como

¹⁸ O Cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofundamento históricos da troca desenvolve-se a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro (MARX, 1988, P. 81).

¹⁹ Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado Inca etc. (MARX, 1988, P. 82).

²⁰ A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa, na qual elas são trocadas, torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor (MARX, 2013, P. 162/163).

dinheiro ou cristal monetário [*geldkristall*], mediador de todas as relações sociais de troca. Porém, trata-se de uma forma dinheiro inédita na história das relações sociais, pois se trata de uma produção social e um processo de troca que ocorrem de maneira generalizada. Nesse sentido, o dinheiro não é neutro e tampouco natural, ele faz parte da trama da dominação social da troca; assim, reafirma-se o dinheiro como um produto socioeconômico.

A mercadoria tudo transforma em mercadoria. A mercadoria é uma *unidade contraditória* que carrega consigo um Midas²¹ mercantil, que transforma valores de uso em mercadoria. O mesmo espírito conquistador da mercadoria rompe as fronteiras locais e obriga o dinheiro a se metamorfosear em dinheiro mundial, em mercadoria *geral* e quiçá universal. *“Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão”*.

Pretende-se nesta seção refletir sobre dois problemas que envolvem a forma-dinheiro na teoria desenvolvida n’O *Capital*, de Karl Marx: i) a aparente contradição entre o desenvolvimento lógico operado por Marx e o desenvolvimento histórico da forma-dinheiro; e ii) a forma-dinheiro como uma dominação objetiva fora do olho, uma forma que faz parte da trama constitutiva da dominação na forma social do capital. Para isso, propomos debater, inicialmente, o Dinheiro como medida de valor, neste trecho realizamos alguns apontamentos metodológicos adotados por Marx, o desdobramento lógico de sua estrutura conceitual e a capacidade explicativa para a forma hodierna do dinheiro. No trecho seguinte debatemos o Metabolismo social – meio de circulação, o processo do dinheiro como uma *“antítese externa”*, em outras palavras, o objeto desta seção é o salto mortal da mercadoria: um processo automatizado de realização da alienação da forma física em nome da forma social. Na seção posterior, seguindo a lógica expositiva de Marx, apresenta-se o ciclo da mercadoria – o curso do dinheiro. Procura-se desvendar a aparência do movimento do dinheiro, pois na essência temos o movimento da mercadoria, a sagaz capacidade da mercadoria de ser alienável por outra mercadoria. Em seguida, trabalhamos o dinheiro-moeda: expressão de valor. Desmonta-se a falsa ideia de dinheiro

²¹ Nome grego de Mita, rei de Mushki (Frígia, norte da Ásia Menor), viveu na época de Sargão, rei da Assíria (-722/-705). Uma das lendas que contam a seu respeito é que tudo que ele tocava transformava-se em ouro.

natural e neutro a partir de sua existência funcional. O dinheiro-tesouro é a etapa em que é trabalhado o impulso de acumulação contido na própria forma-dinheiro. Ademais, tratamos da forma do dinheiro mundial e meio de pagar – o dinheiro na forma plena de mercadoria, o dinheiro como símbolo fetichizado de riqueza que funcionou como a “artilharia pesada que derrubou as muralhas da China”.

1.6.1 Dinheiro – a medida do valor

Antes de iniciarmos qualquer debate sobre o dinheiro, lembramos que “a fim de simplificar” Marx estabelece o ouro como mercadoria monetária. Não entraremos no mérito desta premissa, pois como se sabe Marx dialogava com as doutrinas da *Currency School*²² e do padrão-ouro, influência de David Ricardo²³.

Após o esfacelamento de Breton Woods²⁴ iniciado pelo rompimento parcial dos Estados Unidos com o padrão dólar-ouro, criou-se uma forma dinheiro (Dinheiro-inconversível)²⁵ que radicaliza a autonomização da moeda, colocando a atual forma-dinheiro em um padrão de reificação qualitativamente superior. Assim, trata-se de compreender que a teoria do dinheiro de Marx tornou-se um verdadeiro nó górdio para o marxismo tradicional, pois existe uma aparente contradição entre a exposição histórica e o desenvolvimento lógico da forma-dinheiro. Nossa hipótese é que a aparente contradição pode ser resolvida a partir de duas frentes: i) a partir do desenvolvimento da própria forma-valor (desenvolvido na seção anterior) e ii) quando se entende esta teoria como parte de um arsenal conceitual que desvende as tramas da dominação social do Capital (objetivo parcial deste capítulo). Porém, nesta seção desenvolveremos somente a

²²Grupo de economistas britânicos que, atuaram entre 1840 e 1850, desenvolveram teorias de inflação a partir da emissão de dinheiro por instituições bancárias.

²³David Ricardo (1772-1823), nascido na Grã-Bretanha, foi um dos principais economistas-políticos na Economia Clássica, considerado um dos fundadores desta escola ao lado de Adam Smith e Thomas Malthus.

²⁴A conferência de Breton Woods (07/1944) teve como principal função pactuar entre as principais economias capitalistas uma ordem monetária negociada. Deste acordo surgiram instituições multilaterais como o International Bank for Reconstruction and Development, BIRD e o International Monetary Found – FMI.

²⁵A moeda inconversível própria ao sistema monetário mundial pós-1971 está pressuposta nos esquemas de Marx, cabe agora a sua posição. Estava pressuposta porque estava com todas as suas determinações, ainda que não tivesse a determinação posição. Sabemos por Fausto (1987^a) que tanto a Hegel quanto a Marx um conceito pode estar com todas as suas determinações e ainda assim não estar posto. Se em Marx o dinheiro inconversível está pressuposto, sua necessidade objetiva foi posta em 1971 (PAULANI e ROTTA, 2009, P. 610).

argumentação elaborada por Marx no Capítulo III (Volume I d'O Capital) – O dinheiro ou a circulação das mercadorias – início da teoria do dinheiro elaborada por Marx, tentando demonstrar que a partir da crítica à realidade efetiva de seu tempo, Marx desenvolve uma estrutura conceitual capaz suportar a negação da forma-dinheiro efetiva de seu tempo, mas com uma estrutura conceitual que se conserva, pois traz a autonomização do valor como o seu desenvolvimento lógico. O jogo dialético de negar e conservar traz uma estrutura de identidade semelhante ao apresentado por Hegel em *A essência é a imediatidade/agoridade simples como imediatidade superada. Sua negatividade é seu ser* (HEGEL, 2011, P. 134).

Na totalidade social do capital, a luta epopeica da humanidade pela produção e reprodução da vida são relações sociais que merecem uma crítica que coloque a questão do tempo e da essência (o trabalho) como o busílis da crítica. Neste sentido, retoma-se a ideia de que a produção de valor combina o trabalho abstrato e o tempo abstrato, pois o trabalho como substância do valor é quantificado, conforme nos lembra Marx, pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Assim, o valor como relação social e manifestação de uma forma de dominação social possui uma tendência a autonomizar-se, o resultado lógico é a forma-dinheiro em relação à própria forma-valor. *O dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho* (MARX, 2013, P. 169).

O dinheiro é o mediador de todas as relações sociais e para Marx o ouro fornece para "*o mundo da mercadoria*" o material necessário para a expressão de valor, ou as condições materiais para as mercadorias apresentarem-se como "*grandezas de mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis*". Devemos lembrar que a mercadoria é uma unidade contraditória, a sua forma social nega a sua forma física. Logo o valor, ou mesmo a forma preço ou monetária da mercadoria, é simplesmente uma forma ideal. Distante do palpável, o preço caminha no reino encantado do imaginário.

Os produtos do duplo caráter do trabalho são transformados em um ouro tão sólido que, sem utilidade social, desmancha no ar; os valores das mercadorias passam a ser quantidades imaginárias de ouro e prata. Por meio de um processo social, um padrão de medida de preços fica estabelecido. Eis a forma dinheiro, medindo valores e estabelecendo padrões de preços. Marx diz mais:

É medida dos valores por ser encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um quantum de ouro, e não o valor de um quantum de ouro no peso do outro. Para o padrão dos preços, determinado peso de ouro tem de ser fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandeza de mesma denominação, a estabilidade das relações de medida torna-se decisiva. Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo quantum de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um “Valor potencialmente variável” (MARX, 1988, P.88).

Historicamente na totalidade social do capital, a função do ouro é ser uma medida combinada de valor e de padrão de preços que atinge a totalidade do mundo encantado das mercadorias, permanecendo inalterados os valores relativos das mercadorias. E, independente de mudanças no valor do ouro, “o ouro só pode servir como medida de valor porque ele próprio é produto do trabalho e, portanto, um valor que pode ser alterado” (MARX, 2013, P. 173). Existem apenas duas formas dos preços das mercadorias subirem generalizadamente:

- Ocorrendo um aumento do valor das mercadorias e permanecendo inalterado o valor do dinheiro.
- Permanecendo igual o valor da mercadoria e reduzindo o valor do dinheiro.

Ou a redução generalizada dos valores das mercadorias:

- Permanece o valor do dinheiro e cai o valor da mercadoria.
- A mercadoria permanece com seu valor estável e o simultaneamente ocorre um aumento do valor do dinheiro.

É importante perceber que padrão monetário é uma combinação de convenções²⁶, com necessidades de “*validade geral*”, logo, acaba sendo regulamentado por lei. O que antes tinha como substância social o dispêndio de trabalho passa a expressar valores em denominações monetárias. O dinheiro literalmente assume o papel de mediador de todas as mercadorias e elas acabam “*se comunicando mutuamente*”. Sendo assim, o preço é a forma monetária do dispêndio de trabalho objetivado em uma mercadoria. Voltemos na redação d’O *Capital*:

A grandeza de valor da mercadoria expressa, assim, uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela. Mas nessa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (MARX, 1988, P. 91).

A mercadoria conclui sua odisseia somente quando nega sua própria forma física e assume a forma preço. A mercadoria, para possuir valor de uso para seu proprietário, que pretende vendê-la, necessariamente deve ser alienável por dinheiro. Marx (1988, P. 92) diz: “Na medida ideal dos valores espreita, por isso, o dinheiro sonante”.

²⁶As denominações monetárias dos pesos metálicos se desligam, pouco a pouco, de duas denominações originais de peso por diferentes motivos, sendo os seguintes os historicamente decisivos: 1) Introdução de dinheiro estrangeiro em países menos desenvolvidos; na Roma antiga, por exemplo, circulavam, inicialmente, moedas de prata e ouro, como mercadorias estrangeiras. As denominações desse dinheiro estrangeiro são diferentes das denominações de peso do país. 2) Com o desenvolvimento da riqueza, o metal menos nobre é deslocado da função de medida de valor pelo mais nobre. O cobre pela prata, a prata pelo ouro, por mais que essa sequência contradiga a cronologia poética. Libra, por exemplo, era então a denominação monetária de uma verdadeira libra de prata. Tão logo o ouro desloca a prata da função de medida de valor, o mesmo nome associa-se talvez a 1/5 etc. de 1 libra de ouro, conforme a relação de valor entre o ouro e a prata. Libra, como denominação monetária, e libra, como denominação ordinária de peso do ouro, são agora separadas. 3) A falsificação de dinheiro, continuada durante séculos pelos príncipes, que do peso original das moedas deixou, de fato, apenas o nome (MARX, 1988, P. 90).

1.6.2 *Metabolismo social – meio de circulação*

A mercadoria ao ingressar no processo de troca carrega consigo “*uma antítese externa*” realizada no *metabolismo social*, quando ela passa de uma mão em que ela não é valor de uso para uma em que ela é. Ou seja, o confronto de valor de uso (intrínseco a sua forma física) com o seu valor objetivado, em que este adquire forma física com o ouro, figura real de valor - dinheiro. “*Essas formas antitéticas das mercadorias são os movimentos reais de seu processo de intercâmbio*”²⁷. Este movimento é o único em que a mercadoria pode mover-se e realizar-se enquanto unidade contraditória de valor de uso e valor: materializando-se na forma dinheiro²⁸.

O desenho equacionado do *metabolismo social* da mercadoria de nosso velho conhecido tecelão pode ser representado por:

$$\begin{array}{c} \text{Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria} \\ \text{M – D – M} \end{array}$$

Marx nos lembra de que o “*conteúdo material*” é M – M, mercadoria por mercadoria, assim se realiza o “*metabolismo do trabalho social*”, momento de finalização do processo. Porém é importante nos atermos à equação e de forma precisa sistematizar seu movimento. Devemos perceber dois aspectos importantes: o primeiro passa exclusivamente por uma mudança de forma, de valor de uso para valor, materializado seu valor no ouro, ou seja, realizado na forma dinheiro; o segundo aspecto é a criação e cristalização de determinadas relações de produção material e cultural, balizadas pelo intercâmbio privado e pela apropriação privada.

²⁷ (MARX, 1988, P. 93)

²⁸ Acompanhemos agora um possuidor qualquer de mercadorias [Diz Marx], por exemplo, nosso velho conhecido tecelão de linho, à cena do processo de intercâmbio, ao mercado. Sua mercadoria, 20 varas de linho, tem preço determinado. Seu preço é 2 libras esterlinas. Ele a troca por 2 libras esterlinas e, homem de velha cepa, troca as 2 libras esterlinas, por sua vez, por uma Bíblia familiar do mesmo preço. O linho, para ele apenas mercadoria, portador de valor é alienado por ouro, sua figura de valor: e dessa figura volta a ser alienado por outra mercadoria, a Bíblia, que, porém, como objeto de uso, deve ir para a casa do tecelão e lá satisfazer às necessidades de edificação. O processo de intercâmbio da mercadoria opera-se, portanto, por meio de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares – transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação de dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose da mercadoria são, ao mesmo tempo, transações do possuidor de mercadorias – venda, intercâmbio da mercadoria por dinheiro: compra, intercâmbio do dinheiro por mercadoria e unidade de ambos os atos: vender, para comprar (MARX, 1988, P. 93).

A primeira metamorfose, da venda, ou “o salto mortal da mercadoria”: M – D, momento que a mercadoria abandona sua forma física, seu valor de uso, e encarna no ouro. Caso ela não realize seu valor de uso social, e o processo não ocorra como tal, a falência não é da mercadoria, mas de seu possuidor. “*A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades*”. Ou seja, o valor de uso de um automóvel para a Ford é unicamente possuir valor de troca, conseqüentemente se realizar como tal, em um salto mortal virar dinheiro. Mas qual a forma que define o quanto de dinheiro se pagará pelo automóvel? Responderia Marx: o preço é o *expoente da grandeza de valor*, é o “*nome monetário do quantum de trabalho social objetivado nela*”.

Em suma, o processo de realização da mercadoria é apresentado da seguinte forma: o dinheiro substitui a mercadoria de um dos possuidores e, na outra ponta, a mercadoria substitui o dinheiro. Eis a alienação da mercadoria pelo dinheiro, e vice-versa, apesar de o dinheiro ser a forma reificada do valor, fantasmagoria real e palpável. “*A transformação de mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria*. [Diz Marx] *O processo uno é bilateral*”. Toda venda é uma compra e toda compra é uma venda. Ou seja, $M - D = D - M$. Segundo Marx, o modo de produção capitalista inaugura um novo tipo de relação econômica, em que o possuidor de mercadoria se apropria do produto do trabalho alheio a partir da alienação de seu próprio trabalho. Logo um produtor de mercadoria pode relacionar-se com outro somente como portador de dinheiro. O ouro, diz Marx, é a *figura alienada de sua mercadoria alienada*. Para que ela se realize enquanto objeto alienável, é necessário que a mercadoria se “desfaça” do trabalho individual, que seu valor de uso fique para trás, a mercadoria deverá ser vista somente como expressão de valor, como portadora de uma substância que permita a permutabilidade por outros bens produzidos no mesmo processo social, neste caso, é unicamente trabalho abstrato. Diz Marx:

Em sua forma monetária, uma parece exatamente igual à outra. Dinheiro, por isso, pode ser lixo, embora lixo não seja dinheiro. Suporemos que as duas moedas de ouro pelas quais o nosso tecelão de linho aliena sua mercadoria sejam a figura transformada em 1 *quarter* trigo. A venda do linho, M – D, é, ao mesmo tempo, sua compra, D – M. Mas, como a venda do linho, inicia esse processo um movimento que termina com sua contrapartida, com a compra da Bíblia; como compra do linho ele termina um movimento que começou com seu contrário, com a venda do trigo. M – D (linho –

dinheiro), essa primeira fase de $M - D - M$ (linho – dinheiro – Bíblia), é, ao mesmo tempo, $D - M$ (dinheiro – linho), a última fase de outro movimento $M - D - M$ (trigo – dinheiro – linho). A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua transformação da forma mercadoria em dinheiro, é sempre, simultaneamente, a segunda metamorfose inversa de outra mercadoria, sua retransformação da forma dinheiro em mercadoria. (MARX, 1988, p. 96)

A segunda metamorfose da mercadoria, da compra: $D - M$.

Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral, é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável. Ele lê todos os preços ao revés e se reflete, assim, em todos os corpos das mercadorias como material ofertado à sua própria conversão em mercadoria. Ao mesmo tempo, os preços, os olhos amorosos com que as mercadorias piscam ao dinheiro, mostram o limite de sua capacidade de retransformação, isto é, sua própria quantidade. Como a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele. *Non olet*²⁹, qualquer que seja sua origem. Se por um lado representa mercadoria vendida, por outro representa mercadorias compráveis. (MARX, 1988, p. 97)

Conforme foi dito anteriormente, $D - M = M - D$, ou seja, a última metamorfose da mercadoria “é *simultaneamente*” a primeira de outra mercadoria. Em polos opostos, mas uma contradição necessária para a realização da forma-mercadoria: de um lado ela, a *cínica nata*, a senhora mercadoria; do outro lado ele, o *mediador de todas as relações sociais*, o senhor dinheiro. Eles vivem um romance dantesco. Ele encarna a mercadoria com perfeições únicas e ela encarna dinheiro com elegância, nasceram um para o outro. *Um verdadeiro romance dantesco: Verdade é que uma vez cá estive eu, pela cruel Eriton e evocado que as almas reconduz ao corpo seu*³⁰. A mercadoria é refletida matematicamente em pares binários, o comprador e no vendedor, o vendedor se metamorfoseia em comprador e assim por diante. O dinheiro, assumindo o papel de *mediador das relações sociais*, assume a função de *meio circulante*.

1.6.3 O ciclo da mercadoria – o curso do dinheiro

²⁹“Não fede”. Disse o imperador romano Vespasiano (69-79) sobre o dinheiro quando seu filho o repreendeu por lançar impostos sobre as retretas públicas. (N. da Ed. Alemã)

³⁰Ver *‘ch’altra fiata qua giú fui, Congiurato da quella Eritón cruda Che chiama val’ombre a’ corpi sui*. (ALIGHIERI, 2001 p. 74)

A mudança de forma, por meio da qual o metabolismo dos produtos do trabalho se realiza, $M - D - M$, exige que o mesmo valor, como mercadoria, forme o ponto de partida do processo e retorne ao mesmo ponto como mercadoria. Esse movimento das mercadorias é, portanto, um ciclo. Por outro lado, essa mesma forma exclui o ciclo do dinheiro. (MARX, 1988, p.100)

Toda vez que se completa o ciclo da mercadoria e a ação biunívoca de comprar e vender é realizada, o dinheiro afasta-se da mão de seu proprietário original e a mercadoria transforma-se em dinheiro.

Mas ao passo que um comprador, proprietário de dinheiro e vendedor de Bíblia, por exemplo, ofertar o seu livro sagrado no mercado de livros santos e vender o divino papel, terá mais uma vez dinheiro em suas mãos. Não se sabe se é um dinheiro sagrado, mas que é um *equivalente geral universal* isso não temos a menor dúvida. *“Ele retorna apenas pela renovação ou repetição do mesmo processo de circulação para nova mercadoria e termina tanto aqui como lá o mesmo resultado”*.

O dinheiro funciona como o meio pelo qual se realiza o preço da mercadoria. Enquanto ele promove a realização, simultaneamente ocorre a transferência de mãos da mercadoria e do dinheiro. O resultado final consiste em substituição de uma mercadoria pela outra, porém a intermediação aparece não pela mudança de forma em si, mas pelo dinheiro cumprindo o papel de meio circulante, transferindo mercadorias de mãos em que ela não é valor de uso para mãos em que ela é valor de uso. *“Embora o movimento do dinheiro seja portanto apenas expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro”*. Pelo fato de ser meio circulante, o dinheiro assume ser *valor autonomizado* das mercadorias. Marx lembra que tais proposições são válidas para a forma simples de circulação da mercadoria.

O preço da mercadoria ao subir ou cair ocasionará uma subida ou uma queda do volume de meio circulante (dinheiro) na mesma proporção. Tal mudança é acontece não por conta de sua função de meio circulante, mas por ela ser a medida de valor. Primeiramente, o preço muda inversamente ao valor do dinheiro, em seguida, ocorrerão mudanças no volume de meio circulante proporcionalmente à mudança no preço das mercadorias.

Sucederia o mesmo fenômeno, por exemplo, se não caísse o valor do ouro, mas que a prata o substituísse como medida de valor ou se não subisse o valor da prata, mas que o ouro a deslocasse da função de medida de valor. Em um caso deveria circular mais prata que anteriormente ouro, no outro menos ouro que anteriormente prata. Em ambos os casos teria mudado o valor do material monetário, isto é, da mercadoria que funciona como medida dos valores e, por conseguinte, a expressão em preço dos valores das mercadorias e, por isso, o volume do dinheiro circulante, que serve à realização desses preços (MARX, 1988, p.102)

Devemos observar que o “*material monetário*” produz uma fissura na circulação de mercadorias, pois o dinheiro apresenta-se como mercadoria “*monetária*”, mercadoria que possui como valor de uso ser valor troca. A função do dinheiro em um primeiro momento é ser a *medida de valor*, logo, mudanças no valor do *meio circulante* ocasionarão mudanças nos preços das mercadorias. Presumimos que o volume do meio circulante sempre será definido pela soma dos preços das mercadorias a serem vendidas. Diz Marx: *Consideremos, além disso, o preço de cada espécie de mercadoria como dado; então a soma dos preços das mercadorias depende evidentemente da massa de mercadorias em circulação.*³¹ Nosso primeiro modelo para entender a dupla mudança de forma da mercadoria, em seu processo de circulação:

$$\frac{\text{SOMA DOS PREÇOS DAS MERCADORIAS}}{\text{Nº DE CURSOS DE PEÇAS MONETÁRIAS DE MESMA DENOMINAÇÃO}} = \text{VOLUME DO DINHEIRO COMO MEIO CIRCULANTE}$$

Outro ponto que merece nossa atenção é a velocidade da realização do ciclo da mercadoria, o tempo da metamorfose da mercadoria se transformar em dinheiro, em outras palavras, o tempo em que a unidade de valor assume a forma de valor de uso e em que o valor de uso transforma-se em valor. Em um tempo de *paralisia* da economia, onde o metabolismo mercantil tende a demorar em realizar-se, momento que ocorre *giro monetário mais lento*, o *locus communis* tende a atribuir este fenômeno à insuficiência numérica de meios circulantes.

A quantidade global do dinheiro funcionando como meio circulante, em cada período, é assim determinada, por um lado, pela soma de preços do mundo das mercadorias circulantes, por outro, pelo fluxo mais lento ou mais rápido de seus processos antitéticos de circulação, do qual depende que fração dessa soma de preços pode

³¹ MARX, 1988, p. 102

ser realizada por intermédio das mesmas peças monetárias. A soma de preços das mercadorias depende, porém, tanto do volume como dos preços de cada espécie de mercadoria. Os três fatores: o movimento dos preços, o volume de mercadorias circulantes e, finalmente, a velocidade de circulação do dinheiro podem no entanto mudar em direções e proporções diferentes, de modo que a soma de preços a realizar e, por conseguinte, o volume do meio circulante por ela determinado podem, passar por numerosas combinações (MARX, 1988, P.104).

Ao seguir os exemplos de Marx:

- Quando os preços das mercadorias permanecerem constantes, poderá aumentar o volume do meio circulante, pois aumentou a massa de mercadorias em circulação ou então a velocidade do dinheiro diminuiu. Outra possibilidade é ocorrerem as duas possibilidades combinadas. Ao contrário, o volume de dinheiro pode diminuir ao diminuir a massa de mercadorias ou aumentando a velocidade de realização da mercadoria.
- Os preços das mercadorias subirem, o volume de meio circulante poderá permanecer constante sob os seguintes termos: i) se a massa de mercadorias em circulação diminuir na mesma proporção que a subida de seu preço ii) se a velocidade do meio circulante aumentar proporcionalmente ao da subida de preços, se a quantidade de mercadorias oferecidas permanecer constantes. O volume de meio circulante poderá diminuir quando a massa de mercadoria decrescer mais rápido e/ou a velocidade de giro crescer mais que os preços.
- Quando os preços das mercadorias caírem, o volume de meio circulante poderá permanecer constante somente se a massa de mercadorias crescer em mesma proporção. Ou se a velocidade de realização diminuir também na mesma proporção. E poderá crescer caso a massa de mercadoria crescer mais rápido, ou se a velocidade de circulação diminuir em uma velocidade maior que os preços que estiverem caindo.

Por fim, a lei que aponta a soma dos preços das mercadorias em circulação e a velocidade média de circulação do dinheiro como os determinantes do volume de meio circulante poderá ser expressa de outra forma: a soma dos valores das mercadorias, a velocidade média das

realizações de mercadoria e a quantidade de material monetário dependerão do valor expresso pela própria mercadoria monetária³².

1.6.4 Dinheiro-moeda: expressão de valor

A partir de sua função de meio circulante, de um bem escolhido socialmente que se defronta com mercadorias de determinado *preço ou nome monetário* que, por sua vez, assume a função de equivalente geral universal, o dinheiro terá que assumir a função de expressão de valor, assim, sua cobiçada figura de moeda surgirá. A partir do desenvolvimento e aprofundamento do modo de produção capitalista, surgirá a necessidade de um organismo central regulamentando a organização social e a forma de produção. Logo, o Estado cumprirá a função de estabelecer o padrão de preços de uma nação e a roupagem do dinheiro nacional. Tal roupagem será colocada de lado no mercado mundial. Ouro é ouro no Japão ou na Grécia, o ouro por essência é poliglota, e seu valor de uso normalmente é ser valor. *O ouro [Diz Marx] como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias, cujos preços realizam* (MARX, 1988, p. 107).

Existe uma contradição inerente ao próprio processo de circulação do dinheiro, entre o seu conteúdo real e o seu conteúdo nominal, ou seja, uma contradição entre sua especificidade de metal e sua existência de função de moeda (conteúdo monetário e meio circulante). O dinheiro carrega consigo possibilidades de substituir o dinheiro metálico por *senhas de outro material ou símbolos*. Os valores das senhas de ouro, prata ou cobre são arbitrados pelo arcabouço jurídico do Estado e, no processo de circulação e realização dos metabolismos da mercadoria, ocorre um inevitável desgaste dos metais que compõem as determinadas moedas. Essencialmente sua função monetária, de

³²A ilusão de que, ao contrário, os preços das mercadorias são determinados pelo volume do meio circulante e a última, por seu lado, pelo volume do material monetário existente em um país tem suas raízes nos representantes originais da insossa hipótese de que mercadorias sem preço e dinheiro sem valor entram no processo de circulação e lá então uma parte alíquota do angu formado pelas mercadorias é intercambiada por uma parte alíquota da montanha de metal (MARX, 1988, p.106).

símbolo de valor, agora independe de seu peso e de seu valor real, mas assumirá o valor a partir das convenções sociais. *Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto funcionar, em seu lugar, como moeda* (MARX, 1988, p. 107).

Neste caso, já está como pressuposto a construção da *moeda papel do Estado com curso forçado*. Aqui, naturalmente o dinheiro cumprirá a função de meio de pagamento. O Estado emite cédulas de papel com denominações monetárias e as lança no processo de circulação. O papel símbolo de valor foi uma saída criativa e necessária para os diversos mercados internos, ele segue as mesmas leis da função moeda e na esfera interna reduz-se à função de meio circulante, podendo assim, receber uma existência estritamente funcional e *exteriormente* separar-se da substância metálica.

1.6.5 Dinheiro – tesouro

O ciclo contínuo das duas metamorfoses contrapostas da mercadoria ou a rotação fluida de compra e venda revela-se no infatigável curso do dinheiro ou em sua função de *perpetuum mobile* da circulação. O dinheiro imobiliza-se ou transforma-se, como disse Boisguillebert, de *meuble en immeuble*³³, de moeda em dinheiro, assim que se interrompa a série de metamorfoses e a venda se completa com a compra seguinte. (MARX, 1988, p.110)

O dinheiro torna-se tesouro quando deixa de ser o mediador do metabolismo da mercadoria para tornar-se um fim em si do vendedor de mercadorias, ou seja, quando o vendedor vende mercadoria não para comprar mercadorias, mas para substituir unilateralmente a forma mercadoria de que anteriormente ele era proprietário pela reificação acabada do valor, pela própria forma dinheiro.

Na gênese da circulação de mercadorias, apenas o excedente de formas físicas úteis à produção e reprodução da vida – os valores de uso – *convertiam-se em dinheiro*, eis o surgimento do ouro e da prata como símbolos da riqueza e/ou do excedente social. Esta forma simples de entesouramento permaneceu em povos que insistiam em um modo de produção tradicional, uma produção que

³³ Móvel em imóvel – Boisguillebert. “Lê Détail de la France”. In: *Économistes Financiers du XVIII Siècle (...)* par Eugène Daire. Paris. 1843. (N. Ed. Alemã)

possuía como horizonte apenas a subsistência, com certa estagnação de desenvolvimento das forças produtivas. Conforme relato de Marx, este tipo de entesouramento era muito comum entre os povos asiáticos³⁴.

Ao desenvolver o capítulo, seguindo uma lógica histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, Marx passa para um estágio mais desenvolvido da realização do metabolismo da mercadoria e trabalha agora a partir de um cenário muito próximo da forma mercantilista. Agora, o produtor de mercadorias necessita amarrar sua mercadoria produzida a um *“penhor social”*. Ainda com uma composição tecnológica da produção de mercadorias muito baixa, a produção e a venda de sua própria mercadoria dependem de inúmeros fatores. Entre eles um fator especial: o tempo. Neste caso, o vendedor de mercadorias, entesourador nato, através de seus metais preciosos adquire novos bens e os revende, em suma, realiza-se venda sem compra. Este é um tipo de processo que determinará a distribuição dos metais preciosos entre a comunidade de proprietários de mercadorias. Neste movimento de vendas sem compra por parte do possuidor de metais preciosos, iniciou-se o processo de concentração dos diversos tesouros de metais preciosos nos diversos pontos de circulação de mercadoria.

No princípio Deus criou o céu e a terra. Assim a unidade contraditória de valor de troca e valor de uso se consolida, o vendedor de mercadorias adora mantê-la na mágica forma de valor de troca, e a cobiça pelo ouro assim se fez. A serpente era o mais astuto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. Com a ampliação do mercado de vendas de mercadorias, conseqüentemente aumenta-se o poder do dinheiro e da forma sempre disponível e absolutamente social da riqueza. Entre o céu e a terra não há homem que não quera que tudo se transformasse em cristal monetário, sem exceção, tudo se compra e tudo se vende. E não escapam dessa alquimia nem mesmo os ossos dos santos nem as res sacrosancte, extra commercium hominum³⁵. Como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez como leveller³⁶ radical, todas as diferenças³⁷.

³⁴ Marx apresenta o exemplo dos indianos e dos chineses.

³⁵ Coisas sacrossantas, excluídas do comércio humano (N. da Trad. Br.) (MARX, 1988, P.111).

³⁶ Levellers (niveladores), um grupo político inglês que reivindicava sufrágio universal e igualdade de propriedade privada.

³⁷ (MARX, 1988, p.111)

A cobiça por equivalente geral de todas as mercadorias assim se faz, a necessidade de entesourar a encarnação de todo trabalho humano abstrato se consolida. O dinheiro é o representante geral da riqueza abstrata, mas sua soma real é algo limitado. Logo, um meio de compra limitado³⁸.

O entesourador realiza seu anelo somente no *script* do sovina, ele impõe a restrição de seu mediador de relações sociais circular, impede o metabolismo da mercadoria e de seu dinheiro. *O entesourador sacrifica, por isso, ao fetiche do ouro os seus prazeres da carne. Abraça com seriedade o evangelho da abstenção.*³⁹ A lei da economia política do entesourador é trabalhar, poupar e sovinice, a patologia de produzir e produzir mais, para poder vender e vender mais. Sua oração: dinheiro como moeda, e bendita a moeda que repele o dinheiro. Louvado seja o entesouramento!

1.6.6 Dinheiro mundial – o dinheiro na forma plena de mercadoria

Em um primeiro momento, os possuidores de mercadorias e os possuidores de moedas entravam em contato como donos de valores equivalentes. Com o desenvolvimento das relações sociais e com novas forças produtivas, o tempo de realização (alienação) da mercadoria separa-se de seu preço por existir uma diversidade de mercadorias que, apesar de serem quantitativamente comparáveis, ainda assim são qualitativamente diferentes, e cada uma possui um tempo e uma particularidade de produção. A venda de mercadorias acaba sendo regulada pelo padrão de produção das próprias mercadorias. Uma ferramenta, por exemplo, possui um tempo de ser produzida diferente de uma casa ou de um casaco. Sendo assim, um comprador compra mercadorias como representantes de seu valor em dinheiro ou como representante de determinada quantia em valor futuro. A metamorfose da mercadoria e o desenvolvimento da forma valor levarão inevitavelmente o dinheiro a desempenhar a forma de meio de pagamento. Comprador e vendedor assumem aqui o papel de credor e devedor respectivamente. Marx explica:

³⁸ Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente limitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação. Acontece a ele como ao conquistador do mundo, que com cada novo país somente conquista nova fronteira. (MARX, 1988, p.112)

³⁹ Idem.P.112

Assim, por exemplo, a luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro – a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária – somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas (MARX, 1988, P.113).

Ainda sob a esfera de circulação de mercadorias, a lei dos mercados de Say⁴⁰ torna-se conto encantado, mais uma fábula de Esopo para o reino encantado da mercadoria. Desaparece o par binário de equivalentes entre mercadoria e dinheiro. O dinheiro funcionará de duas formas:

- Medida de valor de mercadorias, seu preço medirá a obrigação do comprador.
- Meio ideal de compra.

Neste momento, o metabolismo social aprende a velha lei da física, *dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço*, agora o meio de pagamento entra em cena depois que a mercadoria se retirou dela. O dinheiro encerra o processo como existência absoluta de valor de troca e/ou mercadoria geral. O vendedor vende suas mercadorias, não por amor a venda, mas para satisfazer o desejo de valor de troca, a mercadoria valor é um fim em si. Marx argumenta que:

Apenas o dinheiro é mercadoria clama-se agora por todo mercado mundial. E como o cervo que grita por água fresca, assim grita a sua alma por dinheiro, a única riqueza. Na crise, a antítese entre a mercadoria e a sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma tradição absoluta. A forma de manifestação do dinheiro é aqui, portanto também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de banco, por exemplo (MARX, 1988, P.115).

A soma total do dinheiro em circulação *durante dado período* é igual à soma dos preços das *mercadorias a serem realizados mais a soma de*

⁴⁰ Jean Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês liberal, formulou a conhecida Lei de Say, a ideia do princípio da Lei de Say é que toda oferta gera sua própria demanda.

pagamentos vencidos menos os pagamentos que se compensam e, finalmente, menos o número de giros que a mesma moeda descreve, alternando sua função entre meio de circulação e meio de pagamento. O desenvolvimento do dinheiro meio de pagamento passa por certo desenvolvimento na acumulação monetária. Já o entesouramento *desaparece como forma autônoma de enriquecimento*, com a consolidação do modo de produção capitalista e a elevação da sociedade burguesa, o entesouramento cresce na forma de *fundos de reserva e meios de pagamento*.

A forma dinheiro ajusta seu conceito ao seu modo de existir somente no mercado mundial: o dinheiro assume plenamente o caráter de mercadoria. Em suma, as balanças comerciais não são o mero e simples registro contábil de compras e vendas, senão o registro de transferência de riqueza. Eis a necessidade dos países possuírem seus tesouros nacionais lastreados por ouro e prata. Paulatinamente, com o predomínio de nações e com o desenvolvimento do imperialismo, estas formas foram sendo substituídas e novos regimes monetários foram instituídos no mercado mundial. Marx, na redação dos *Grundrisse*, lembra que o *valor que se valoriza* (O Capital) assume forma acabada no mercado mundial, capitalismo é mercado mundial e seu símbolo fetichizado de riqueza chama-se dinheiro.

1.7 Saúde abstrata e Sofrimento

Este capítulo procurou desvendar as tramas da saúde no modo de produção capitalista e harmonizar a ideia de saúde na estrutura conceitual elaborada por Marx dialogando sobretudo com Dejours. Localizar a dualidade que a saúde enfrenta como saúde concreta e saúde abstrata nos obrigou a trilhar o caminho da relação social enfrentada pela saúde, determinada pela santa trindade deste modo de produção da vida: a mercadoria, o dinheiro e o capital. Desta forma, retomou-se Donnangelo & Pereira, a partir de Foucault, demonstrando que a Revolução Francesa permitiu um novo espaço social para doença, o doente e a medicina:

Foucault que ocupando-se, embora, em uma perspectiva epistemológica, da constituição de uma nova estrutura do saber médico, proporcionam também importantes indicações acerca da forma e extensão em que as ideologias e os projetos e reorganização social em jogo durante momentos da revolução política burguesa na França se projetam no âmbito das instituições médicas e com elas instauram novas correspondências. Estas expressam, sobretudo, na abertura de um novo espaço social para doença, o doente e a medicina: “Este Campo médico(...) é estranhamente parecido, em sua geometria implícita, com o espaço social com que sonhava a Revolução, pelo menos em suas primeiras fórmulas: uma configuração homogênea em cada uma de suas regiões, constituindo um conjunto de pontos equivalentes capazes de manter com sua totalidade relações constantes; um espaço de livre circulação na qual a relação das partes com o todo aparece sempre reversível e suscetível de transposição” (DONNANGELO & PEREIRA, 1976. P.18)

Porém, em nosso estudo, tentou-se demonstrar que não se trata apenas de uma dimensão distinta daquela geometria que se estende do projeto burguês e passa pela constituição de um espaço social da doença e do doente, mas demonstrar que a relação social imposta pelo movimento do capital, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, impôs uma dimensão objetiva e subjetiva da saúde. A dimensão subjetiva, como campo conceitual do lugar e da ideia do cuidar em saúde e de seus sistemas de saúde. Que ultrapassa a dimensão consciente do projeto de classe e impõe como uma religião da racionalidade do trabalho abstrato que negligencia o sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores em nome de uma saúde deslocada do corpo que trabalha e direcionada ao processo de valorização do valor.

Desta forma, qual o caminho para uma saúde com centralidade do humano? Assumir um caminho estatista e transformar o sistema de saúde em um modelo 100% estatal (questão a ser debatida no capítulo 3), por meio da criação de um mercado com organização de monopólio⁴¹? Para, talvez, humanizar a ideia de acesso à saúde, por meio daquilo que Esping-Andersen (1991) chamava de “desmercadorização”, e fingir que a lógica da mercadoria não operava a oferta do serviço por trás da trama articulada pelo Estado, este modelo proporcionou espaço para a realização da acumulação de capital dos parceiros privados dos sistemas de saúde, e, por outro lado, utilizou o sistema de saúde como sua estratégia biopolítica de controle do trabalho. Os *welfare states* (Diz Esping-Andersen) *desmercadorizantes são muito recentes. Uma definição mínima deve envolver a liberdade dos cidadãos, e sem perda potencial de trabalho, rendimentos ou*

⁴¹ Mercado com apenas um comprador.

benefícios sociais, de parar de trabalhar quando acham necessário (ESPING-ANDERSEN, 1991). Afinal, as relações da medicina com o Estado e com o político cumprem uma função de manutenção do estar sendo:

Esses valores indicam um processo original de vinculação da Medicina ao político e ao Estado, no momento em que a instauração do domínio político da burguesia promove a mobilização de recursos ideológicos capazes de aglutinar provisoriamente classes e camadas sociais em torno da tarefa de recomposição do poder representado no Estado. (DONNANGELO & PEREIRA, 1976. P.19)

A questão colocada é a superação de uma relação social de produção que atravessa todas as demais relações e que causa sofrimento, este seria o caminho para reposicionar a saúde em um lugar com centralidade do humano, uma saúde que repouse no corpo e não fora dele. A dimensão objetiva implica na organização material do cuidar e da produção na saúde, com implicações diretas na possibilidade de se realizar e financiar, por exemplo, os sistemas de saúde universal. Não se trata de prometer o paraíso da saúde na terra após a superação da forma social do capital, trata-se de perceber que esta forma social que adota a racionalidade do trabalho abstrato causa sofrimento ao humano que nela existe, que nela desenvolve relações sociais e se reproduz. Dejours aponta uma possível saída em matéria de defesa contra o sofrimento, “não há leis naturais, e sim regras de conduta construídas por homens e mulheres” (DEJOURS, 1999, p.18). Dejours (1999), quando pensa na forma social do capital contemporânea, lugar onde o controle social sobre a lógica da mercadoria, do dinheiro e do capital foi reduzido drasticamente, utiliza a analogia com uma “situação de guerra”:

Com a diferença de que não se trata de um conflito armado entre nações, mas de uma guerra econômica, na qual estariam em jogo, com a mesma gravidade que na guerra, a sobrevivência na nação e a garantia da liberdade. Nada menos que isso! (DEJOURS, 1999, p.13).

Quando apostamos na hipótese de que a saúde se torna um projeto irrealizável na sociedade da racionalidade do trabalho abstrato, na sociedade mobilizada para travar esta “guerra econômica” do capital e da mercadoria, retomamos o trabalho de Dejours e sabemos que nesta guerra existem dois tipos de cidadãos: os inaptos para as trincheiras do trabalho (idosos, os jovens mal

preparados etc.), *ao passo que dos outros, dos que estão aptos para o combate, exigem-se desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação* (DEJOURS, 1999). Esse processo profundamente marcado pelo sofrimento da humanidade se trata de uma guerra pela saúde, mas não da saúde humana:

A guerra sã é antes de tudo uma guerra pela saúde (das empresas): “enxugar os quadros”, “tirar o excesso de gordura (Alain Juppé), “arrumar a casa”, “passar o aspirador”, “fazer uma faxina”, “desoxidar”, “tirar o tártaro”, “combater a esclerose ou a ancilose” etc., eis algumas expressões colhidas aqui e ali na linguagem corrente dos dirigentes. É sabido que os tratamentos higiênico-dietéticos são dolorosos, assim como as intervenções cirúrgicas, e para eliminar o pus é preciso lancetar ou extrair o abscesso, não é mesmo? As metáforas médico-cirúrgicas são particularmente apropriadas para justificar as decisões de remanejamento, rebaixamento, marginalização ou dispensa, que causam às pessoas sofrimentos, aflições e crises de que são testemunhas compulsórias os psiquiatras e assistentes sociais (DEJOURS, 1999, p.14).

O perverso da sociedade da produção de mercadorias, das relações sociais mediadas pelo dinheiro e pelo capital como regulador das relações é que esta guerra econômica, segundo Dejours, é alimentada pelo sofrimento humano. Dejours, quando reflete na forma contemporânea da organização social da santa trindade do capital, retoma o conceito de “banalidade do mal” de Hannah Arendt (2013) para explicar a resignação de nosso tempo diante do “fenômeno” desemprego. Para Dejours: *a crise do emprego, considerada uma fatalidade, comparável a uma epidemia, à peste, ao cólera e até à aids. Segundo essa concepção, não haveria injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer qualquer influência* (DEJOURS, 1999, p.20). Diz o autor:

Em suma, a psicodinâmica do trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria uma manifestação do processo de “banalização do mal”. Minha análise parte da ‘banalidade do mal’ no sentido em que Hannah Arendt emprega essa expressão com referência a Eichmann. Não, como fez ela, no caso do sistema nazista, mas no caso da sociedade contemporânea (...). A exclusão e a adversidade infligidas a outrem em nossas sociedades, sem mobilização política contra a injustiça, derivam de uma dissociação estabelecida entre adversidade e injustiça, sob o efeito da banalização do mal no exercício de atos civis comuns por parte dos que são vítimas da exclusão (ou não o são ainda) e que contribuem para excluir parcelas cada vez maiores da população, agravando-lhes a adversidade (DEJOURS, 1999, p.21).

Procuraremos desvendar o movimento econômico que naturaliza o sofrimento, não como aquilo que Dejours chama de economicismo, como um desdobramento sistêmico sem a responsabilização e sem sujeito, mas uma análise que explique como chegamos neste mundo da “banalização do mal” e do sofrimento do corpo que trabalha, do corpo portador de saúde abstrata, do corpo apto a se colocar a serviço da valorização do capital. Para isso, no próximo capítulo, desenvolveremos a hipótese trabalhada por Marx no livro III d’ *O Capital*, a lei tendencial da queda da taxa de lucro como uma tendência que exige grandes sacrifícios sociais em nome da taxa de lucro. Assim, no templo da sociedade civil o capital assume a roupagem mística de *Moloch*, em seu lugar exige o sacrifício de conquistas civilizatórias para manter a taxa de lucro, e como um amonita⁴² que perde seu filho em um sacrifício, nós lamentamos a perda do filho e não o culto a *Moloch*, a súplica que repetimos é a manutenção da universalidade do direito no mundo do capital, quando o fórum da razão demonstra que é inaceitável a continuidade de um rito que exige sacrifícios e sofrimento em nome da acumulação do capital.

⁴² Amonitas viveram no tempo do Velho Testamento, uma etnia de Canaã, viviam a leste do Rio Jordão, na Palestina. Um povo que cultuava o demônio Moloch, segundo a tradição cristã.

2 A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO: O MERCADO COMO LIMITE DA SAÚDE

2.1 Introdução

No capítulo anterior, demonstramos como a lógica da forma-mercadoria determina a forma e os espaços dos sistemas de saúde universal. Como as relações sociais que se desenvolvem na esteira da mercadoria, do dinheiro e do capital determinam uma forma de ser da saúde. Neste capítulo, desenvolveremos uma análise da tensão entre os imperativos de mercado e a possibilidade de realização de um sistema de saúde universal. Nossa abordagem será a partir da análise da taxa de lucro (MENDES, 2015 e 2016), ainda assim, não será desenvolvida uma análise a partir de um estudo de caso específico, mas a partir das tendências e contra tendências sistêmicas do próprio movimento do capital. Porém, não se trata de uma análise do movimento geral do capital, conforme a proposta de Marx n' *O Capital*. Pois, somente uma análise com um nível maior de concretude, do moderno sistema produtor de mercadorias, permite-nos estabelecer as conexões com a forma dos sistemas de saúde. Todavia, este capítulo será desenvolvido ainda em um nível razoável de abstração do concreto, uma abstração do movimento do capital, mas uma abstração do concreto, uma abstração das relações entre a organização do espaço da saúde e o movimento do capital. Demonstrando que, ao contrário da crítica da moda, a lei tendencial da queda da taxa de lucro não é uma teoria monocausal das crises econômicas, aqui não se pretende desenvolver uma escolástica da obra de Marx, mas, justamente o contrário, pretende-se a partir de sugestões e caminhos propostos na análise desenvolvida por Marx trilhar a dura crítica imanente da relação do capitalismo hodierno com os sistemas de saúde. Seguem-se nesta pesquisa as premissas de Luxemburgo (2011) sobre os Livros II e III d' *O Capital*, após lembrar que Marx publicou apenas o livro I, e que os dois livros foram organizados postumamente a partir de *anotações, esboços, notas, ora capítulos inteiros terminados, ora observações feitas de passagem como faz um pesquisador para sua compreensão pessoal – um trabalho intelectual poderoso*, diz Luxemburgo:

Essas circunstâncias explicam por que nos dois últimos volumes de O Capital não devemos buscar uma solução acabada e definitiva de todos os problemas mais importantes da economia política, mas, em parte, apenas a colocação de tais problemas e indicações da direção em que se deveria procurar solução. A principal obra de Marx, assim como toda a sua visão de mundo, não é nenhuma bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade (LUXEMBURGO, 2011, VL II, P.164).

A hipótese a ser apresentada neste capítulo é que o estado-social e a existência dos sistemas de saúde universal, localizados, sobretudo, no capitalismo central europeu, deveu-se a uma conjuntura política e econômica muito peculiar, o saldo catastrófico do pós-guerra e a capacidade de organização política dos trabalhadores permitiu a constituição de um arranjo com regulação econômica e social, porém, é preciso ficar claro que isso não atribuía qualquer potencial anticapitalista e nem fazia do Estado uma instância neutra (BOSCHETTI, 2016, p.23). Por outro lado, sua *debacle*, foi operada pela lei tendencial da queda da taxa de lucro (KLIMAN, 2011, ROBERTS), processo que conduziu ao problema estrutural de financiamento dos sistemas de saúde. Assim, será preciso reconstituir o cenário político e econômico que tornou possível a constituição do ideário das políticas dos sistemas de saúde universal, que perduraram como consenso, pelo menos, durante o estabelecimento da “Era de Ouro”⁴³. Até o momento da nova hegemonia liberal e toda a sua disputa ideológica que condenava a existência dos sistemas de saúde vinculados ao ideário do direito universal.

É preciso lembrar que após a Segunda Guerra Mundial o “pacto keynesiano” delineava a forma de ser do capitalismo e a moderna sociedade produtora de mercadoria ingressou em um ciclo virtuoso de crescimento no pós-guerra⁴⁴, período em que experiências generosas de sistemas de saúde universal

⁴³ Os economistas – começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: “os trinta gloriosos” dos franceses (*le trente glorieuses*) a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos (Marglin & Schor, 1990, *apud*. Hobsbawn, 2001.p 253)

⁴⁴ A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente (Hobsbawn, 2001.p 257).

vigoravam com grande força social, modelos de inspiração do nosso Sistema Único de Saúde.

No entanto, a partir do final dos anos 1960, o capitalismo mundial ingressou em um período recessivo, dando sinais de que não conseguiria manter a mesma virtuosa dinâmica de crescimento do período da “Era de Ouro”.

Durante a década de 1960, tudo isso dava sinais de desgaste. A hegemonia dos EUA declinou e, enquanto caía, o sistema monetário com base no dólar-ouro desabou. Houve alguns sinais de diminuição na produtividade da mão-de-obra em vários países, e sem dúvida sinais de que o grande reservatório de mão de obra da migração interna, que alimentara o boom industrial, chegava perto da exaustão (HOBBSAWN, 2001, p. 279).

No início dos anos 1970, a Europa possuía uma alta massa de liquidez, composta pelo lucro não reinvestido da fase anterior, pelos eurodólares e pelos petrodólares que precisavam ser reciclados, tendo em vista o esgotamento do dinamismo da “Era de ouro”. Os *gênios das maquinações financeiras*⁴⁵ desenvolveram sofisticadas linhas de crédito, a massa de liquidez deveria se valorizar e transformaram-na *em capital portador de juros*⁴⁶, com taxas de juros flutuantes, indexadas pelas taxas de juros do Federal Reserve (CHESNAIS, 2006).

Em 1978, Paul Volker, presidente do Federal Reserve, iniciou o aumento das taxas de juros seguindo o receituário ortodoxo (anti-inflacionário), com forte impacto nas dívidas dos países latino-americanos⁴⁷. Aprofundou-se a dependência e o Fundo Monetário Internacional exerceu o papel de uma força externa determinando parâmetros da execução orçamentária. Chesnais (2005) ressalta a capacidade deste mecanismo de transferência de recursos de se reproduzir no tempo.

⁴⁵Embora trata-se de momentos históricos distintos, nossa referência aos “*gênios das maquinações financeiras*” é diretamente ao conceito de oligarquia financeira que ainda permanece atual para descrever o estrato social beneficiário do novo movimento do capital. Porém, deve-se registrar que a categoria foi cunhada no debate, principalmente, entre Hilferding, Lênin, Luxemburgo etc., sobre o surgimento do fenômeno Imperialismo, ver Lenin (1979).

⁴⁶ Categoria de Marx para se referir à denominação de uma forma de capital que não se encontra na esfera produtiva, mas na esfera das finanças. ver MARX, Livro III d’ *O Capital* (1988).

⁴⁷ Em agosto de 1982 iniciou-se o ciclo das moratórias na América Latina com a moratória mexicana, seguida pela moratória peruana em 1986, brasileira em 1987 e argentina em 1988. O Valor total da dívida na região passou de 220.256 bilhões de dólares em 1980, para 377.615 bilhões em 1985, e 448.231 bilhões em 1990. (COMUNIDADE ANDINA, 2001).

A segunda parte das reformas conservadoras⁴⁸ foi conduzida pelos governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Nos Estados Unidos, o fato simbólico foi a derrota da greve dos controladores de voo. Na Inglaterra, foi a derrota da histórica categoria dos mineiros. Ademais, registra-se mais uma vitória expressiva do ocidente capitalista e que representou um inegável fôlego econômico e político ao capitalismo: a restauração conservadora-liberal na União Soviética e na China (ainda nas reformas de 1978)⁴⁹. Em outras palavras, mais espaço para realização de valor e de acumulação de capital: força de trabalho qualificada, barata e disciplinada para se extrair mais-valia, ao mesmo tempo em que se ampliou o exército industrial de reserva em escala planetária, com profundo rebaixamento salarial no resto do mundo (CHESNAIS, 2005). Um ataque pesado aos direitos sociais constituídos na fase anterior, moldando o mundo sob a lógica do capital. Nessa nova configuração do mundo do trabalho⁵⁰, as políticas constituídas no Estado social⁵¹ perdem força, sobretudo os sistemas de saúde universal. Filipon et. al. (2016) nos lembram de que:

Em 1983, o Relatório Griffiths, encomendado por Thatcher, fez duras críticas ao gerenciamento das instituições do NHS, inaugurando um período de recomendações e mudanças estruturais que o assemelhariam a organogramas

⁴⁸ Segundo Duménil & Lévy, (2005) o neoliberalismo nasceu de uma luta de classes de grande envergadura em que a finança, reprimida depois da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, reafirma progressivamente sua preponderância e volta a ser dominante na transição dos anos 70 e 80.

⁴⁹ Segundo Letizia (2012), "o novo plano econômico previsto para iniciar em 1978 precisava, portanto, ir muito além da economia. Terminou sendo um ambicioso plano que se estendeu até 1985, devido às reformas sociais de grande envergadura a realizar, além da virada ideológica para fundamentá-las. Desde o começo dessa virada, em 1978 (campanha dos *dazibao*), o Partido Comunista foi abandonando o jargão "luta de classes" e passou a exaltar a "modernização socialista". O objetivo da "modernização", não aparecia claramente no opaco estilo social-confuciano dos comunistas chineses. Só aos poucos as medidas práticas foram mostrando que o objetivo era transformar a China numa grande exportadora de produtos industriais. O que implicava "por ao trabalho capitalista" a população chinesa, segundo a expressão do sociólogo Jean-Louis Rocca. (LETIZIA, 2012, p. 110.)

⁵⁰ Em entrevista recente, Noam Chomsky nos lembra que "quando Alan Greenspan testemunhou perante o Congresso, em 1997, sobre as maravilhas da economia, ele disse diretamente que uma das bases para o seu sucesso econômico era o que ele chamou de "maior insegurança dos trabalhadores". Se os trabalhadores são mais inseguros, isso é muito "saudável" para sociedade, porque eles não ficarão perguntando sobre seus salários, não vão entrar em greve, não vão pedir repartição de lucros, e vão servir a seus patrões de bom grado e de forma passiva. E isso é ótimo para a saúde econômica das empresas." (CHOMSKY, 2014).

⁵¹ O que se denomina aqui de estado social capitalista, portanto, é o Estado que, no capitalismo tardio (Mandel, 1982), assume importante papel na regulação de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social (BOSCHETTI, 2016, p.28)

empresariais. No lugar das relações administrativas horizontais que caracterizavam o NHS até então, foram estabelecidos conselhos de diretoria hierárquicos (boards) nos moldes de conselhos de acionistas, assim como foi enfatizada e valorizada a figura do gerente/gestor local do serviço (Filipon et. al, 2016).

Um dos aspectos marcantes do neoliberalismo, na década de 1990, foi o aumento do fluxo de capitais internacionais, da formação de fluxos de rendas favoráveis às classes ricas e de expressivo aumento na “criação de valor por acionista”, demonstrando a nova hegemonia do capital financeiro. Duménil e Lévy ressaltam que embora o nível da taxa de lucro apresentasse sinais de recuperação, a partir dos ajustes conservadores dos anos 1980, a taxa de acumulação de capital não foi restaurada, pois o neoliberalismo mostrou-se um sistema de remuneração de credores e acionistas (DUMÉNIL e LÉVY, 2006).

O ano de 2001 foi um ponto de inflexão na vida política e econômica do mundo. Harvey quando inicia a caracterização deste período ele procura “pela dialética interna da sociedade civil norte-americana”, o autor nos lembra de que se iniciava uma recessão nos Estados Unidos (acentuada pelo choque do 11 de setembro). Um processo de aumento do desemprego e da insegurança econômica. Escândalos corporativos em cascata e impérios empresariais derretiam da noite para o dia. Erros contábeis, problemas no marco regulatório desmoralizavam Wall Street e fundos de pensão perdiam duramente seu valor. Enfim, um conjunto de fatores internos marcou a guinada na política interna e externa dos Estados Unidos (HARVEY, 2003).

No entanto, para Chesnais o ano de 2008 marcou uma nova etapa, pois a crise se desenvolveu com combinações “realmente brutais” de manifestação da crise climática⁵² mundial com a crise do capital enquanto tal, segundo o autor, o momento marca a entrada em uma fase de crise da humanidade, pois “dentro destas complexas relações” também estão acontecimentos bélicos de “grande amplitude” (CHESNAIS, 2008).

⁵² Todavia, é importante ressaltar que a combinação crise econômica com crise ambiental não é exatamente uma combinação nova, Davis (2002), em *Holocaustos Coloniais*, descreve o processo da acumulação primitiva pelo ponto de vista dos colonizados, assim o impacto da *exportação de capital*, ainda na fase da expansão de posse colonialista, possuiu como um dos impactos mais violentos profundas mudanças climáticas. Segundo Davis a *seca hidrológica tem sempre uma história social* e a fome é um *fenômeno social e biológico* (DAVIS, 2002, P.30/31).

A análise do caso brasileiro mereceria atenção especial, pois a nossa constituição cidadã foi norteadada em sua construção pela lógica do estado social e, nesse sentido, alterou um sistema que funcionava sob uma orientação meritocrática para um novo modelo que assegura direitos básicos e universais de cidadania⁵³. Porém, em um momento que este modelo ruía no mundo, o Brasil ingressou em um estado social tardio e inconcluso, com inúmeros gargalos sociais e com profundo problema de financiamento, pois, como lembra Mendes, o domínio do capital portador de juros criou profundos constrangimentos à saúde universal (MENDES, 2012, p.70).

Neste cenário em que se configurou um ajuste de forças sociais para a garantia de uma nova dinâmica de acumulação capitalista, nossa hipótese é que o modo de produção capitalista apostou em um movimento que pretende recuperar o ritmo de acumulação de capital a partir de ataques contra direitos sociais e trabalhistas, neste sentido movimentos como o de privatização e aprofundamento da mercantilização da saúde possuem um caráter estratégico, trata-se de libertar da lógica do direito social para subsumir a oferta dos sistemas de saúde sob a lógica da forma mercadoria, este processo faz parte do movimento do capital seguindo dialeticamente a implementação das contra-tendências a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Desta forma, neste capítulo será retomado o cenário histórico que permitiu a constituição dos sistemas de saúde universal até a crise que comprometeu estruturalmente o seu financiamento.

Nesse sentido, é preciso se perguntar qual é a verdadeira margem para pensar em um sistema de saúde universal no capitalismo contemporâneo em que a dívida pública é o principal entrave das execuções orçamentárias. Qual a capacidade que o Estado, organizado no modo de produção capitalista, tem de financiar um novo estado de bem-estar social, modelo que foi uma curta exceção na história do capitalismo? Nos parece que o desafio é pensar para além do mercado e do Estado ou fatalmente nos equivocaremos. Neste capítulo se pretende demonstrar a incapacidade da economia de mercado em garantir sistemas de saúde universal, pois além do que mostramos no capítulo anterior que o movimento de acumulação de capital traz em sua engrenagem um

⁵³ Ver MENDES (2012).

processo de concentração e centralização de capital cada vez em menos mãos. Neste capítulo será desenvolvido a hipótese marxiana da lei tendencial da queda da taxa de lucro, veremos como o movimento contraditório do capital obrigará a realização de sacrifícios cada vez maiores para sustentar o insustentável e irracional movimento de acumulação de capital. Para isso, desenvolveremos a hipótese de Marx sobre a Lei tendencial da queda da taxa de lucro e suas causas contrariantes. Na seção 2.2. será sistematizada toda a hipótese de Marx sobre a queda da taxa de lucro desenvolvida no Livro III, em seguida, nas seções 2.2.1 até a seção 2.2.7 trilharemos as causas contrariantes a própria lei. Na seção 2.3 trilharemos o debate desenvolvido por Marx sobre as formas funcionais do Capital portador de juros e sobre o capital fictício, formas que hegemonizam a dinâmica de acumulação após a crise dos anos 1970. Em seguida, na seção 2.4 organizaremos um pouco do debate hodierno da lei tendencial da queda da taxa de lucro proposto por Andrew Kliman. E em nossa última seção (2.5) será o debate do estado-social à tirania financeira: O Estado de Exceção como a regra.

2.2 A lei tendencial da queda da taxa de lucro: A hipótese de Karl Marx

A taxa de lucro cai não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque, em relação ao capital empregado, utiliza-se em geral menos trabalho. (MARX, 1988, p.177)

Um capitalista, ao ingressar no processo produtivo, empregará seu capital essencialmente em máquinas (meios de produção) e insumos, o conjunto de ambos formará a massa do capital constante, mais a força de trabalho (Capital variável). Assim vamos estabelecer uma jornada de trabalho conforme o nível geral de civilização de um tempo histórico e uma determinada quantia de salário. Imaginemos a fim de facilitar o nosso exemplo as *100 libras esterlinas* de Marx⁵⁴. Esta quantia revertida em salário colocou determinada quantidade de trabalhadores em movimento produtivo, seguindo os exemplos de Marx, 100 trabalhadores ingressaram nas fileiras do exército do processo de produção, produzindo o *tanto de trabalho necessário quanto de mais trabalho*. Neste sentido, após a realização da subsunção, e realizado o ciclo de produção, o produto-valor global aparece como 200 libras. Enfim, a taxa de mais-valia (m/v) realizada foi de 100%. Embora, como sabemos, a taxa de lucro é estabelecida a

⁵⁴ Exemplo utilizado por Marx no Cap. XIII. Seção III. A Lei Enquanto Tal. P.154.

partir de toda massa de capital aplicada no processo produtivo. Ou seja, a taxa de lucro aparece como m/C ($C = \text{Constante} + \text{Variável}$), em outras palavras, o lucro será considerado a partir de toda composição do capital aplicado no processo de produção.

Logo, matematicamente a taxa lucro aparecerá com uma taxa menor que a de mais-valia. Em outras palavras, entender a diferença entre o lucro e a mais-valia exige certas argúcias nas potencialidades de abstração do analista, mas o mínimo conhecimento em matemática já é o suficiente para entender a relação. Lembremo-nos da reificação das relações sociais de produção, o capitalista tratará tanto suas máquinas quanto os trabalhadores como meros fatores de produção, trata-se da coisificação do ser e da socialização da coisa. Assim, o capitalista não terá pudor em achar um ponto de máxima eficiência no nível da composição do trabalho vivo e do trabalho morto (capital) empregado no processo de produção. Deve-se supor que o capitalista a fim de ser mais produtivo que a concorrência amplie sua planta de produção, mantenha ou até mesmo diminua o número de trabalhadores que participam do processo produtivo (alterando simplesmente o nível de exploração do trabalho). Afinal, trata-se de reduzir o custo, o salário⁵⁵ compõe a matriz de custo da produção. Este movimento natural de uma empresa capitalista implicaria no aumento da composição orgânica do capital, que, por sua vez, significaria na prática um aumento do capital constante em detrimento do capital variável. Ora, este contínuo aumento do capital constante cria uma *queda gradual na taxa de lucro*. Um movimento simples de se notar na matemática e uma hipótese que não se exige grande poder de abstração. Diz Marx sobre este movimento do capital:

A série construída hipoteticamente⁵⁶ no começo, expressa, portanto, a tendência real da produção capitalista. Está, com progressivo decréscimo relativo do capital

⁵⁵ O salário pertence, pois, aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação. Foi, portanto, absolutamente consequente quando donos de fábricas ingleses, antes da Amendment bill de 1834, deduziram do salário do trabalhador, como parte integrante do mesmo, as esmolas públicas que este recebia mediante taxas de assistência (MARX, 2012, P. 92).

⁵⁶ Se $c = 50$, $v = 100$, então $l' = 100/150 = 66 \frac{2}{3}\%$

Se $c = 100$, $v = 100$, então $l' = 100/200 = 50\%$

Se $c = 200$, $v = 100$, então $l' = 100/300 = 33 \frac{1}{3} \%$

Se $c = 300$, $v = 100$, então $l' = 100/400 = 25\%$

Se $c = 400$, $v = 100$, então $l' = 100/500 = 20\%$. Lembrando que c é Capital constante, v é Capital variável e l' é Lucro. (MARX, 1988, p.154)

variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. (Há de se mostrar mais adiante⁵⁷ por que esse declínio não surge nessa forma absoluta, mas mais como tendência a uma queda progressiva). A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas *uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente. (MARX, 1988, p.155)

A genialidade da análise de Marx é demonstrada nestes detalhes. Embora aparentemente simples, a análise consegue desvendar o que está por trás da neblina social do modo de produção capitalista, desenvolve com rigor um dos objetos mais preciosos da economia política. Foram inúmeras as tentativas para re-significar a contradição entre o trabalho vivo e o trabalho morto (objetivado), desmistificar a subsunção do capital em relação ao trabalho. Smith e Ricardo, entre outros, tentaram decifrar o enigma que gira em torno da *composição orgânica do capital*, mas nenhuma escola econômica *apresentou a mais-valia separada do lucro*, Marx foi o primeiro a apresentar o lucro em sua forma pura e, por sua vez, a decomposição do lucro⁵⁸, decifrando assim a formação da taxa geral de lucro (MARX, 1988, P.156).

São inúmeras as combinações possíveis que podem gerar uma queda na taxa de lucro. Podemos afirmar que todo movimento que modifique a relação entre o capital variável e o constante inevitavelmente modificará a taxa de lucro. Assim como as possíveis alterações no nível de exploração do trabalho, por exemplo, o predomínio da mais-valia relativa ou mais-valia absoluta altera a relação final da taxa de lucro. Lembremos que o processo de produção capitalista é um processo de acumulação, com a tendência à concentração e centralização de capital. Este processo, por sua vez, contribui no progresso da produção, ajuda

⁵⁷ Marx aponta para verificar no capítulo XIV, livro III, este seu destaque.

⁵⁸ Lucro industrial, lucro comercial, juros e renda fundiária.

a desenvolver as forças produtivas e garante ganhos de produtividade como proteção frente aos concorrentes. Ora, se obtivermos ganhos de produtividade, logo, aumentaremos a *massa de valores de uso produzidos, dos quais os meios de produção constituem uma parte*. É necessário lembrarmos que esta porção a mais produzida poderá ser revertida em capital, este ganho de produtividade permitirá a elevação da capacidade das forças produtivas e, conseqüente, ampliará a produção de valores de uso. O modo de produção capitalista revolucionou a produção da vida, ao passo em que se aumenta o volume de capital produzido, em que se aumentam os ganhos de produtividade, ocorre um aumento correlato da população. O excedente do capital e o crescimento dos meios de produção criam condições para o crescimento da população trabalhadora, porém, não em proporções que garantam a possibilidade de o capital satisfazer necessidades. Assim temos uma superpopulação relativa como parte da tendência do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por outro lado, o excedente momentâneo de capital em relação aos trabalhadores também é uma possibilidade e teria duplo efeito (MARX, 1988, P. 158/159). Diz Marx:

Por um lado, por meio da elevação de salário, atenuando, por conseguinte as influências dizimadoras, aniquiladoras da descendência dos trabalhadores e facilitando os casamentos, ele iria aumentar paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, porém, por meio da aplicação dos métodos que geram a mais valia relativa (introdução e aperfeiçoamento na maquinaria), ele geraria ainda muito mais rapidamente uma superpopulação relativa, artificial, que, por sua vez – já que na produção capitalista a miséria gera população -, seria de novo a incubadeira de um aumento realmente rápido do tamanho da população. Da natureza do processo capitalista de acumulação – que é apenas um momento do processo de produção capitalista – segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável. Com o progresso do processo de produção e de acumulação a massa de mais trabalho apropriável e apropriado *tem de crescer*, e portanto a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte de capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro. (MARX, 1988, p.159)

O processo de produção e acumulação capitalista é envolvido por um processo de *ad eternum* do crescimento da massa de valores de uso. Em um

crescente aumento da composição tecnológica do capital, cada estabelecimento busca incessantemente o aumento da grandeza de seu comando de capital. É da natureza da produção social atomizada pela propriedade privada, e instigada pela livre concorrência, construir complexos que superem o nível tecnológico de sua concorrência. Ou seja, o movimento que passa da subsunção formal para a subsunção real, não passa por uma questão moral do capitalista, mas essencialmente pela natureza do próprio movimento do capital e consolidação do capitalismo como modo de produção dominante em um tempo histórico. A exploração do trabalho, conseqüentemente, a construção de mecanismos de ampliação do nível da extração de mais-valia não passam por uma questão de falta de *ethos* dos representantes do capital, pois é justamente este o *ethos* da sociedade do trabalho abstrato. Marx nos lembra que as causas da concentração de exércitos de trabalhadores e da concentração de capital fixo e circulante são as mesmas, mas em proporção superior frente ao trabalho vivo.

Aqui se mostra a lei já desenvolvida anteriormente segundo a qual, com o decréscimo relativo do capital variável, portanto com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, é necessária uma massa cada vez maior de capital global para pôr a mesma quantidade de força de trabalho em movimento e absorver a mesma massa de mais trabalho. Por isso, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se a possibilidade de uma população trabalhadora relativamente redundante, não porque a força produtiva de trabalho social diminui, mas porque ela aumenta, portanto não por uma desproporção absoluta entre trabalho e meios de subsistência ou meios para a produção de tais meios de subsistência, senão por uma desproporção entre o crescimento cada vez maior do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população crescente. (MARX, 1988, P.161)

Em outras palavras, o desenvolvimento da produção capitalista acarreta em um aumento da capacidade produtiva do capital constante imobilizado no capital global adiantado na produção, assim o trabalho vivo carrega uma tendência a ser supérfluo na produção capitalista, embora este seja a única força produtiva capaz de produzir mais valor. Em nossa avaliação existe uma tendência histórica ao desemprego estrutural, no modo de produção capitalista um contingente humano cada vez maior está fadado à margem, está fadado ao papel de ser funcional como a força de desempregados que pressiona o salário abaixo do seu preço de reprodução do trabalho, uma vez que as impiedosas forças da concorrência organizem o mercado de trabalho.

No caso de existir uma queda da taxa de lucro, o capitalista, para compensar sua perda e recuperar o nível passado da taxa de lucro, deverá aumentar a porção de capital aplicado no processo produtivo na mesma proporção da queda. *Para que a massa de lucro permaneça a mesma com taxa decrescente de lucro, o multiplicador, que indica o crescimento do capital global, tem de ser igual ao divisor, que indica a queda da taxa de lucro* (MARX, 1988, P.161).

A busca do capitalista é maximizar a exploração do trabalho, manter um nível de extração de mais-valia em crescimento constante da massa absoluta e sofisticar a extração de mais-valia, mas ele, no máximo, poderá aumentar a massa geral de lucro, no entanto sem aumentar a taxa de lucro. A massa de lucros nas palavras de Marx:

Que a massa de lucro seja determinada por dois fatores, primeiro, pela taxa de lucro e, segundo, pela massa de capital que é empregada essa taxa de lucro, é apenas tautologia. Que, por conseguinte, seja possível que a massa de lucro possa crescer, apesar de simultaneamente a taxa de lucro cair, é apenas uma expressão dessa tautologia, não leva um passo adiante, já que é igualmente possível o capital crescer sem que cresça a massa de lucro, podendo até mesmo crescer enquanto ela cai. 100 a 25% dá 25, 400 a 5% dá apenas 20. Se, porém, as mesmas causas que fazem cair a taxa de lucro estimulam a acumulação, isto é, a formação de capital adicional, e se todo capital adicional põe trabalho adicional em movimento e produz mais-valia adicional; se, por outro lado, a mera queda da taxa de lucro implica o fato de que o capital constante cresceu, e com ele todo o antigo capital, então todo esse processo deixa de ser misterioso. Mais tarde ver-se-á a que falsificações intencionais e cálculo se apela para escamotear a possibilidade do aumento da massa de lucro simultaneamente à diminuição da taxa de lucro.

Mostramos como as mesmas causas que produzem uma queda tendencial da taxa geral de lucro condicionam uma acumulação acelerada do capital, e portanto crescimento da grandeza absoluta ou da massa global de mais-trabalho por ele apropriado (mais-valia, lucro). Como tudo na concorrência, e portanto na consciência dos agentes da concorrência, se apresenta invertido, assim também essa lei, quero dizer, essa correlação íntima e necessária entre duas coisas que aparentam contradizer-se. É visível que, dentro das proporções acima desenvolvidas, um capitalista que disponha de grande capital obtém maior massa de lucro do que um pequeno capitalista que aparentemente obtém lucros elevados. O exame mais superficial da concorrência mostra, além disso, que sob certas circunstâncias, quando o capitalista maior deseja ganhar espaço no mercado e suprimir os capitalistas menores, como em tempos de crise, ele usa isso na prática, isto é, ele baixa propositadamente sua taxa de lucro para eliminar os menores da arena. (MARX, 1988, P.163)

É importante percebemos que Marx dá um salto de qualidade em relação à economia clássica e chega à essência da questão da queda da taxa de lucro.

Marx é Ricardo superado, Marx é Smith superado. *Recordemos que Ricardo não reconhece a diferença nem em capital constante e capital variável nem entre taxa de lucro e taxa de mais-valia. Além disso, segundo sua teoria, lucros e salários só podem aumentar ou diminuir em proporção inversa* (ROSDOLSKY, 2001, P. 315). Marx chega à essência do problema, desvenda a equação, desmonta as premissas de Ricardo (a) hipótese malthusiana da diminuição da fertilidade da terra; (b) identidade entre a taxa de lucro e da mais-valia, demonstrando que as próprias forças do capital, ao passo que o capital constante adquira maior espaço na produção e diminua a porção de trabalho vivo (as forças responsáveis pela criação de mais valor), gera a tendência à queda da taxa de lucro. Mas, devemos lembrar que a queda a taxa de lucro é apenas uma tendência como todas as leis econômicas e que, eventualmente, poderá ser conjunturalmente atenuada. Vejamos no próximo ponto as contradições ao Movimento da Lei da queda da taxa de lucro.

2.2.1 Contradições do movimento da lei e as causas contrariantes

Esta seção de nosso estudo será organizada como um adendo à seção anterior, assim como Marx desenvolveu, na seção III, do livro III, os capítulos XIV e XV. Nosso objetivo será desenvolver as questões que podem delinear as diversas formas de abreviar, ou quiçá, conter a tendência à queda da taxa de lucro. Marx no capítulo XIV tenta explicar não mais os motivos da queda da taxa de lucro, mas justamente o seu inverso. Por que a queda na taxa de lucro não é maior em determinada situação? Quais são as influências contrariantes? Marx apresenta as *mais genéricas*, porém, é preciso estar atento que o desenvolvimento do modo de produção capitalista criou e criará sempre novos mecanismos que tentarão minimizar os efeitos da crise. A seguir os exemplos de Marx:

2.2.2 Elevação do grau de exploração do trabalho.

A elevação do grau da exploração do trabalho acontecerá por meio da intensificação do trabalho ou pelo prolongamento da jornada de trabalho, trata-se

do capital ampliar a apropriação de mais-trabalho e mais-valia. Assim, deve-se estar atento ao conceito da extração de mais-valia relativa e mais-valia absoluta, em outras palavras, por meio do prolongamento ou da intensificação da jornada de trabalho são caminhos possíveis para constituir contra tendências. Por exemplo, o prolongamento da jornada (mais-valor absoluto) sem alterar a relação de capital constante e capital variável, introduzido em uma jornada de trabalho, seria o melhor caminho para ampliar a taxa de mais valor, com possível impacto no aumento da taxa de lucro⁵⁹. Por outro lado, a intensificação da exploração do trabalho merece uma explicação mais desenvolvida por se tratar de um modo de extração com maior complexidade tecnológica. *A priori*, apontamos duas formas de se extrair mais-valor e mais-trabalho por meio da intensificação do trabalho (mais-valor relativo):

- a) O aumento da composição tecnológica do capital aplicado no processo produtivo possuirá impacto no aumento da composição orgânica do capital (novos valores de uso aplicados no capital fixo). Este movimento transforma o máximo possível de determinada massa de trabalho em mais-valor, mas, ao mesmo tempo, diminui a necessidade do emprego de grande massa de trabalho. Assim, por um lado se aumenta o grau de exploração do trabalho e, conseqüentemente, amplia-se a taxa de mais valia. Mas, o mesmo movimento diminui a taxa de lucro da unidade produtiva que adotou esta estratégia de organização.
- b) Existe uma segunda forma que pode ser aplicada por meio do aumento da velocidade das máquinas, porventura ocorrerá uma depreciação mais rápida da maquinaria, mas, ao mesmo tempo, aumenta-se a massa de mais trabalho e mais valor extraído em um tempo menor.

O fundamental a ser entendido é que as tendências são conflitantes, elas permitem ampliar o nível de extração de mais-valor, mas ao mesmo tempo diminuem a massa geral de mais valor, com impacto na taxa de lucro.

⁵⁹ Taxa de Mais-Valor = MV/CV - Taxa de Lucro = $MV/(CC + CV)$

Destacamos também a possibilidade de, a partir das inovações tecnológicas, por um determinado tempo, ocorrer elevações na extração de mais-valia acima do nível geral de exploração do trabalho, retomemos o conceito de mais-valia extra. Por exemplo, momentos em que uma unidade produtiva introduz novas tecnologias ou novos processos de produção, assim eleva-se a produtividade, o valor da mercadoria produzida neste processo é menor que o valor da média social, permitindo uma extração de mais-valor acima da média, Marx nos lembra de que são elevações temporárias, mas recorrentes no processo produtivo capitalista.

Por último, Marx conclui este trecho com um resumo das tendências e contra tendências da queda da taxa de lucro a partir da extração de mais valor:

Antes de abandonarmos este ponto, é preciso acentuar mais uma vez que, com dada grandeza de capital, a taxa de mais-valia pode crescer, embora sua massa caia, e vice-versa. A massa de mais valia é igual à taxa multiplicada pelo número de trabalhadores; mas a taxa nunca é calculada sobre o capital global, mas apenas sobre o capital variável, de fato só sobre uma jornada de trabalho de cada vez. Por outro lado, com dada grandeza de valor-capital, a taxa de lucro nunca pode subir ou cair sem que a massa de mais-valia igualmente suba ou caia. (MARX, 1988, P.170)

2.2.3 *Compressão do salário abaixo de seu valor*

Marx não desenvolve este ponto, por tratar especificamente da concorrência, pois sua preocupação n' *O Capital* é a exposição geral do capital. Mas, ainda assim, este é um ponto fundamental para conter a tendência a queda da taxa de lucro. Além de ser uma saída recorrente proposta na pauta do dia.

2.2.4 *Barateamento dos elementos do capital constante*

Devemos perceber que as mesmas inovações tecnológicas que modificam a relação de capital constante e capital variável são responsáveis também pelo barateamento tanto do capital circulante quanto do capital fixo. É importante percebermos que é justamente esse desenvolvimento que pode conter a queda

da taxa de lucro desde que se mantenha a taxa de extração de mais valor, diz Marx:

Em suma, o mesmo desenvolvimento que eleva a massa do capital constante em relação ao variável diminui, em decorrência da força produtiva de trabalho aumentada, o valor de seus elementos, e impede portanto que o valor do capital constante, embora crescendo continuamente cresça na mesma proporção que seu volume material, ou seja, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. (MARX, 1988, p.170)

O movimento do capital é contraditório, assim *se mostra novamente que as causas que geram a tendência à queda da taxa de lucro também moderam a realização dessa tendência* (MARX, 1988, P.171).

2.2.5 Superpopulação relativa

O desenvolvimento das forças produtivas é um elemento determinante na formação desta *superpopulação relativa*⁶⁰. Quanto mais desenvolvido o capitalismo estiver em um país maior é a propensão para a realização desta superpopulação.

Por sua vez, ela é a causa, por um lado, de em muitos ramos da produção a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital continuar e continuar por mais tempo do que corresponderia, à primeira vista, ao estágio geral do desenvolvimento; isso é consequência da barateza e da quantidade de trabalhadores assalariados disponíveis ou liberados e da maior resistência que alguns ramos da produção, por sua natureza, contrapõem à transformação de trabalho. Por outro lado, abrem-se novos ramos da produção, sobretudo para consumo de luxo, que tomam como base precisamente essa população relativa, liberada frequentemente pelo predomínio do capital constante em outros ramos da produção, e que, por sua vez, repousam no predomínio do elemento constituído pelo trabalho vivo e que só pouco a pouco percorrem o mesmo caminho que os outros ramos da produção. (MARX, 1988, P.171).

⁶⁰ Diz Marx: A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o assalariado como assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados. Desse modo, a lei da oferta e demanda de trabalho é mantida em seus devidos trilhos, a oscilação dos salários é confinada em limites adequados à exploração capitalista e, por fim, é assegurada a dependência social, tão indispensável, do trabalhador em relação ao capitalista, uma relação de dependência absoluta que o economista político, em sua casa, na metrópole, pode disfarçar, com um mentiroso tartamudeio, numa relação contratual livre entre comprador e vendedor, entre dois possuidores de mercadorias igualmente independentes: o possuidor da mercadoria capital e o da mercadoria trabalho (MARX, 2013, P.839).

Segundo Marx, nos dois cenários o contingente de trabalhadores (capital variável) representa uma grande parcela do capital investido pelos representantes do capital no processo produtivo, além do salário estar abaixo da média. Este é outro ponto que permanece atual no capitalismo hodierno.

2.2.6 *Comércio Exterior*

O comércio exterior possui duas grandes tarefas para o capital: a primeira é baratear os elementos do capital constante; a segunda, baratear os meios de subsistência, e, por consequência o barateamento do capital variável. Em outras palavras, atua no sentido de fazer crescer a taxa de lucro e eleva a extração de mais-valia, pois reduz o valor do capital constante e o custo de reprodução do trabalho. O comércio exterior, além de acelerar o ritmo da acumulação capitalista, também esteve presente na infância do capitalismo, ainda na forma de capital comercial, ao mesmo tempo é produto de seu desenvolvimento, pela sede insaciável *de mercados mais amplos*.

Outro ponto que merece destaque é o comércio exterior na função de subjugar economicamente nações. Na história do modo de produção capitalista o comércio exterior aparece na empresa colonial e em fases do capitalismo monopolista. Diz Marx:

À medida que o trabalho do país mais adiantado é valorizado aqui como trabalho de peso específico mais elevado, a taxa de lucro sobe, pois o trabalho que não é pago como qualitativamente mais elevado é vendido como tal. A mesma relação pode ocorrer no caso do país para onde são enviadas mercadorias e do qual são adquiridas mercadorias; que este, a saber dê mais trabalho objetivado *in natura* do que recebe e que, não obstante, obtenha assim a mercadoria a preço mais baixo do que ele mesmo poderia produzir. [...] Por outro lado, no que tange aos capitais investidos em colônias etc., eles podem proporcionar taxas de lucro mais elevadas porque lá, em geral, por causa do menor desenvolvimento, a taxa de lucro é mais alta, assim como é mais alta a exploração do trabalho graças ao emprego de escravos, cules e etc. (MARX, 1988, P.172).

2.2.7 *Aumento do capital por ações*

Marx introduz um quinto ponto aos elementos que constituem contra-tendências da queda da taxa de lucro. O aumento do capital por ações a parcela do capital que é produto do desenvolvimento acelerado do capitalismo anda de mãos dadas com a acumulação acelerada, ao passo em que o capital se concentra e se centraliza se torna imperativo ampliar o vulto de investimento para novas empreitadas de valorização, por exemplo, a empresa colonial, as estradas de ferro etc. Assim, por uma necessidade de expansão e valorização do capital se desenvolve o capital portador de juros, um capital aplicado e calculado como uma fração de capital que proporciona juros. Ainda no livro II, Marx nos diz:

O processo de produção aparece apenas como inevitável elo intermediário, um mal necessário ao ato de fazer dinheiro. {Por isso, todas as nações em que impera o modo de produção capitalista são periodicamente tomadas pela ilusão de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção.} (MARX, 2014, P. 135).

O capital ganha mais uma feição, desta vez, a sua máscara no grande espetáculo mercantil é de capital portador de juros, ele aparece como aquele que adianta D e recebe D', aparentemente sem o fardo do processo de produção, *um mal necessário ao ato de fazer dinheiro*. Estes são aqueles capitais que proporcionam os dividendos. Estes, por sua vez, não entram na taxa geral de lucro. Diz Marx:

Caso entrassem, esta então cairia muito mais. Do ponto de vista teórico, pode –se incluí-los no cálculo e então se obtém uma taxa de lucro menor do que a que existe aparentemente e que é na realidade determinante para os capitalistas, já que exatamente nessas empresas o capital constante é máximo em relação ao variável. (MARX, 1988, p.173)

Assim, concluímos esta seção constatando que em todas as contra-tendências apresentadas por Marx a destruição de capital seria o único caminho certo para se recuperar o nível da taxa de lucro. No entanto, até o próximo ciclo de concentração e centralização de capital atingir um nível que novamente comprometa a rentabilidade do próximo ciclo de acumulação de capital. A “exuberância irracional” está escrito no DNA desta forma social de produção. Retomando nosso primeiro capítulo, o Capital é o ator principal de nosso tempo, um deus egoísta que exige sacrifício humano em larga escala de tempos em tempos.

2.3 Capital portador de juros e capital fictício

Na seção II, do Livro III, Marx trata de resolver a questão da taxa de lucro e demonstra *pari passu* como as forças do mercado se encarregam de equalizar a taxa de lucro através da concorrência. Trataremos aqui de uma das formas funcionais do capital: o capital portador de juros. Desde já esclarecemos que para nós pouco importará a origem do lucro médio, se ele deriva da forma do capital comercial ou da forma do capital industrial. Partiremos apenas de uma conclusão: o dinheiro e/ou mercadorias podem ser transformados em capital, ou seja, valor em movimento, valor que busca a sua reprodução e ampliação. Em suma, o valor de uso do capital é produzir mais valor. O capital é uno na essência, é o sujeito do modo de produção capitalista, mas em sua aparência poderá ocorrer uma espécie de autonomização das formas de capital⁶¹.

Tomemos por exemplo Shylock⁶² e as diversas possibilidades deste personagem de *O Mercador de Veneza* gastar o seu dinheiro. Todo possuidor de dinheiro com capacidade de transformá-lo em capital possui algumas alternativas para utilizar o seu precioso dinheiro. Shylock, antes de emprestar três mil ducados a Bassânio, poderia consumir o seu dinheiro com os prazeres de Veneza. Talvez assumir o risco da empreitada de ingressar na *Galere da Mercato*⁶³. Mas, como Shylock dispensa a superstição católica de seu tempo, não liga que usura seja tratada como pecado, seu Deus é outro. Assim Shylock transforma seu dinheiro em capital portador de juros. Dinheiro que faz dinheiro, sem aparentemente ingressar no processo produtivo, sem correr risco de naufragar sua nau no Chifre

⁶¹ O Capital a juros nasce, portanto, da necessidade de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e elementar de circulação e reprodução. Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente de forma 'livre' e líquida e, ao mesmo tempo, crescentemente centralizada. (TAVARES e BELLUZZO, 1980).

⁶² Shylock é o judeu rico do Mercador de Veneza (Peça de Shakespaere), Bassânio é amigo de Antônio (um mercador de Veneza).

⁶³ O sistema das *galere de mecato* está ligado precisamente às medidas de economia dirigida que os tempos ruins inspiraram ao Estado veneziano. Concebido já no século XIV, diante de uma crise insistente, como uma espécie de dumping (a expressão é de Gino Luzzatto), esse sistema foi ao mesmo tempo uma empresa do Estado e a organização de associações privadas eficazes, de verdadeiros *pools* marítimos de exportadores preocupados em reduzir suas despesas de transporte e em se manter competitivos com relação aos estrangeiros, ou mesmo imbatíveis (BRAUDEL, 2009, P.110).

da África, de sofrer um ataque de corsários na rota da seda ou de sofrer de qualquer intempérie do destino. Apenas dinheiro acrescido de mais dinheiro, um refluxo peculiar do dinheiro.

Para entendermos melhor este movimento, é importante observarmos a “*circulação peculiar*”⁶⁴ do capital portador de juros. Nas mãos daquele que empresta (Shylock), o valor de uso desta quantia é adquirir juros. Na mão de quem o recebe (Bassânio), o valor de uso é ser capital, que por sua vez é valor em movimento, que possui como grande utilidade para o proprietário adquirir lucro. Amém! Os juros não são uma dádiva divina, no limite, juros significam repartição do lucro e da renda! Observemos seu movimento:

$$D - D - M - D' - D'$$

Da mesma forma que no capital comercial a mercadoria passa por uma metamorfose quando muda de mão, no capital portador de juros o dinheiro possui duplo caráter, ora mercadoria, ora capital. Para realizar tal transação, há a necessidade de existir uma estrutura jurídica definida que regulamente esta forma de transferência de riqueza. Marx chama este movimento de “*duplo refluxo*”⁶⁵. Lembremo-nos do livro II, no qual Marx já aponta que, no processo de circulação, o capital já assume forma monetária e forma mercadoria. Devemos notar que este ciclo global do capital é patente em todo o processo de produção capitalista. O capital, independente de sua forma funcional, deve ser um filho pródigo e retornar sempre a sua velha casa, de preferência acrescido de mais valor. Já as metamorfoses do capital do prestamista ocorrerão somente no engajamento do processo produtivo. Ou seja, o prestamista empresta e recebe capital, a metamorfose passa essencialmente pelas mãos daquele que recebe. Diz Marx:

O prestamista do dinheiro não o gasta na compra de mercadoria, ou, se a soma de valor existe em mercadoria, não a vende por dinheiro mas adianta-a como capital, como $D - D'$, como valor que em determinado prazo retorna ao seu ponto de partida. Em vez de comprar ou vender, empresta. Esse empréstimo é, pois, a forma adequada de aliená-la como capital, em vez de como dinheiro ou

⁶⁴ MARX, 1988, P. 242

⁶⁵ A maneira de refluxo é determinada de cada vez, pois, pelo ciclo real do capital que se reproduz e de suas modalidades particulares. Mas, para o capital emprestado, o refluxo assume a forma de reembolso porque o adiantamento, a alienação do mesmo, tem a forma de empréstimo. (MARX, 1988, P. 245)

mercadoria. De onde não segue de modo algum que emprestar não possa também ser uma forma para transações que nada têm a ver com o processo capitalista de reprodução. (MARX, 1988, P. 249)

O prestamista, ao alienar seu dinheiro, o metamorfoseia sem necessariamente ter ciência do movimento que pratica. Este movimento causaria inveja aos alquimistas, realmente não transforma chumbo em ouro, mas transforma valor em mais valor. A quantia de valor posta em movimento no dispêndio do empréstimo necessita continuar em movimento e transformar-se em valor com mais-valia agregada. Esta mais valia agregada na quantia inicial emprestada para o capitalista produtivo é juros ou lucro médio, em outras palavras, a quantia que o capitalista *funcionante* captou no *mercado de dinheiro* retorna para o capitalista monetário, a parte emprestada mais uma parte do lucro realizado no processo produtivo. Devemos perceber que este é o movimento que aliena capital como mercadoria. A alienação não consiste na forma valor, mas:

Forma dinheiro ↔ Forma mercadoria

O valor de uso do dinheiro emprestado é ser capital. Diz Marx: a mercadoria capital, ao contrário, tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso, seu valor e seu valor de uso não só são conservados, mas multiplicados (MARX, 1988, p. 250). O capitalista monetário é a figura de Shylock⁶⁶, o valor de uso do empréstimo para ele é lucro futuro, lucro médio futuro – o *honesto lucro*.

Todo comprador adquirir um valor de uso e paga o valor do mesmo. O que nos diz Marx sobre a troca entre o mutuário e o prestamista?

O que o mutuário do dinheiro compra é também seu valor de uso como capital; mas o que paga? Certamente não é, como no caso das outras mercadorias, o preço ou o valor. Entre prestamista e mutuário não se dá, como entre comprador e vendedor, uma mudança de forma do valor, de modo que valor existe uma vez na forma de dinheiro, outra vez na forma de mercadoria.[...] O prestamista continua sempre proprietário do mesmo valor, mesmo depois de este ter passado de suas mãos para as do mutuário. No intercâmbio simples de mercadorias, o dinheiro

⁶⁶ “Como parece o falso publicano! Por ele ser cristão é que o odeio, mas, acima de tudo, porque em sua simplicidade vil, dinheiro empresta gratuitamente e faz baixar a taxa de juros entre nós aqui em Veneza. Se em falta alguma vez puder pegá-lo, saciado deixarei meu antigo ódio. Nossa nação sagrada ele detesta, e a é mesmo no ponto em que costumam reunir os mercadores, ele insulta-me, meus negócios ele condena e o honesto lucro que de interesse chama. Amaldiçoada minha tribo se torne, se o perdoar. (Shakespeare, 1966, O Mercador de Veneza. Cena III.P 110).

está sempre do lado do vendedor. Este é quem entrega o dinheiro por certo tempo, e o comprador do capital o recebe como mercadoria. Mas isso só é possível à medida que o dinheiro funcione como capital, e portanto seja adiantado. O mutuário toma dinheiro emprestado como capital, como valor que se valoriza.[...]Mas é como capital realizado que o mutuário tem que devolvê-lo, portanto como valor acrescido de mais-valia (juro); e esta última só pode ser parte do lucro por ele realizado. (MARX, 1988, p. 251)

Assim como água se transformou em vinho, um salto misterioso se realiza quando surge o Capital-Mercadoria, um salto qualitativo do ponto de vista das trocas, um movimento que pareceria *irracional* tanto do ponto de vista da mercadoria como do capital. O movimento passa por *emprestar e tomar emprestado, irracional* da mesma forma que seria entender o juro como preço do capital-mercadoria. A mercadoria possui um duplo valor, valor de troca - valor de uso, segue a sequência lógica a forma valor – preço (*expressão monetária do valor*). Logo, irracional, pois uma soma de valor não pode ter um preço além de seu próprio preço. Além do que entender o juro como preço do capital-mercadoria implica necessariamente em esquecer que o capital é, em seu apocalipse e em sua gênese, mais riqueza em potencial, que carrega em sua antítese – o trabalho assalariado, a possibilidade de se apropriar de trabalho alheio. Sendo assim, valor que se valoriza. Ou seja, o seu preço é a possibilidade de se apropriar de trabalho alheio, o seu preço é redistribuição da taxa de lucro com uma expectativa futura. Para Marx:

Ele não vê como o tempo de produção e o tempo de circulação entram na determinação do preço das mercadorias e como justamente por isso a taxa de lucro é determinada para cada período de rotação do capital, mas que mediante a determinação do lucro para um tempo dado precisamente o juro é determinado. A profundidade de seu pensamento consiste aqui, como sempre, em ver apenas as nuvens de pó na superfície e proclamar pretensiosamente essa poeira como algo misterioso e significativo. (MARX, 1988, p. 251)

Marx opera o conceito capital fictício como forma embrionária de uma teoria crítica das finanças. Vale o registro que, em seu tempo, o capital financeiro ainda engatinhava. No entanto, mesmo considerando seus limites históricos, Marx inaugura a constituição de uma teoria do desenvolvimento das finanças, articulada em uma ampla e complexa teoria do capitalismo.

Com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que somente produz com vista à circulação, essa base naturalmente desenvolvida do

sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada. (MARX, 1988, p.285)

Ao lermos o Capítulo XXV, *Crédito e capital fictício*, observa-se uma seleção de trechos com semelhanças peculiares com o nosso tempo, obviamente é preciso tomar o devido cuidado na leitura, o reino das finanças, nestes quase 150 anos que nos separam d'O Capital de Karl Marx, promoveu grande sofisticação na carteira dos produtos financeiros disponíveis em nosso tempo. Porém, perceberemos que nesse caso a história não se repete como farsa, mas como tragédia. Pode-se observar que o moderno sistema produtor de mercadorias possui uma natureza de trágicas crises econômicas, e em cada crise passada os mecanismos do capital se sofisticam, o capital portador de juros e o capital fictício ganham centralidade na dinâmica de acumulação, sobretudo, após a crise dos anos de 1970. Nesse caso específico, Marx não desenvolve uma análise aprofundada dos instrumentos de crédito por se tratar de objeto fora do escopo de Marx, além de ser um sistema que ainda engatinhava nos anos de redação d'O Capital. Anos depois, Hilferding⁶⁷ chamaria de capital financeiro. Mas, a partir do sistema de crédito, que para Marx sua evolução passa pelo comércio de dinheiro. Pois é a partir da alta concentração de dinheiro nas instituições bancárias que se inicia o salto de qualidade de um complexo sistema bancário.

O capital emprestável de que dispõem os bancos aflui-lhes de múltiplos modos. Primeiro, concentra-se em suas mãos, por serem os cobradores dos capitalistas industriais, o capital monetário que todo produtor ou comerciante mantém como fundo de reserva ou que lhe aflui como pagamento. Esses fundos se transformam assim em capital monetário emprestável. Desse modo, o fundo de reserva do mundo do comércio, por concentrar-se num fundo comum, é limitado ao mínimo necessário, e parte do capital monetário, a qual de outro modo ficaria ociosa como fundo de reserva, é emprestada, funciona como capital portador de juros. Segundo, seu capital emprestável é constituído dos depósitos capitalistas monetários, que lhes cedem a tarefa de emprestá-los. Com o desenvolvimento do sistema bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. Pequenas somas, casa uma por si incapaz de atuar como capital monetário, são unificadas em grandes massas e

⁶⁷ O Capital Financeiro é uma categoria fundamental, cunhada por Rudolf Hilferding, além de ser o título de seu magnus opus, escrito em 1910. Na introdução da edição inglesa, de Tom Bottomore, existe uma referência a um artigo publicado no *Der Kampf*, de Otto Bauer, que demonstra a grandiosidade de seu projeto. Segundo Bauer, a obra O Capital Financeiro poderia ser encarada como volume adicional de O Capital, de Karl Marx.

constituem assim um poder monetário. Essa reunião de pequenas somas, como efeito particular do sistema bancário, deve ser distinguida de sua mediação entre os capitalistas monetários propriamente ditos e os mutuários. Finalmente também os rendimentos, que devem ser consumidos apenas gradualmente, são depositados nos bancos (MARX, 1988, p. 288).

O mercado de créditos bancários é um mecanismo de aquecimento e circulação da economia que produz a especulação. Deve-se destacar que Marx não presenciou um sistema financeiro articulado e desenvolvido, mas, mesmo assim, conseguiu decifrar a natureza do movimento das finanças no capitalismo.

2.4 A hipótese da queda da taxa de lucro no centro do capitalismo hodierno.

Há vários autores que se apoiam na lei tendencial da queda da taxa de lucro para explicar a nova configuração do capitalismo a partir do desmonte do Estado social (ROBERTS; MENDES; GLICK; BRENNER et. al.). Todavia, daremos especial atenção a Kliman (2011) quando ele desenvolve no *The Failure of Capitalist production- Underlying causes of the great recession* a tese de Marx sobre a Lei Tendencial da queda da taxa de lucro na análise do capitalismo contemporâneo, desenvolve sua análise tendo como ponto de inflexão a crise de 2008. A partir da hipótese marxiana o autor desenvolve uma análise, sobretudo, da economia norte-americana, por se tratar do epicentro da última grande crise do capital e por ter disponíveis números confiáveis da taxa geral de lucro.

Assim, sua tese é que a principal contra tendência a queda da taxa de lucro é a destruição de capital, perdas causadas pelo declínio dos valores de ativos financeiros e físicos, ou a destruição dos próprios ativos físicos. Paradoxalmente, esses processos restabelecem a rentabilidade e, assim, preparam o cenário econômico para um novo *boom*. Como o que seguiu a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.

O autor destaca que durante as crises econômicas dos anos 1970 e 1980 o volume do capital destruído foi muito menor do que a que ocorreu durante a Grande Depressão. Segundo Kliman, os “policy makers” não desejavam algo da mesma envergadura, pois na primeira ocasião o resultado foi uma radicalização política dos trabalhadores. Porém, se por um lado se conteve a radicalização dos trabalhadores, por outro, o volume insuficiente de destruição de capital não

permitiu uma retomada da rentabilidade do Capital, uma vez que não se recuperou a taxa de lucro. Consequentemente, o resultado conhecido foi o de um lento crescimento da produção e da renda. Assim, o crescimento lento da renda levou ao crescimento do endividamento. A queda persistente da taxa de lucro levou a pressão de redução tributária, com significativo impacto na receita tributária do Estado norte-americano. A partir do déficit orçamentário, do governo e da dívida, o FED tentou gerir a estagnação da economia com políticas expansionistas da dívida. Com um impacto positivo no primeiro momento, mas de forma insustentável, o resultado levou a explosão de bolhas e uma profunda crise da dívida. Tendo os Estados Unidos como epicentro do abalo sísmico mundial na crise de 2008 (KLIMAN, 2011, p. 3).

Ao contrário da tese dominante entre intelectuais de esquerda, Kliman refuta três “consensos aparentes”: i) que indicam que a financeirização da economia levou empresas a diminuir o nível do investimento produtivo; ii) que a taxa de lucro das empresas norte-americanas recuperaram durante os anos 1980; iii) e que os trabalhadores recebem menos, em termos reais, a partir do ajuste conservador de Reagan. Kliman chega a constatações divergentes do conjunto destas “impressões”. Segundo o autor, ao contrário das afirmações de Dúmenil&Lévy, por exemplo, a taxa de lucro, das empresas norte-americanas, não se recuperou após o início dos anos 1980. Entre 1981 e 2001 os capitalistas ampliaram a participação do seu lucro em investimento produtivo se compararmos com o período anterior, de 1947 até 1980, ao contrário da impressão diagnosticada como resultado da financeirização e das políticas neoliberais. Por último, Kliman constata que os trabalhadores norte-americanos não recebem menos do que em décadas atrás, pelo contrário, o salário real aumentou e a renda da nação é mais alta do que era em 1960, independente do ritmo de crescimento. Destacar estas falsas impressões permitem a Kliman ir mais longe com sua análise e refutar o diagnóstico de que a crise foi “irredutivelmente financeira”. Para ele é claro que existe uma dimensão financeira que desencadeou a recessão e alguns fenômenos específicos – como alavancagem excessiva, empréstimos hipotecários arriscados etc. (KLIMAN, 2011, p. 6-7). Mas, a visão que trata a crise como decorrência exclusivamente das “*dificuldades macroeconômicas decorrentes da financeirização*” escamoteiam a própria fragilidade do sistema capitalista de produção. Para Kliman, a medida-chave do

desempenho do modo de produção capitalista é a taxa de lucro. Em suma, a leitura monocausal da crise repousa na análise que diagnostica estritamente a dimensão financeira da crise.

A dívida no Tesouro norte-americano aumentou 40% após o colapso marcado pela quebra do Lehman Brothers, mais uma vez o expediente do crédito foi utilizado como medida para estimular a economia, a dívida passou de US\$ 9,6 trilhões, no ano de 2008, para US\$ 13,5 trilhões, em 2010. Para Kliman, tais medidas não enfrentam o problema da recuperação da taxa de lucro, apenas adiam uma crise, no médio prazo, o desafio será enfrentar os encargos da dívida, o enorme endividamento sugere que a próxima crise da dívida poderia ser muito pior (KLIMAN, 2011, p. 24).

As crises econômicas cumprem o papel de destruir valor do capital e, justamente, este fenômeno que permite a restauração da rentabilidade. Assim, diz Kliman, a taxa de lucro não possui uma tendência secular determinada. Conforme apresentamos anteriormente, Marx indica tendências e contra tendências a queda da taxa de lucro. No entanto, o que Marx pretende demonstrar é a tendência à queda da taxa de lucro quando não ocorrer destruição de capital. Lembremos que Marx estava respondendo aos economistas clássicos. Rosdolsky (2001, p.315) argumenta que Ricardo, como todos os clássicos, destaca que “a tendência natural do lucro é cair” na medida em que o capital se acumula. No entanto, a resposta para Smith está na medida em que o capital se acumula amplia-se a concorrência entre capitais. Para Ricardo, a explicação está no fato de agricultura ser cada vez menos produtiva, assim, a persistente queda na taxa de lucro decorre de um contínuo aumento da renda da terra. Como sabemos, Marx recusa ambas as explicações e, por isso, dedica-se a desmistificar a explicação da tendência à queda da taxa de lucro. O segredo está em que ele consegue diferenciar lucro de mais-valor e capital constante de capital variável. Assim, a taxa de lucro resulta do mais-valor em relação ao capital global empregado na produção.

Ainda na caracterização da crise de 2008, Kliman demonstra que ela aparentemente ficou marcada como “a crise das hipotecas de subprime”, como se nada mais tivesse acontecido além de um conjunto significativo de pessoas pobres, como negros e latinos, não fosse capaz de pagar suas dívidas, questionando assim se tais pessoas deveriam ter acesso aos empréstimos

bancários. Porém, esta era apenas um face de um problema geral, o estouro da bolha e a queda dos preços nos Estados Unidos foram os fatores que desencadearam a crise (KLIMAN, 2011, P32). Os preços das casas colapsaram, o mercado imobiliário dos Estados Unidos possui um marco regulatório excessivamente liberal, com espaço para a hegemonia do capital portador de juros e do capital fictício em sua sede de autovalorização. Parte da crise se inicia com o volume da dívida hipotecária, as instituições financeiras enfrentaram uma grande crise de solvência. Para o autor, o FED é o principal responsável pela formação e persistência da bolha, “a ameaça de uma década perdida” nos Estados Unidos levaram o FED a adotar uma política do “dinheiro fácil”. A exposição das instituições financeiras ao *default* da dívida e ao próprio nível de alavancagem se devem ao próprio movimento do capital portador de juros e do capital fictício que apostam na sua valorização, o nível de alavancagem é explicado pela taxa de retorno do investimento. Em outras palavras, o risco assumido era pela esperança de realização do lucro (como juros) do retorno do dinheiro investido nos títulos das dívidas, do dinheiro das hipotecas das casas. No entanto, Kliman afirma:

Esses títulos eram mais tarde chamados de "tóxicos", poucos investidores tentavam adquiri-los, exceto a preços drasticamente reduzidos, mas se as agências de classificação de crédito estivessem certas sobre o pior cenário, os investidores que compraram esses títulos certamente teriam colhido um bom lucro. Mas as agências de classificação de crédito estavam erradas, terrivelmente erradas. Entre meados de 2006 e abril de 2009, os preços das casas caíram um terço. (KLIMAN, 2011, P34. tradução nossa).

Segundo o autor, existe uma continuidade entre a crise econômica dos anos 1970 e as crises que se sucederam até a grande crise de 2008, pois não houve uma destruição de capital que permitisse uma verdadeira retomada da lucratividade. Mesmo considerando episódios como a crise do “pontocom”, década de 1990, e a primeira bolha imobiliária dos anos 2000, a economia norte-americana nunca se recuperou completamente da queda dos anos 1970. Ou seja, a desigualdade, a crescente carga de dívidas, as crises bancárias e mesmo a crise da dívida foram resultados do colapso do sistema de Breton Woods. Mesmo as condições do mercado de trabalho indicam que a estagnação relativa iniciou-se na década de 1970 e a economia nunca se recuperou

completamente depois disso. Mesmo os entusiastas do neoliberalismo, que advogavam que a economia dos Estados Unidos ingressou em uma trajetória estável, tiveram que mudar sua retórica após o estouro da bolha (KLIMAN, 2011, P73). Contaminando a economia mundial, que ingressou em uma grande recessão, ainda que com níveis e tempos diferenciados, o mundo afundou, demonstrando a insustentável estratégia neoliberal. Assim ingressamos na quarta grande crise do capitalismo⁶⁸ (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p.12).

Segundo Kliman (2011), existem três explicações “óbvias” para se pensar no novo arranjo do capitalismo: i) “a taxa média de lucro caiu e, por causa do valor do capital que não foi destruído numa extensão suficiente para restabelecer a rentabilidade, a taxa de lucro não restaurou significativamente da sequência das quedas de meados dos anos 1970 e início de 1980. Em seguida, ii) “a queda persistente na taxa de lucro produziu uma queda persistente na taxa de acumulação de capital.” Outro ponto significativo, que nos é apresentado como o terceiro ponto da “explicação mais óbvia” é iii) “a queda na taxa de acumulação diminuiu o ritmo de crescimento do PIB *per capita*, da produção das corporações, e da remuneração dos empregados, conseqüentemente aumentou os encargos da dívida, e assim por diante” (KLIMAN, 2011, p.74). No entanto, Kliman nos lembra que mesmo entre economistas de esquerda, como Dumenil e Levy (2004), Husson (2008), Stockhammer (2009), os pontos 1 e 2 não são consenso. Para estes economistas, a taxa de lucro se recupera no início dos anos 1980 e os problemas da última crise são irredutivelmente da esfera financeira. Segundo Kliman:

O declínio da taxa de lucro sobre o investimento estrangeiro era um fenômeno extremamente amplo. Entre 1982 e 2007, 86 por cento de todo o capital estrangeiro norte-americano foi investido em 20 países. A taxa de lucro das multinacionais norte-americanas tendeu para baixo em 18 desses países. Não parece que o aumento dos salários na conta do Terceiro Mundo possa explicar a tendência de queda, pois eram países menos desenvolvidos. E uma vez que a tendência descendente foi um fenômeno amplo, não parece que outros fatores específicos a cada zona possa explicar. Pelo contrário, a queda generalizada da rentabilidade das multinacionais norte-americanas sugere que as taxas de lucro podem muito bem ter caído durante a maior parte do mundo durante este período (KLIMAN, 2011, p. 80, tradução nossa).

⁶⁸ Para os autores as quatro grandes crises do capitalismo são as de 1890, a crise de 1930, a crise de 1970 e a de 2007/08.

Quando optamos por empregar a leitura de Kliman em nossa pesquisa, o desafio era demonstrar que as medidas adotadas até esta data (no dia 07/04/2017 os Estados Unidos bombardearam a Síria e a Rússia convocou uma reunião no Conselho de Segurança da ONU, será uma saída de destruição de capital que se inicia no horizonte?), por parte das autoridades norte-americanas, conseguiram recuperar a confiança dos investidores apenas na medida em que existe confiança nos próprios Estados Unidos. Trata-se de um modelo que nega o acesso aos programas sociais básicos, como de assistência à saúde, mas que não hesita em assumir um grande volume de dívida pública para financiar as instituições que representam o movimento do capital, conforme o expediente adotado pelo FED na crise de 2008. Ao mesmo tempo em que o Tesouro aumentou a dívida do Estado norte-americano em 40% para recuperar a credibilidade de instituições financeiras, Krugman (2010) nos lembra de que a sociedade norte-americana adota um argumento “moralmente coerente” contra a garantia de assistência à saúde:

A vida pode ser injusta, mas não é tarefa do governo livrar o mundo das injustiças. Se algumas pessoas não dispõem de economias para pagar um plano de saúde, defende esse argumento, é lamentável, mas o governo não tem direito de forçar as outras pessoas a ajudá-las mediante impostos mais altos. Se algumas pessoas herdaram genes que as tornam vulneráveis a doenças ou em algum momento da vida adquiriram condições que lhes impossibilitam custear um plano de saúde, bem, há muitos golpes de azar na vida. (KRUGMAN, 2010, p. 259)

Neste cenário, parece que os políticos e os intelectuais que desempenham o papel de teólogos modernos do neoliberalismo assumem o *script* do personagem da história que inicia o filme O Ódio (La Haine, 1995). Nas primeiras cenas do filme, vemos uma imagem em preto e branco, algo parecido com o planeta Terra no centro da tela; em algumas frações de segundo, percebemos um fogo que se movimenta em direção à Terra; na segunda tomada identificamos que se trata de um coquetel molotov; na trilha sonora escutamos *Burnin and Lootin*, de Bob Marley. Enquanto o molotov se movimenta, em seu harmônico voo em sintonia com as notas da música, entra uma voz em *off* que nos conta: Essa é a história de um homem que cai de um prédio de 50 andares. Durante a queda, ele repete sem parar, para se reconfortar: ‘Até aqui tudo bem, até aqui tudo bem, até

aqui... tudo bem.’ O importante não é a queda, é a aterrissagem.” Bem, após a crise de 2008, eles [os políticos e os intelectuais] repetem, até aqui tudo bem!

“Jusqu’ici tout va bien”.

2.5 Do Estado social à tirania financeira: O Estado de Exceção como a regra

O motivo básico de ser da Resistência era a indignação. Nós, os veteranos dos movimentos de resistência e das forças combatentes da França Livre, chamamos às gerações mais jovens a manter a indignação e transmitir o legado da Resistência e seus ideais. Nós dizemos-lhes: garantam a continuação, Indignai-vos! Os responsáveis políticos, econômicos, intelectuais e toda a sociedade não devem renunciar ou se impressionar com a atual ditadura internacional dos mercados financeiros que ameaça a paz e a democracia. (HESSEL, Indignez-vous!, p. 5. Nossa tradução.)

Stéphane Hessel⁶⁹ foi destas figuras que Brecht chamaria de imprescindível. Nascido em 1917, em Berlim, estabeleceu-se em Paris com seus pais, em 1924. Tornou-se cidadão francês em 1937, viu a capitulação francesa conduzida por Pétain. Em 1941, juntou-se às fileiras da França livre e participou de todo o movimento de resistência ao regime de Vichy e à ocupação nazista. Participou ativamente da reconstrução da França, contribuiu com a afirmação do ideário do Estado social na Europa e participou ativamente de governos progressistas como o da *Front Commun*, de François Mitterrand⁷⁰. Entretanto, a crise dos anos 1970 iniciou um ciclo de desmonte de todas as políticas

⁶⁹ Que sorte a nossa, poder alimentar-nos da experiência deste grande resistente, que sobreviveu aos campos de concentração de Buchenwald e de Dora, que participou da redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi embaixador da França e agraciado com a Legião de Honra! Para Stéphane Hessel, o “motivo básico da resistência foi a indignação”. É verdade que, no mundo complexo de hoje, as razões para se indignar podem parecer menos claras e nítidas do que nos tempos do nazismo. Mas, “procurem e encontrarão”: a distância crescente entre ricos e pobres, o estado do planeta, o tratamento dispensado aos imigrantes ilegais e aos ciganos, a corrida para ter cada vez mais, a competição, a ditadura dos mercados financeiros, a ameaça às conquistas alcançadas pela resistência, de aposentadoria, de seguridade social. . . Para ser eficaz, é preciso que essa luta aconteça como no passado, em rede, como ação conjunta. Prova disto são as organizações, como Attac, Amnesty ou a DIDH, dentre outras. Por isso, podemos, sim, dar crédito a Stéphane Hessel e acompanhá-lo nessa caminhada, à qual ele conclama, de uma “insurreição pacífica”. (Apresentação de Sylvie Crossman, p.3 – para a edição de Portugal)

⁷⁰ A *Front Commun* foi constituída por socialistas e comunistas, no dia 10 de maio de 1981 a frente foi eleita em uma França dividida. A eleição de Mitterrand marcou o fim da pena de morte, a redução da jornada de trabalho para 39 horas semanais, entre outras importantes medidas. Os comunistas voltaram a possuir ministérios, fato que não ocorria desde 1947. Os primeiros dois anos marcaram uma possibilidade de constituir um governo de esquerda. Ministérios como o do tempo livre e o da solidariedade marcavam uma nova forma de se fazer política. Mas a crise econômica marcou uma guinada a direita, logo após o segundo ano de experiência da frente de socialistas e comunistas.

consagradas pela socialdemocracia europeia e, sobretudo, o programa da reconstrução da França Livre. A Europa novamente volta a ser atacada, desta vez a *blitzkrieg* é de mercado e liberalizante, o alvo é a Europa democrática do Estado social do pós-guerra. Ferreira (2016), quando analisa os sistemas de saúde, destaca que ainda que estas contra reformas liberais possuam características diferentes em cada país, todas possuem a *tendência à mercantilização* (Ferreira, 2016). No caso francês, Hessel, em sua brochura (*Indignez-vous!*), chamava a atenção que o totalitarismo das forças do mercado financeiro vem impondo duras derrotas ao Programa do Conselho Nacional da Resistência (CNR)⁷¹. Antes de falecer, Hessel pode ver os ecos de sua brochura, os indignados se espalhavam pela Europa logo após os perversos efeitos da crise econômica de 2008, ganhando contornos próprios em cada país. As ruas de países como Portugal, Espanha, Grécia, Reino Unido e Alemanha foram tomadas pela indignação organizada. Iniciou-se um processo de ocupação de ruas e praças que chegou até Wall Street, no coração do capital financeiro, com o movimento *Occupy Wall Street*. Castells (2011), para demonstrar a dimensão dos novos movimentos, registra que pouco antes das eleições municipais de 2011, na Espanha, o *nolesvote.org* (site do *não vote neles!*) possuía cerca de 700.000 usuários, 154 blogs e 641 mil resultados em pesquisas no Google. Nossa análise procura demonstrar que foi justamente no campo da disputa política, combinado com um cenário econômico peculiar, que foi possível constituir os sistemas de saúde universal.

Quando analisamos os limites dos sistemas de saúde universal no capitalismo contemporâneo, torna-se necessário lembrar do produto da tensão entre o capitalismo e as conquistas democráticas. Mesmo diversos autores não tendo a mesma caracterização da crise (KLIMAN, 2011; DÚMENIL e LÉVY, 2014; HARVEY, 2003; CHESNAIS, 2005; FITOUSSI, 2000) muitos concordam em parte com o efeito produzido pela hegemonia das finanças, um ponto em comum entre as análises é que todos eles destacam o novo poder exercido pelas forças do

⁷¹ A história do CNR, reunido pela primeira vez em maio de 1943 no 48 da rua *du Four* em Paris, nas barbas do ocupante nazista, e seu programa, adotado pouco menos de um ano mais tarde, merecem mais do que uma simples saudação retórica. As escolhas econômicas e sociais são de fato inseparáveis dos momentos históricos. Na noite da Ocupação, durante muitos meses, os resistentes se reuniram arriscando suas vidas, trocaram documentos visando redigir um programa destinado a definir a política da França para depois de sua libertação, pois tinham presente no espírito os acontecimentos que haviam determinado a política de seu país por uma década (WOLIKOFF, 2004).

capital portador de juros, uma forma de organização do poder que coloca em cheque a manutenção das conquistas democráticas. Fitoussi (2000) caracteriza a *Tiranía Financeira* como um fenômeno global. Harvey (2003), quando analisa a nova configuração do fenômeno imperialismo, destaca que se vive uma verdadeira *opressão via capital* e a acumulação se dá por mecanismos de espoliação, um cenário em que a acumulação primitiva descrita por Marx ganha contorno de forma permanente de acumulação capitalista. Chesnais ressalta que na nova configuração socioeconômica o capital portador de juros está no “*coração das relações econômicas sociais*” (CHESNAIS, 2005, p. 45). O autor destaca que não foi um movimento próprio do capital que originou este novo cenário econômico, a livre mobilidade do capital foi conquistada por meio da concessão dos Estados mais poderosos, articulada essencialmente pela tecno-burocracia “monetarista” do FED.

Nesta seção não nos interessa apenas caracterizar a crise, mas o movimento que decorre dela. Assim, observa-se que a crise econômica, dos anos 1970, não implementou um mundo qualitativamente diferente da fase anterior, na fase do paradigma do Estado social. A crise apenas libertou as forças sociais do capital que, simplesmente, estavam sob controle a partir do arranjo constituído em Breton Woods, não se trata de uma ruptura, mas de um rearranjo no processo de acumulação de capital. Para Dúmenil e Lévy o motor das grandes transformações que permitiram o arranjo socialdemocrata foi a luta de classes, assim como a reversão financeira, que não interrompeu o Estado gerencial da fase anterior, mas apenas o submeteu aos objetivos dos capitalistas (DÚMENIL e LÉVY, 2014, p. 94).

Assim, a crise dos anos 1970 inaugurou uma nova dinâmica de acumulação de capital, que paulatinamente vem impondo um verdadeiro Estado de exceção nos gastos públicos. Ela foi a combinação de uma crise econômica marcada pela queda da taxa de lucro, mas, também pela crise da própria forma-Estado⁷², assunto que será debatido no capítulo 3 desta pesquisa. Desta forma, a dívida pública, o principal elemento estatista, tornou-se o critério do Estado de

⁷² Mendes (2015) nos lembra de que: Nessa perspectiva, quando se refere à natureza da crise capitalista, é possível afirmar que o Estado exerce papel fundamental na sua constituição, à medida que é forma necessária desse modelo de reprodução social capitalista. Como se sabe, a economia capitalista é estruturada por meio do conflito presente na apropriação dos capitais e no trabalho explorado, e o Estado se apresenta em relação direta com as múltiplas contradições econômicas e sociais (MENDES, 2015, p. 65).

exceção, o principal entrave para a realização das políticas universais, em nome da dívida pública todo o arranjo do pós-guerra vem sendo desmontado. Em nome da dívida pública os teólogos do neoliberalismo defendem a existência de um Estado “mínimo”, no limite, exclusivamente policial, um Estado que delega à “mão invisível” resolver as distorções sociais criadas pelo próprio mercado, enquanto o aparato policial do Estado cria uma funesta política de encarceramento em massa como a defesa do mundo regulado pela “mão invisível”, em um momento histórico marcado pela hegemonia do capital portador de juros.

Chesnais lembra que a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e o poder político (CHESNAIS, 2005, p. 39). Após a derrocada do “socialismo de caserna” (KURZ, 1999) do leste europeu, a manutenção da ordem social da “dictature des créanciers” (FITOUSSI, 2000, p. 71) conseguiu ser elevada a uma espécie de razão de gestão da administração pública, por um lado, pelo avanço de um discurso que advogava o “fim da história” (FUKUYAMA, 1992), que eleva o ideário liberal ao status de tecnologia de gestão. Por outro lado, pela esquerda institucionalizada que se submeteu ao horizonte liberal, uma esquerda em um triste estado de letargia que combina uma amnésia de seu programa histórico com uma assustadora síndrome de Estocolmo. Um exemplo desta nova esquerda que colabora em afirmar a “ausência de alternativas” foi na própria experiência do governo “socialista” francês, em fevereiro de 1986, quando Laurent Fabius se tornou signatário da “*L’Acte unique européen*”⁷³, este foi o acordo entre as nações europeias que regulamentava a criação de um mercado interno e com livre mobilidade de capital, que futuramente formariam a Zona do Euro.

O movimento que se iniciou a partir da crise dos anos 1970 trazia ajustes que apenas moldavam o capital a sua velha face do pré-guerra. Outro exemplo de avanço das forças do mercado é o da Inglaterra. Para Loach (2013), em seu filme o *Espirito de ‘45*, a agenda das reformas do pós-guerra é produto direto da contradição entre o período pós-crise de 1929 e o cenário constituído após o ingresso na Grande Guerra. No primeiro caso, a Inglaterra era marcada pelo desemprego e pela fome, o efeito da crise de 1929 insistia em se estender deixando funestas marcas de miséria. Os ingleses descobriram o pleno emprego

⁷³ L’Acte unique: <https://www.monde-diplomatique.fr/cahier/europe/acteunique-intro>

somente quando seus jovens estavam mobilizados para matar os jovens alemães, o pleno emprego na utilização máxima das forças destrutivas.

No entanto, dois momentos marcarão o ingresso da Inglaterra no mundo do *National Health System* (NHS), o primeiro, em 1942, quando sir William Beveridge foi o responsável por organizar o relatório *Social Insurance And Allied Service* (*Beveridge Report*); o segundo, em maio de 1945, quando a Grande Guerra terminou, Churchill convocou eleições para junho daquele ano, os trabalhistas lançaram o *Labour's manifesto*, um documento amplo que dialoga com as aspirações do povo inglês e com o diagnóstico organizado no *Beveridge Report*.

O primeiro (*Beveridge Report*)⁷⁴ apontava para os caminhos de *uma economia planejada, que pretende eliminar o desemprego em massa* (BEVERIDGE, 1942) e desenvolve as linhas gerais e aprofunda o conceito de plano para a segurança/seguridade social (*Plan for Social Security*), o detalhe é que traz o princípio contributivo de repartição de custos: empregado, empregador e Estado. A importância do *Beveridge Report* não é que ele parte do vazio de políticas sociais e inaugura a questão social como ramo das políticas estatais, já existia um conjunto fragmentado de leis⁷⁵ que traziam o princípio de seguros sociais, a questão é que ele fundamenta um princípio de universalidade nas políticas do Estado. O relatório fundamenta o arranjo de um plano universal de saúde (NHS). No mesmo ano de lançamento do relatório, o *British Medical Journal*, na edição de 12 de dezembro de 1942⁷⁶, apresenta uma matéria destacando qual visão apresentada do relatório para as políticas de saúde: “100% dos serviços para 100% de toda população”.

O segundo documento que ajuda a delimitar o período do pós-guerra é o manifesto lançado pelos trabalhistas. Neste documento a marca do espírito do tempo é o profundo compromisso com o outro, nesta esteira, do responsabilizar-se pelos membros da mesma comunidade, aprofunda-se o marco de saber que o humano é humano, apenas, na humanidade. Assim nasce *A Declaration of*

⁷⁴ No relatório *Social Insurance And Allied Service*, parágrafo 8, são apontados os princípios e recomendações do relatório, combater “cinco gigantes”: a doença, a ignorância, a miséria (squalor) e o desemprego/ócio (idleness). (BEVERIDGE, 1942. Tradução Livre)

⁷⁵ Desde o começo do século o arcabouço jurídico de direitos sociais ganha corpo na Inglaterra, por exemplo, com indenizações por acidente em jornada de trabalho em 1906, pensões, seguro desemprego etc.

⁷⁶ Edição Dec. 12, 1942 do *British Medical Journal* (London). Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2164632/pdf/brmedj04020-0018a.pdf> (em 01/05/2017)

*Labour Policy for the Consideration of the Nation*⁷⁷, de 1945, um documento marcado por nove questões que delineariam os 30 anos seguintes da Inglaterra. Os trabalhistas conclamavam trabalho para todos, um desenvolvimento industrial a serviço da nação, uma agricultura e uma produção alimentar para o povo, um programa habitacional de larga escala, nacionalização da terra, um programa amplo de educação e recreação, um programa universal de saúde, um programa de seguridade social e um Reino Unido comprometido com esforços de paz com toda comunidade Britânica, com os Estados Unidos e com a União Soviética. O ponto sobre saúde do Manifesto trabalhista traduz o espírito do documento:

Com boa comida e boas casas, muitas doenças podem ser evitadas. Além disso, os melhores serviços de saúde devem estar disponíveis gratuitamente para todos. O dinheiro não deve mais ser o passaporte para o melhor tratamento. No novo Serviço Nacional de Saúde deve haver centros de saúde onde as pessoas possam obter o melhor que a ciência moderna pode oferecer, mais e melhores hospitais e condições adequadas para os nossos médicos e enfermeiros. Mais pesquisas são necessárias sobre as causas das doenças e sobre as formas de preveni-las e curá-las. os trabalhistas trabalharão especialmente para o cuidado das mães da Grã-Bretanha e seus filhos - subsídios para crianças e serviços médicos, alimentares e escolares, melhores serviços de maternidade e assistência à infância. (LABOUR PARTY, *A Declaration of Labour Policy for the Consideration of the Nation*, 1945, tradução nossa)

No entanto, este modelo teve uma vida curta de cerca de 30 anos, a Europa generosa com seus filhos, durou enquanto foi possível manter o ciclo de expansão do capitalismo organizado do “pacto keynesiano”. No entanto, é preciso registrar que a Europa generosa e solidária com seus filhos, foi generosa e solidária apenas com seus filhos. A ideia de direito universal não conferia aos povos do sul a gozarem da condição de estar contido no estatuto de humano, os direitos do homem e do cidadão eram para aqueles habitantes do centro hegemônico do capitalismo. Lembremos que enquanto os maiores experimentos de saúde universal eram desenvolvidos as guerras de libertação nacional aconteciam, sobretudo, na África e na Ásia. A generosa Europa do estado-social era a Europa que mobilizava seu contingente militar para a manutenção do quizilento neocolonialismo. Um exemplo emblemático é o da Frente de Libertação Nacional (FLN), da Argélia, a última colônia francesa no norte do continente

⁷⁷ A Declaration of Labour Policy for the Consideration of the Nation. Disponível em: <http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab45.htm> (01/05/2017)

africano nos anos de 1950. Em 1 de novembro de 1954 foi o marco das primeiras ações militares do movimento independentista argelino, a França que começava a se reconstruir sob os marcos do estado-social, inspirada pelo generoso programa político do CNR, pôs-se em estado de alerta. A França dos “Direitos do homem e do cidadão” usou e abusou do expediente sujo da guerra, o caso do general Paul Aussaresses, acusado pela justiça francesa de apologia de crimes de guerra, deixa a Europa nua e demonstra que a universalidade da ideia de homem está restrita aos nascidos na Europa. Em junho de 2001, a Redação da Folha de São Paulo publicou uma matéria que reproduzia a denúncia da revista “Le Point”, esta matéria denunciava que a França dos “direitos humanos” foi responsável por ensinar técnicas de torturas aos países do cone sul no sombrio período de suas ditaduras⁷⁸. O próprio general Aussaresses foi adido militar da França no Brasil entre 1973 e 1975. Sartre (2005) quando escreve o prefácio do histórico livro *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, lembrava:

Vocês bem sabem que somos exploradores. Vocês bem sabem que tomamos o ouro e os metais, e depois o petróleo dos “novos continentes” e os trouxemos para as velhas metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais: e quando a crise nos ameaçava, os mercados coloniais estavam ali para amortecê-la ou desviá-la. A Europa, saturada de riquezas, concedeu *de jure* a humanidade a todos os seus habitantes: um homem, entre nós, significa um cúmplice, pois nós todos nos aproveitamos da exploração colonial. Este continente gordo e pálido acaba por cair naquilo que Fanon chama justamente de “narcisismo”. Cocteau irritava com Paris, “essa cidade que fala o tempo todo de si mesma”. E a Europa, faz diferente? E esse monstro supereuropeu, a América do norte? Que tagarelice: liberdade, igualdade, fraternidade, amor, honra, pátria, e o que mais? Isso não nos impedia de ter ao mesmo tempo um discurso racista, negro sujo, judeu sujo, turco sujo. Bons espíritos, liberais e ternos – em resumo, neocolonialistas – se mostravam chocados com essa inconsequência. Erro ou má fé. Nada mais consequente, entre nós, do que um humanismo racista, pois o europeu só pôde fazer-se homem fabricando escravos e monstros. (SARTRE & FANON, 2013, p. 43)

Coincidentemente ou não, o período que marca o início do fim de Breton Woods é o mesmo período em que o jugo colonial europeu é enfraquecido pelas lutas de libertação nacional. O ano de 1971 é um marco no fim do arranjo do pós-guerra, os EUA unilateralmente rompem com o padrão monetário acordado. O próprio rompimento do padrão dólar-ouro, momento em que o dólar deixa de ser a âncora do sistema monetário internacional, possui como cenário o déficit

⁷⁸Folha de São Paulo, 15 de junho de 2001: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1506200101.htm>

orçamentário dos EUA causado devido às inversões militares em uma guerra de libertação nacional, na Guerra do Vietnã (ex-colônia francesa).

Em seguida, no ano de 1973, duas ações causariam impacto direto no financiamento das políticas públicas de direito universal. A primeira foi a reação dos governos europeus frente à nova política monetária, foi realizado a conferência de Paris, o receio era o início de um ciclo de recessão, neste encontro foi adotado um novo sistema de flutuação monetária e uma política de afrouxamento do crédito, com impacto inflacionário. A segunda ação que entraria para a história foi articulada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em repúdio ao apoio do ocidente a Israel na guerra do Yom Kippur, por um lado foi organizado um embargo de petróleo aos EUA e, por outro, um aumento de 70% no preço do petróleo para o resto do mundo. Ou seja, o período combinou o esgotamento do ciclo de expansão industrial a partir da queda da taxa de lucro (conforme demonstrado em seção anterior), desemprego estrutural, aumento do gasto público com petróleo e derivados e déficit orçamentário. Este é o cenário em que se inicia a saga da teologia neoliberal como tecnologia estatal, neste momento o diagnóstico neoliberal apontava para o desmonte de todo o aparato do estado social. Essa é transição do bem-estar social para a “maior insegurança dos trabalhadores”, segundo fala do próprio Greenspan, ex-presidente do *Federal Reserve* (FED).

Nesta seção se tentou demonstrar que o processo de transição do Estado-social à tirania financeira, embora, implique em formas qualitativamente diferentes na aparência da organização socioeconômica dos Estados que gozaram do breve arranjo do pacto “keynesiano”, essencialmente, o que está por trás é o movimento do capital. Em suma, tanto o estado-social quanto a tirania financeira são as duas faces da mesma moeda do capital. Como se os representantes e gestores do Capital pudessem ceder um benefício aqui e acolá (mesmo que esse benefício fosse *um National Health System*), nos momentos de ascensão dos trabalhadores (a exemplo do fim da segunda grande guerra), em troca da manutenção do processo de acumulação de capital e da produção de valor. E, justamente no momento de crise do capital e refluxo dos trabalhadores, devido ao desemprego estrutural que assolava a Europa no começo dos anos 1970, os velhos gestores e representantes do Capital lançam seus clérigos neoliberais em uma cruzada pró-mercado, uma cruzada que penalizava o estado-social em nome da eficiência,

que substituía a solidariedade pela meritocracia e a sociedade salarial pelo empreendedorismo. Uma sociedade em que experiências de saúde pública universal não possuem espaço, senão como apoio do Estado ao processo de ampliação da acumulação capitalista.

Assim, os defensores do sacrossanto mercado iniciam um processo que vão desempenhar o papel dos tecelões “vigaristas”, do conto A Roupas do Rei, de Andersen. Inicialmente propõe a construção da nova roupa do Estado do capital que preveniria de futuras crises econômicas, que traria paz, crescimento econômico e prosperidade. Porém, assim como no conto estes tecidos eram invisíveis para “os burros e para os que não trabalhavam direito”, os teólogos do neoliberalismo disparavam a ideia de não existir alternativa para além do mercado, com estranha semelhança, para se construir essa nova roupa do Estado é preciso empregar uma “mão invisível”. Afinal, diriam os tecelões desta nova roupa do Estado, o autorregulável mercado sabe qual o melhor ponto de eficiência na alocação de recursos. No conto, os vigaristas exigiam dinheiro do rei para tecer o novo manto. No pós-crise dos anos 1970 os economistas exigiam privatizações, exigiam desmonte das políticas universais, em nome da retomada da acumulação de capital, gerações foram condenadas ao mal-estar como ponto da nova roupa do Estado do capital. E mesmo estes ajustes não possuem um único exemplo bem sucedido na história recente do capitalismo⁷⁹, a corte do capital, com medo de parecer inculta ou mundaína, repete o mantra: que traje maravilhoso! Apenas os de baixo, como aquela criança inocente do conto, sabem que o capital está nu em seu movimento. Dejours, quando nos lembra do que tem sido o mundo regido por essa “lógica econômica” retoma o conceito de “banalidade do mal” de Arendt, nos diz:

A máquina neoliberal está em movimento, e não há como pará-la. Ninguém pode fazer nada. A opção não mais seria entre a submissão ou a recusa, no plano individual ou coletivo, mas entre a sobrevivência o desastre. A derrota do socialismo real mostra que somente a economia Liberal tem credibilidade. O socialismo é que se baseia na mentira econômica, enquanto o neoliberalismo se baseia no realismo da racionalidade instrumental e respeita as leis que implicam,

⁷⁹ Caldés (1995), em sua tese de doutorado Pinochet's Economists The Chicago School in Chile, oferece uma brilhante tese sobre o papel dos “Chicago Boys” na formação da equipe econômica da ditadura de Pinochet. Como o Chile foi transformado no tubo de ensaio das fórmulas e modelos dos monetaristas das *Chicago School* por meio da “transferência ideológica” (CALDÉS, 1995, Apud. MORAES.).

na administração e na gestão dos negócios da sociedade, a derradeira referência a verdade científica (DEJOURS, 1999, p. 94).

A saúde para Dejours passa por uma forma de organização social em que a produção da vida não implique em sofrimento. Mas, após ao esfacelamento do “pacto keynesiano” e a derrocada do “socialismo de caserna” o cinismo chegou ao ponto de pulverizar a lógica de Eichmann nos gestores do neoliberalismo, criou-se um verdadeiro Estado de mal-estar e sofrimento generalizado. Sofrimento por possuir trabalho precarizado ou por, sequer, não oferecer trabalho. Os gestores neoliberais poderiam se sentir como *Pôncio Pilatos*, e à medida que passavam os meses e os anos, *ele(s) perde-u(ram) a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseadas nas ordens* (ARENDT, 2013, p. 152), tanto faz se do Führer, do presidente do Banco Central ou do Fundo Monetário internacional. Desta forma, a questão a ser refletida quando se pensa na garantia democrática dos sistemas de saúde universal nesta nova ordem econômica é que o deslocamento da ideologia liberal na condição de técnica de gestão de Estado dissolveu o conteúdo democrático do modo de produção capitalista. O Estado democrático e seu conteúdo social é um entrave ao processo de acumulação de capital no momento histórico em que a taxa de lucro é declinante. Assim, não se trata simplesmente de um matiz diferente do Estado de direito, trata-se do Estado de exceção econômica com um telos bem definido: a defesa da acumulação de capital em larga escala. Agamben (2008) chama nossa atenção de que o estado de exceção possui origem no campo do direito, no lugar do marco jurídico, em momentos de crise o estado de exceção aparece quando se torna preciso suspender a constituição. Em momentos de crise econômica o marco social constitucional é suspenso em nome da retomada da taxa de lucro. Este é o imperativo do tempo neoliberal, o sistema de saúde universal, na sociedade em que os homens e mulheres estão divididos pelas relações sociais de produção, pode ser suspenso a qualquer momento em nome do processo de acumulação privada.

3 A FORMA POLÍTICA DERIVADA DO CAPITAL: O ESTADO COMO LIMITE DA SAÚDE

3.1 Introdução

Em março de 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, o conferencista escalado (presidente da comissão organizadora) para a abertura foi o professor, médico e sanitarista Sérgio Arouca. Na ocasião, ele abriu a conferência com um célebre discurso que trazia a ideia de que “democracia é saúde”⁸⁰. Cerca de 30 anos após as lutas que marcaram a conquista do SUS⁸¹, a ideia de sistema de saúde como direito universal é alvo de um ataque agressivo em escala planetária. Assim, será preciso retomar a ideia força da fala de Arouca e testá-la no fórum da razão. Desta forma, pensaremos nas duas dimensões da proposição de Arouca: o limite da liberdade política (momento marcado pela transição da ditadura e a construção democrática tardia e inconclusa) e o limite da liberdade econômica, um modelo econômico altamente concentrador (resultado dos modelos econômicos adotados pela ditadura civil-militar brasileira).

Esta pesquisa já trilhou a primeira dimensão da realização da saúde. Em suma, no primeiro capítulo desenvolvemos uma ideia de saúde determinada por relações sociais e chegamos no conceito de saúde concreta e saúde abstrata, cujos limites são a santa trindade do modo de produção capitalista: a mercadoria, o dinheiro e o capital. No segundo capítulo, desenvolvemos o primeiro limite de realização da saúde concreta, o sacrossanto mercado que condena o corpo que trabalha e substitui a livre produção humana pela produção livre de lucro, e quando por condições objetivas da produção capitalista o lucro ingressa em uma fase declinante a humanidade e o meio ambiente são condenados a pagar o preço da forma social que emprega *“a mercadoria como artilharia pesada que derruba as muralhas da China”*.

Em nosso terceiro capítulo se pretende pensar nos limites de realização da saúde concreta impostos pela forma-Estado. Em outras palavras, os limites da

⁸⁰ “Pronunciamento do sanitarista Sérgio Arouca durante a 8ª Conferência Nacional em Saúde, realizada em março de 1986, em Brasília (DF), que representa um marco na história do SUS. Arouca, em seu célebre discurso, discorre sobre o conceito ampliado de saúde -- formulado no evento -- definido como completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença.”

Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=-HmqWCTEeQ>

⁸¹ A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) fundou o SUS.

liberdade política para a realização da saúde concreta, pois a forma-Estado funciona como o capitalista ideal que aliena o poder nas diversas dimensões da vida, inclusive na garantia de sistemas de saúde universal. Ou seja, pretende-se demonstrar como a forma-Estado é essencialmente uma forma que deriva do movimento do próprio capital e, por si só, torna-se um entrave à participação popular e ao aprofundamento da experiência democrática (como Arouca chamava a saúde para o *lócus* da política). Assim, não se trata de uma derivação abstrata conceitual, ou de uma mera derivação lógica no campo da constituição do conceito, mas de um movimento concreto da própria produção do valor, da mercadoria e do dinheiro. É justamente na esteira da relação social do capital que se faz a constituição do ente Estado. Assim como em nosso primeiro capítulo se demonstrou que a saúde sob a lógica do capital adquire a forma-mercadoria como lógica de organização do espaço e do conceito e, no segundo capítulo, demonstramos que o mercado é o primeiro limite de realização da saúde, seja por impor limites ao financiamento ou por impor uma forma social em que a produção do lucro está na centralidade da ação na forma social do capital. Neste capítulo se procurará a forma-Estado como produto da necessidade da constituição de um organizador da forma social que produz valor que se valoriza. Engels, no *Anti-Düring*, reforça o caráter essencialmente capitalista do Estado, ao contrário da tradição socialdemocrata ou stalinista que trata o Estado com uma certa autonomia relativa em relação as contradições de classe. Diz Engels:

E o Estado moderno, por sua vez, é apenas a organização que a sociedade burguesa monta para sustentar as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista contra ataques tanto dos trabalhadores como de capitalistas individuais. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é, portanto, uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, é o capitalista global ideal. Quanto maior é o número de forças produtivas que ele assume como sua propriedade, mais ele se torna um capitalista global real, maior é o número de cidadãos do Estado que ele espolia. Os trabalhadores permanecem trabalhadores assalariados, proletários. A relação com o capital não é revogada; ao contrário, é levada ao extremo (ENGELS, 2015, p. 314).

Barata (2016), em sua obra *Como e Por que As Desigualdades Sociais Fazem Mal À Saúde* chama a atenção que *na década de 1980 foram feitas várias tentativas de operacionalização do conceito marxista de classe social para uso em investigações empíricas em diferentes campos do conhecimento, incluindo a*

saúde (BARATA, 2016, p. 25). Caldas (2015) nos lembra de que Pachukanis se opunha a tradição stalinista que tratava a forma-Estado como *um aparelho genérico de dominação de classe* ou *a ideia de Estado e direito como algo livremente manipulável pelo interesse ou vontade da classe dominante* (CALDAS, 2015, p. 109). Neste sentido, nossa pesquisa procura a particularidade da forma-Estado a partir das relações materiais no modo de produção capitalista. Assim, nossa abordagem não seguirá a tradição que delega autonomia relativa à forma-Estado. Ao contrário da cantilena liberal que se aproveitou da crise da forma-estado, nossa abordagem afirma que ela foi fundamental para organizar as relações capitalistas. Em nossa abordagem a forma política do valor, a forma-Estado, será o organizador das bases da relação desde a gênese do modo de produção capitalista. Diz Marx: a alienação fraudulenta dos domínios estatais fez parte dos métodos idílicos da acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 804).

Desta forma, iniciaremos a reflexão sobre a forma política do valor a partir da constatação que mesmo coma experiência do Estado social o bem-estar da saúde está para além no marco estatal, debate realizado na seção 3.2. Em seguida, procurou-se desenvolver o capital como o principal protagonista das formações sociais recentes, a partir do processo de acumulação de capital proposto por Luxemburgo (1970) tenta-se demonstrar que as formações e arranjos estatais são articulados a partir da necessidade de transformar os espaços em lugares de acumulação de capital, a baioneta, a guerra, o sofrimento e a dívida pública fazem parte do expediente do movimento do capital. Concluimos o capítulo demonstrando algumas ilusões que mobilizam o campo da saúde coletiva, demonstra-se que a partir das tendências e contra tendências do movimento geral do capital, empregando o exemplo histórico de Lênin (1979) et. all. se procurou demonstrar o Estado social teve seu lugar na história e tentar reproduzir uma versão local é uma ilusão natimorta, em seguida, tenta-se demonstrar que a constituição de um complexo industrial é uma ideia fadada ao fracasso no marco do modo de produção capitalista, com hegemonia do capital portador de juro e do capital fictício. Assim, a construção de um sistema de saúde universal e a garantia da saúde enquanto uma forma social que organize a produção diminuindo o sofrimento está para além do capital.

3.2 A forma política da sociedade capitalista e a Saúde: O Bem-Estar para além do Estado

Para CZERESNIA et alli. (2016), *o tema da saúde é relacionado a características vinculadas ao bem-estar, mas que não são definidas de modo científico, não há descrição que possa ser empregue como um modelo para definir saúde* (CZERESNIA et ali. , 2016, p. 11). Mas Canguilhem (2009) chama a atenção em pelo menos duas dimensões da ideia de saúde, uma que se relaciona com a fisiologia e com a patologia, no campo técnico da saúde, diz Canguilhem: *a saúde é a inocência orgânica* (2009, p. 39). A outra dimensão destacada pelo autor do *Normal e o Patológico* é a que está no campo da filosofia, a saúde como uma determinação conceitual (padrão de normalidade) a partir das tensões e transformações do tempo histórico. Ou seja, as revoluções científicas e até mesmo sociais de cada tempo determinam o padrão normatizador para se pensar na Saúde⁸². Diz Canguilhem:

A correlatividade das normas sociais: técnicas, econômicas, jurídicas, tende a fazer de sua unidade virtual uma organização. Não é fácil dizer o que é o conceito de organização em relação ao conceito de organismo, se se trata de uma estrutura mais geral que o organismo, ao mesmo tempo mais formal e mais rica, ou se, em relação ao organismo considerado como um tipo fundamental de estrutura, se trata de um modelo singularizado por tantas condições restritivas que não poderia ter mais consistência do que uma metáfora. Deve-se constatar em primeiro lugar que, em uma organização social, as regras de ajustamento das partes, a fim de formar uma coletividade mais ou menos lúcida quanto à sua finalidade própria, são exteriores ao complexo ajustado, quer essas partes sejam constituídas de indivíduos, de grupos ou de empresas com objetivo limitado. As regras devem ser representadas, aprendidas, rememoradas, aplicadas. Ao passo que, em um organismo vivo, as regras de ajustamento das partes entre si são imanentes, presentes sem ser representadas, atuantes sem deliberação nem cálculo. Não há, nesse caso, desvio, distância, nem intervalo de tempo entre a regra e a regulação. A ordem social é um conjunto de regras com as quais seus servidores ou seus beneficiários, de qualquer modo, seus dirigentes têm de se preocupar. A ordem vital é constituída por um conjunto de regras vividas sem problemas (CANGUILHEM, 2009, p. 114).

⁸² "A medicina, disse Sigerist, é uma das ciências mais intimamente ligadas ao conjunto da cultura, já que qualquer transformação nas concepções médicas está condicionada pelas transformações ocorridas nas ideias da época" [107, 42]. A teoria que acabamos de expor, teoria que é ao mesmo tempo médica, científica e filosófica, comprova perfeitamente essa afirmação. Parece-nos que ela satisfaz simultaneamente várias exigências e postulados intelectuais do momento histórico-cultural no qual foi formulada (CANGUILHEM, 2009, P. 40).

É evidente que este capítulo não possui a pretensão de explicar "a saúde enquanto manifesto da vida no silêncio dos órgãos", lembrando a ideia de Leriche, (APUD. CANGUILHEM, 2009, p. 35). Trata-se de pensar as tensões da saúde na filosofia, das tensões a partir da manifestação da forma política. Desta forma procuraremos algumas contradições e convergências entre a forma-Estado, enquanto manifesto da forma política do Capital, e a saúde a partir do processo de falência de uma forma de ser do ente Estado que foi constituída no pós-guerra até a crise dos anos 1970. Em outras palavras, propõe-se pensar a relação entre o bem-estar social estatal e o bem-estar que vincula características da saúde.

Trata-se de uma revisão no marco teórico, de pensar a saúde na segunda dimensão proposta por Canguilhem, na dimensão filosófica da saúde, no quadro do desenvolvimento de uma teoria crítica da saúde que a entenda como um direito humano fundamental.

Nosso desafio nesta seção é demonstrar que não existe um caminho seguro para a saúde enquanto um conceito a ser desenvolvido, enquanto direito humano, direito social ou até mesmo para os sistemas de saúde universal no marco da forma política do capital. Um entusiasta keynesiano poderia questionar esta afirmação, por exemplo, como explicar a existência do Estado de bem-estar social e a constituição de modelos de sistemas de saúde universal? No capítulo anterior se demonstrou o papel da crise econômica em desarticular tais experiências que foram sacrificadas em nome da taxa de lucro, nesta seção se procurará os limites da própria forma-Estado, para além das determinações econômicas. Assim, por meio da leitura e da reflexão da obra *Teoria Materialista do Estado*, de Hirsch (2010), procuraremos pensar as categorias políticas que colaboram em explicar a existência da forma-Estado. Nossa primeira questão será refletir sobre a formação estatal e de uma crítica harmonizada com o projeto de crítica da economia política, de Marx, diz Hirsch:

Como a crítica da economia política apresenta, em primeiro lugar, no confronto com as categorias da Ciência Econômica, a teoria materialista do estado é antes de tudo, uma crítica do estado e uma crítica às abstrações feitas na Ciência Política. No seu centro, está o esforço por decifrar o conceito de Estado, existente no senso-comum e aplicado pelo *mainstream* da Ciência Política, Como a expressão de estruturas sociais caracterizados por formas específicas de exploração e de opressão e, assim, portadora de caráter contraditório. Igual a "mercadoria" ou "dinheiro", também o estado não é uma coisa, um sujeito ou uma organização racional, mas um complexo de relações sociais. Ele é gerado e

reproduzido pelos indivíduos ativos, mas sob condições que fogem a sua consciência imediata e ao seu controle (HIRSCH, 2010, p. 19).

Quando se propõe a pensar a forma-Estado como um complexo de relações sociais, como *expressão de uma relação de socialização antagônica e contraditória* (HIRSCH, 2010, p. 20), *a priori*, teríamos que resolver se existiu continuidade ou ruptura entre a ideia do bem-estar localizado na forma política e o bem-estar no campo da saúde, uma vez que o bem-estar no campo da saúde como aprendemos com Canguilhem (2009) e Dejours (1984) repousa no corpo, por outro lado, em campo diametralmente oposto, a forma-política do valor, o Estado, aparece como portador de um interesse universal, distante do interesse particular da sociedade civil, da família ou do indivíduo que possui o corpo onde a saúde repousa. Marx (2014), na *Crítica Da Filosofia Do Direito De Hegel*, ajuda-nos a pensar na relação social contraditória que constitui a forma-Estado, diz Marx:

As funções e atividades do Estado estão vinculadas aos indivíduos (o Estado só é ativo por meio dos indivíduos), mas não ao indivíduo como um indivíduo *físico* e sim o indivíduo do *Estado*, à sua *qualidade estatal*. É, por isso, ridículo quando Hegel diz: elas estão “unidas a sua personalidade particular como tal de uma maneira exterior e accidental”. Elas estão, antes, unidas a um indivíduo mediante um *vinculum substantiale*, por uma qualidade essencial do indivíduo. Elas são ação natural de sua qualidade essencial. Esse disparate advém do fato de Hegel conceber as funções e atividades estatais abstratamente, para si, e, por isso, em oposição à individualidade particular; mas ele esquece que tanto a individualidade particular como as funções e atividades estatais são funções humanas; ele esquece que a essência da “personalidade particular” não é a sua barba, o seu sangue, o seu físico abstrato, mas sim a sua qualidade social, e que as funções estatais etc. são apenas modos de existência e de atividade das qualidades sociais do homem. Compreende-se, portanto, que os indivíduos, na medida em que estão investidos de funções e poderes estatais, são considerados segundo suas qualidades sociais e não suas qualidades privadas (MARX, 2014, p. 48).

Como Marx destacou no trecho acima, o vínculo entre o Estado e o indivíduo é somente enquanto indivíduo abstrato representante de funções sociais estatais. São vínculos manifestos por meio de atividade das qualidades sociais, as relações sociais determinam a forma de ser do ente Estado e da própria relação deslocada da esfera da individualidade, trata-se de um lócus fetichizado e reificado do exercício do poder. A sociabilidade da produção do valor, da troca

mediada pela forma-dinheiro e do processo ininterrupto de acumulação de capital torna-se o principal elemento de coerção exterior. Diz Hirsch:

Formas sociais caracterizam relações objetivas exteriores e reificadas face os indivíduos, em que sua ligação social manifesta-se disfarçada, não transparente. Sob as condições capitalistas, a sociabilidade não pode ser gerada de outro modo. As relações entre os indivíduos devem assumir os aspectos de relações objetivadas, ou seja, a própria existência social aparece para o indivíduo como coisa, como “fetiche” difícil de ser visualizado, ocultando aquilo que o engendra e o move (MARX, 1971; Holloway, 1991,225). As duas formas sociais fundamentais que objetivam a ligação social no capitalismo são a *forma valor*, expressa no dinheiro, e a *forma política*, manifesta na existência de um estado separado da sociedade (HIRSCH, 2010, p. 30).

Este trabalho tomou como hipótese a formação do Estado a partir das relações sociais no reino do capital, entendemos que o Estado como se apresenta na atualidade não foi visto em sociedades anteriores (MASCARO, 2014), é uma forma historicamente inédita. Em modos de produção anteriores não existiu a separação entre aqueles que dominam politicamente e aqueles que dominam economicamente (MASCARO, 2014). O Estado com a feição que conhecemos é um fenômeno do modo de produção capitalista. Mascaro nos lembra de que:

A troca de mercadorias é a chave para desvendar a especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. A intermediação Universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma Instância patada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força do trabalho sobre a forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal - o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo - possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados (MASCARO, 2014, p. 18).

A questão que precisamos desvendar é se a forma-Estado deriva do movimento do valor como foi possível constituir a experiência de bem-estar social? Como foi possível as trabalhadoras e os trabalhadores, por meio de sua força política, impor, por exemplo, a construção de sistemas de saúde universal? A primeira observação é que todas as lutas para se ampliar as conquistas democráticas sempre foram conduzidas pela classe trabalhadora; a segunda observação, o Estado capitalista conseguiu absorver tais demandas de ampliação

de conquistas democráticas desde que elas contribuam com o processo de acumulação e de reprodução de capital. O período que foi possível o arranjo do Estado social é caracterizado por Hirsch como regime de acumulação fordista⁸³.

Para Hirsch, o arranjo da acumulação fordista incorporou os trabalhadores no processo de valorização do capital, uma vez que foi marcado pela sociedade salarial. Mas, as consequências do processo de incorporação dos trabalhadores na sociedade salarial trouxe risco social, uma vez que aumentou a longevidade populacional (velhice), desemprego e as doenças. Neste cenário as medidas de proteção social, de seguridade social faziam parte da funcionalidade do processo de acumulação de capital. Hirsch nos lembra de que a própria *introdução da previdência social estatal* contribuiu com a manutenção da força de trabalho e com a garantia do nível de consumo de massas.

O arranjo de seguridade social que foi possível em um momento histórico no pacto keynesiano e mesmo a construção de sistemas de saúde universal foram processos importantes e caros nesta longa e árdua luta para se ampliar as fronteiras das conquistas democráticas, mas se julgarmos no fórum da razão, empregando a ideia de saúde que repousa no corpo como nos lembra Canguilhem, e a saúde como exercício de liberdade, como o momento em que cada homem, mulher ou criança possua meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social (DEJOURS, 1984), esta saúde nunca foi possível e realizável no reino do capital, é preciso ter claro que esta saúde está para além do mercado e para além do Estado.

Uma vez constatado a crise desta forma política constituída no pós-guerra, e a impossibilidade de se retomar um novo pacto-keynesiano, nos resta apontar algumas críticas nas ilusões dos defensores da saúde pública que acreditam ser possível ressuscitar o cadáver do Estado-social, debate a ser desenvolvido em nossa última seção.

⁸³ Características básica do fordismo é a implementação da organização do trabalho taylorista na produção massiva de bens de consumo estandarizados. A parcelização, a preparação e o controle centralizados dos processos de trabalho serviam a substituição dos trabalhadores manuais qualificados os trabalhadores sem maior qualificação na linha de montagem. Com isso, a divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual modificou-se consideravelmente, levando uma forte racionalização e intensificação do trabalho. A produtividade do trabalho aumentou enormemente, o que dava a base para um crescimento econômico sólido e constante. (HIRSCH, 2010, P. 140).

3.3 A Acumulação Capitalista, a história do Capital e o processo de formação dos Estados Nacionais na periferia do mundo

Na obra *A Acumulação de Capital: Estudo Sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo* Luxemburgo (1970) empregará um sentido lógico-histórico no desenvolvimento do imperialismo, ao contrário de Lênin, Luxemburgo observará o imperialismo como desdobramento lógico do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para ela, o imperialismo não é uma fase específica do capitalismo concorrencial, mas um inevitável movimento que garantirá espaços para a realização da acumulação capitalista, e que em maior ou menor grau esse movimento se manifesta com uma contínua rapinagem ao longo da história do modo de produção capitalista.

Na terceira parte de seu estudo econômico, observam-se as *Contradições do Esquema de Reprodução Ampliada*, para tentar responder tal questão, Luxemburgo observará quatro condições para a realização de acumulação:

- 1 – A mais-valia que será capitalizada aparece, de antemão, na forma natural do capital (em meios de produção suplementares) e meios de subsistência (suplementares para os operários);
- 2 – A ampliação da produção capitalista ocorrerá com meios de produção e subsistência próprios [observa Luxemburgo] – produzidos de forma capitalista;
- 3 – As dimensões da ampliação da produção (acumulação) são previamente dadas pela quantia de mais-valia (que deve ser capitalizada) em cada caso; não pode ser maior, pois está ligada ao volume de meios de produção e subsistência que representa o sobre produto. Tampouco, porém, pode ser menor, pois em tal caso não seria aproveitada, sem sua forma natural, uma parte do sobre produto. Essas oscilações podem ser causa de flutuações periódicas e crises que não abordaremos aqui. A médio prazo, o sobre produto destinado à capitalização deve corresponder à acumulação efetiva.
- 4 – Como a produção capitalista é a única que adquire seu próprio sobreproduto, não pode haver limites para a acumulação de capital. [*A Acumulação do Capital. Cap.XXV. p282. Luxemburgo*]

Segundo Rosa, essas condições também são para a reprodução ampliada, e existe um movimento *imperceptível* do capital que direciona a ampliação da produção sem existir uma ampliação do mercado consumidor. Luxemburgo, em uma elucidativa passagem, esclarece o significado desse esquema, *a indústria carbonífera é incrementada para ampliar a produção do ferro. Esta se amplia para incrementar a produção de maquinaria. Esta se amplia para incrementar a produção de meios de consumo. Esta por sua vez se amplia para sustentar o crescente exército de*

*operários do carvão, do ferro e da maquinaria. E assim, em círculo ad infinitum.(...)*⁸⁴

Para Luxemburgo, o esquema inserido no final do Livro II (n'O Capital) é insuficiente, mesmo do ponto de vista da teoria de Marx, pode-se encontrar contradições em seu esquema de reprodução ampliada. Pois, [para Rosa] o modelo:

- Não considera aumentos de produtividade do trabalho;
- Não admite alterações na composição orgânica do capital;
- Pressupõe a continuidade das técnicas de produção;

Outra questão que Luxemburgo retoma dos esquemas de Marx é que, segundo o próprio Marx, o desenvolvimento técnico-científico (aumento da composição tecnológica) resulta em crescimento relativo do capital constante (c) em relação ao capital variável (v). Esse aumento da composição orgânica do capital obriga os capitalistas a modificarem constantemente a distribuição da mais-valia entre c e v. No entanto, segundo o próprio modelo de Marx, os capitalistas não estão em condição de alterar a distribuição da mais valia por simples vontade, pois [segundo Luxemburgo] a capitalização depende *a priori* da forma material de sua mais-valia.

O modelo admite a crise, mas, pela anarquia produtiva, ou pela falta de controle e proporcionalidade da produção. No entanto, segundo Luxemburgo, exclui a profunda discrepância existente entre a capacidade de produção e a capacidade do consumo, resultado da acumulação de capital. E que é *solucionado periodicamente nas crises e que impulsiona o capital a ampliar constantemente o mercado*⁸⁵.

Nesse sentido, Luxemburgo demonstrará que tanto o mercado interno quanto o mercado externo possuem relevante papel na marcha do desenvolvimento capitalista. Deve-se notar que o mercado interno é o mercado tipicamente capitalista, zona capitalista produtora, consumidora e fornecedora dos elementos de produção. Por sua vez, o mercado externo é uma *zona social* não,

⁸⁴ LUXEMBURGO, 1970, p. 282.

⁸⁵ LUXEMBURGO, 1970, p. 297.

necessariamente, capitalista⁸⁶. Para o capital o mercado externo pode absorver os seus produtos, fornecer operários e elementos de produção. Diz Luxemburgo:

Daqui tira-se um aspecto contraditório: os antigos países capitalistas constituem mercados cada vez maiores entre si, e se tornam cada vez mais indispensáveis uns para os outros, enquanto ao mesmo tempo combatem, entre si, cada vez mais acirradamente, como competidores, em suas relações com países não-capitalistas. As condições da capitalização da mais-valia e as condições da renovação total do capital encontram-se cada vez mais em contradição entre elas, o que não significa, afinal, mais do que um reflexo da lei contraditória da tendência decrescente da taxa de lucro. (LUXEMBURGO, 1970, p. 316).

Luxemburgo ao tratar das economias de meio social não-capitalista, estabelece uma breve periodização apontando uma espécie de teleologia do desenvolvimento socioeconômico das distintas formações sociais:

- A luta do capital com a economia natural⁸⁷;
- A luta com a economia de mercado;
- E a luta pela concorrência mundial para conquistar o resto dos elementos para a acumulação.

Desenvolvendo este modelo, Luxemburgo, apresenta os *fins econômicos* dos representantes do capital em sua batalha com as sociedades de economia não-capitalista (natural):

- I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc.
 - II. “Libertar” operários e abrigá-los a trabalhar para o capital.
 - III. Introduzir a economia de mercado.
 - IV. Separar a agricultura do artesanato.
- (LUXEMBURGO, 1970, p. 318).

⁸⁶ Importante observar que Luxemburgo desenvolve sua análise a partir do capitalismo central e hegemônico, a partir de relações comerciais com zonas de posse colonial ou com independência recente frente ao papel da empresa colonial, a relação centro-periferia a partir da lógica de acumulação primitiva.

⁸⁷ São as formas econômicas de subsistência, sem produção destinada ao excedente e sem trocas mediadas pela forma-dinheiro.

Na política colonial moderna, o capital realiza sua missão civilizatória de forma agressiva, o capital não limita a disputa de espaço pela concorrência “pacífica” do comércio de mercadorias, mas, não hesita em usar baionetas para desenhar fronteiras e se apropriar violentamente dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. Segundo Luxemburgo, o uso da violência consiste em um método permanente na acumulação de capital. No começo do capítulo XXVIII, Luxemburgo oferece ao leitor outra brilhante passagem, uma virtuosa e desmistificadora apresentação do significado da ação civilizatória do capital:

A segunda condição indispensável, tanto para a aquisição de meios de produção como para a realização da mais valia, é a ampliação da ação do capitalismo nas sociedades de economia natural. Todas as classes e sociedades não capitalistas devem adquirir as mercadorias produzidas pelo capital e vender-lhe seus próprios produtos. Parece como se aqui comessem a “paz” e a “igualdade”, o *do ut des*, a reciprocidade dos interesses, a “competição pacífica” e a “ação civilizadora”. Se o capital pode arrancar pela força meios de produção das estruturas sociais estrangeiras e obrigar os trabalhadores a converter-se em objetos da exploração capitalista, não pode obrigá-los pela violência a tornar-se compradores de suas mercadorias nem forçá-los a realizar sua mais-valia. O que parece confirmar essa hipótese é a introdução de meios de transporte – estradas de ferro, navegação, canais – que constituem condição imprescindível para a difusão da economia de mercado em territórios de economia natural. A marcha triunfal da compra e venda de mercadorias pode começar pela construção de transportes modernos, como estradas de ferro, que atravessem selvas virgens e que transponham montanhas; linhas telegráficas que passam pelos desertos; paquês que fazem escala nos portos do mundo inteiro. O caráter pacífico destes eventos técnicos é ilusório. As relações comerciais da companhia das Índias Orientais com os países fornecedores de matérias primas foram de roubo e de chantagem sob a bandeira do comércio. (LUXEMBURGO, 1970, p. 334)

Luxemburgo desenvolve o capítulo *A introdução da Economia de Mercado*, demonstrando o caráter pernicioso do livre comércio nas economias atrasadas, retoma o exemplo clássico da guerra da China desde 1840 até a derrubada da dinastia Manchu⁸⁸ de 1911. Apresenta as “afáveis” formas de garantir o comércio: perseguição aos cristãos e missionários, tumultos fomentados pelos europeus, massacres periódicos, desenvolvimento de um sistema de dívida pública,

⁸⁸ Dinastia (com povos originários da Manchúria) que governou a China desde o século XVII, após conquistar a Dinastia Ming, fundaram a Dinastia Qing.

empréstimos europeus, controle das finanças e ocupação militar, abertura forçada de portos e concessão de obras de infraestrutura sob forte pressão de capitalistas europeus. Porém, o que demonstra a sanha do capital europeu na China foi à introdução do ópio, criando um mecanismo de criminalização da pobreza e formas de corromper e desestabilizar as instituições chinesas. *Assim começou a gloriosa “abertura” da China à cultura européia, simbolizada pela semente do ópio.*⁸⁹ Por que ris? Diria Horácio, nas Sátiras, *Mutato nomine, de te fabula narratur*⁹⁰.

Outra etapa na luta contra a economia natural é a separação da agricultura e do artesanato. O capital se esforça para transformar a economia rural em um só ramo, em agricultura especializada. Luxemburgo aponta que esse processo de especialização também foi um processo violento, marcado por *múltiplos fatores como pressão tributária, a guerra, a venda forçada e a monopolização da terra nacional, isto é, pelos métodos utilizados pela economia nacional como o poder político e o código pena*⁹¹. Rosa Luxemburgo destaca que em nenhuma outra região, esse modelo foi tão *radicalmente* empregado como nos Estados Unidos da América, diz Luxemburgo:

As estradas de ferro, isto é, o capital europeu, principalmente o inglês, conduziram os fazendeiros americanos às imensas regiões de leste ao oeste, onde estes exterminaram os indígenas com armas de fogo, cães policiais, licores e sífilis, fazendo-os recuar em direção ao oeste. Depois, apropriaram-se de suas terras como se fossem “livres”, para desbravá-las e cultivá-las. (LUXEMBURGO, 1970, p. 344).

A própria dinâmica capitalista de acumulação impõe o modo de produção capitalista como modo de produção dominante também às regiões mais distantes e remotas, paulatinamente, a economia natural tende a se diluir e a economia simples de mercado se sobrepõe, e em um momento seguinte a produção de capital se coloca como modo hegemônico de produção social. Este movimento, imposto pelo processo de acumulação capitalista, que transforma todos os países e todos os setores de atividade econômica em produção capitalista carrega consigo uma contradição. Pois, a acumulação ampliada necessita dos polos antagônicos de economias capitalistas e não capitalistas, para a capitalização de mais-valia e realização da acumulação, diz Luxemburgo. O predomínio do modo

⁸⁹ LUXEMBURGO, 1970, p. 337.

⁹⁰ A anedota fala de ti, só que com outro nome (Sátiras, Horácio).

⁹¹ LUXEMBURGO, 1970, p. 344.

de produção capitalista *resulta o movimento contraditório da última etapa imperialista, que é o período final da carreira histórica do capital*⁹².

No capítulo XXX, *Os Empréstimos Internacionais*, Rosa Luxemburgo inicia sua exposição lembrando que a fase de concorrência mundial, momento que inicia a emancipação capitalista dos países atrasados, será marcada por alguns métodos que são: empréstimos exteriores, concessão de estradas de ferro, revoluções e guerra.

- A revolução é um movimento necessário para a realização da emancipação capitalista dos países atrasados e dependentes, pois, somente pro meio do processo violento de uma revolução é que serão destruídos os vestígios da economia natural pré-capitalista. Consolidando uma nova forma social de produção, normalmente pautada pela divisão social do trabalho e atrelada às grandes potências imperialistas.
- A guerra, para Luxemburgo, é a o batismo de fogo de um jovem Estado capitalista *para desvencilhar-se* da tutela do antigo, pois será a *prova da independência capitalista de um Estado moderno*, levando a constituição e reforma militar e a construção de uma reforma tributária, iniciando a independência econômica.
- As estradas de ferro representam o ganho de capilaridade para a penetração do capital.
- Os empréstimos públicos para a construção de estradas de ferro e os armamentos militares, conclui-se que os empréstimos permeiam todas as fases de acumulação de capital. O que é mais contraditório é que os empréstimos possuem um importante papel na independência dos estados capitalistas modernos, no entanto é, justamente, o empréstimo que garantirá aos países capitalistas antigos que exerça a tutela sobre os novos, controlando, assim, sua política exterior e sobre sua política alfandegária e comercial.

O grande papel dos empréstimos internacionais é que a mais-valia é realizada nos países centrais e por limites estruturais não pode ser capitalizada

⁹² LUXEMBURGO, 1970, p.364.

no centro, por esse motivo é investida nos “novos” países capitalistas. O movimento consiste em exportar capital e importar a mais-valia dos novos países capitalistas. Em suma, Luxemburgo, demonstra *pari passu* o papel das potências imperialistas em desenvolver os mercados locais nos novos países de economia capitalista. Luxemburgo demonstra alguns exemplos deste fraterno movimento das relações internacionais na fase imperialista, dentre estes, nosso grifo é sobre a relação do capital europeu com o jovem Estado da Turquia, diz Luxemburgo:

A troca verifica-se aqui de uma forma brutal e descarada, de um modo direto, entre o capital europeu e a economia camponesa asiática. Dessa maneira, o Estado turco fica reduzido a seu verdadeiro papel de aparelho político necessário para a exploração da economia camponesa para os fins do capital, função propriamente dita de todos os Estados orientais no período do imperialismo capitalista. O negócio, que aparece exteriormente como uma tautologia sem sentido, como o pagamento de mercadorias alemãs com capital alemão na Ásia, no qual os incautos alemães não fazem mais que deixar aos astutos turcos o “gozo” das grandes obras da civilização, no fundo, é uma troca entre o capital alemão e a economia camponesa asiática, uma troca que se realiza empregando os meios coercitivos do Estado. Os resultados são: de um lado, a acumulação progressiva do capital e de “uma rede de interesses crescente”. Isso, como pretexto para a ulterior expansão política e econômica do capital alemão na Turquia; de outro lado, ferrovias e tráfico de mercadorias sobre a base da decomposição, a ruína, a absorção da economia camponesa asiática pelo Estado, assim como a crescente dependência financeira e política do Estado turco com relação ao capital europeu. (LUXEMBURGO, 1970, p. 390).

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, vale ressaltar que é justamente o nível de concorrência capitalista que determinará o nível de sua agressividade. Para Rosa a intensidade da fusão das *civilizações capitalistas* diminuirá progressivamente os espaços para a realização de acumulação. *O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente por um fim a sua existência*⁹³. Os defensores do livre comércio tentam profetizar um evangelho que se materializou na guerra do ópio, o livre comércio britânico venceu na base do *canhonaço*, por outro lado, se esquecem de avisar que a grande preocupação não é com o custo do trigo que afetará o preço do pão dos milhares de trabalhadores, mas o custo de reprodução operária. As palavras de ordem que são profetizadas são: Paz, propriedade e igualdade!⁹⁴

⁹³ LUXEMBURGO, 1970, p. 392.

⁹⁴ Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da

Algo que sempre está muito presente nas formulações de Rosa Luxemburgo sobre o desenvolvimento do imperialismo é que apesar dele formar-se no momento de concorrência mundial do capitalismo, ainda assim, o capitalismo possui uma pré-disposição para a brutalidade generalizada, em diversas fases de desenvolvimento histórico do capital a agressividade se manifestava como forma de garantir a realização da acumulação de capital, enfrentar as possíveis adversidades da acumulação capitalista era realizada na “solidária” lógica dos generais prussianos: canhões, canhões e canhões. Neste sentido, para Luxemburgo, o campo especial da acumulação de capital, é o militarismo. Pois, o militarismo contribuiu com a conquista do novo mundo, para conquistar as colônias modernas, para destruir as organizações sociais primitivas que se colocassem no caminho do desenvolvimento capitalista, para impor o comércio de mercadorias, para proletarizar “docilmente” os povos originários dos novos países (impondo o trabalho assalariado), criou esferas de interesse para as potências, contribuiu na defesa de interesses e “direitos” do capital europeu além de ser um campo de acumulação de capital propriamente dito. Em certo sentido a realização de capital no setor econômico armamentista não é uma mera transferência de capital intercapitalistas, mas, primeiro entende-se a guerra como campo de acumulação de capital além de gozar das conquistas da guerra, novos espaços para realizar acumulação capitalista e extorquir as classes trabalhadoras. Diz Luxemburgo:

Quanto mais violentamente o militarismo extermine, tanto no exterior como no interior, as camadas não-capitalistas, e quanto piores as condições de vida das camadas trabalhadoras, tanto mais a história cotidiana da acumulação no mundo se transforma numa série de catástrofes e de convulsões, que, acrescentadas ainda às crises econômicas periódicas, tornarão impossível a continuação da acumulação necessária a rebelião da classe operária internacional contra a dominação imperialista, antes mesmo que ela tropece economicamente na barreira natural colocada por ela mesma. O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica

propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe. (LUXEMBURGO, 1970, p. 398).

viva. Seu movimento de acumulação é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. A certo grau de desenvolvimento, essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo, isto é, de uma forma econômica que é, por definição, uma forma mundial, um sistema harmonioso em si mesmo, baseado não sobre a acumulação, mas sobre a satisfação das necessidades da humanidade trabalhadora e na expansão de todas as forças produtivas da terra. (LUXEMBURGO, 1970, p. 411).

Seguindo os caminhos de Luxemburgo, caso alguém resolva escrever um romance sobre a fase histórica localizada entre a queda do *ancien régime* e a crise de 2008, ou seja, o momento histórico entre a derrubada da última grande casa absolutista europeia (de Luís XVI), na grande Revolução Francesa, até uma fase histórica marcada pela renda concentrada e centralizada em representantes do capital financeiro⁹⁵, **definitivamente o protagonista não seria um Estado-nação ou alguns Estados com exercício de hegemonia geopolítica**, como a Grã-Bretanha, que outrora protagonizou o papel da grande potência colonial ou, talvez, os Estados Unidos da América, a maior potência imperialista desde o pós-guerra, com suas intervenções militares e políticas em qualquer parte do planeta Terra. **Tampouco seria uma classe social**, por exemplo, a burguesia europeia, quando destronou reis e papas e constituiu uma nova ordem social e uma nova forma de ser do mundo. Nem mesmo o proletariado, com seus “dez dias que abalaram o mundo”, seria o protagonista deste romance.

Não pretendemos cair em uma resposta estruturalista, avaliando que as estruturas⁹⁶ montaram barricadas ou protagonizaram processos sociais de grande ruptura. Mas, para compreender quem seria o ator principal do romance, é importante retomar aspectos da temporalidade. Em oposição, temos o tempo abstrato, o tempo sem história, o tempo da continuidade do estar sendo. No outro campo, temos a demonstração do tempo concreto: aqueles momentos da história em que a humanidade toma as rédeas de seu próprio destino, quando aprende

⁹⁵ O Capital Financeiro é uma categoria fundamental, cunhada por Rudolf Hilferding, além de ser o título de seu *magnus opus*, escrito em 1910. Na introdução da edição inglesa, de Tom Bottomore, existe uma referência a um artigo publicado no *Der Kampf*, de Otto Bauer, que demonstra a grandiosidade de seu projeto, segundo Bauer, à obra O Capital Financeiro poderia ser encarado como volume adicional a *O Capital*, de Karl Marx.

⁹⁶ É sob essa perspectiva que gostaria de terminar uma intervenção, mencionando a frase que se tornou célebre, escrita no mês de maio por um estudante no quadro negro de uma sala da Sorbonne, e que me parece exprimir o essencial da crítica ao mesmo tempo filosófica e científica do estruturalismo não genético: “as estruturas não descem para a rua”, Isto é: não são jamais as estruturas que fazem história, mas os homens, embora a ação destes últimos tenha sempre um caráter estruturado e significativo (FOUCAULT, 2001, P. 34 – entrevista com Goldman).

com Mefistófoles que tudo que existe merece perecer miseravelmente, quando o devir se faz contingente e possibilidades de caminhos se colocam na trilha histórica da humanidade.

Todos os momentos da história após o século XV e XVI⁹⁷, exceto os momentos de revoluções e rupturas de grande envergadura, são operados pela lógica do tempo abstrato. Assim se manifesta o protagonista do romance, que por trás da neblina social, opera a relação com o tempo no terreno social da modernidade: o Capital, aquele que obriga seus coadjuvantes a procurarem predicções em um tempo histórico em que ele é o grande protagonista. Com o capital como ator principal, teríamos um romance de um Cronos moderno, o velho Deus Saturno que devora seus próprios filhos, retomando a ideia de Marx e Engels, no Manifesto Comunista, de que a burguesia, como um aprendiz de feiticeiro, libertou forças sociais que não conseguiu controlar.

Pensar na acumulação capitalista e na história do capital é pensar no processo histórico da naturalização da falsa vida ou da vida invertida (conceitos sobre os quais falamos na seção 1.4 deste capítulo). Aqui estamos falando de um espaço social em que o homem perde a possibilidade de realizar a centralidade da própria vida, de ser o protagonista de seu tempo, vive a falsa vida na pré-história da humanidade, como representante de uma característica predicativa de seu tempo, que lhe obriga a servir o Cronos moderno. O sacrifício ao sacrossanto protagonista é valorizar o Capital, a vida invertida que produz mais-valor no lugar de produzir conscientemente a própria vida. Seja da vida humana ou, em uma forma mais ampla da vida, como parte constitutiva da natureza. A humanidade substituiu reis e nobres, papas e cardeais, para servir com o próprio corpo, para colocar sua saúde a serviço do processo da acumulação capitalista. Marx nos lembra de que:

E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos (MARX, 2013, P. 697).

⁹⁷ Assim como em Para Além do Capital o autor [Mészáros] chama a atenção da diferença entre Capital e Capitalismo, Capital como uma forma que possui força social e se manifesta antes mesmo das Revoluções burguesas, estas foram necessárias para libertar o mundo para o livre movimento do Capital, enquanto capitalismo é um modo de produção.

Nessa nova forma de produção social, na qual o humano serve como produtor de riquezas, o protagonista deste drama produz um mundo a sua imagem e semelhança, produz espaços funcionais ao seu próprio processo de acumulação. Enquanto na seção 1.6.2 deste capítulo foi tratado o “salto mortal da mercadoria”, na velha equação M-D-M (circulação simples de mercadoria – apropriação de valores de uso), aqui nossa equação ganhará em qualidade, ela incorporará o processo de acumulação por meio da exploração do trabalho, agora a equação será D-M-D’, lembrando que “a produção de mais-valor é o objetivo determinante da produção capitalista” (MARX, 2013, P.304). Neste cenário, o nosso protagonista, o anti-sujeito Capital, organiza o mundo para a realização da exploração do trabalho e da acumulação capitalista, institucionaliza um mundo estranho, assim como o produto da mão humana é estranho ao próprio produtor, Engels nos lembra do lugar por excelência da produção de capital, a cidade:

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências (ENGELS, 2015, P. 67/68).

Não procurarmos os traços de continuidade ou de ruptura na construção do espaço cidade do capital, entre o século XIX pós-revolução industrial, momento em que Engels analisa Londres, e o capitalismo com hegemonia do capital portador de juros e do capital fictício no capitalismo hodierno, no pós-esfacelamento do pacto de Breton Woods. Nossa preocupação é destacar que o capitalismo não aparece apenas como um modo de produção em seu sentido estrito, mas se trata de uma forma de produzir a própria vida humana, uma forma de relação com o tempo e com o produzir o espaço – palco da produção de valor. A acumulação capitalista impõe uma relação social que atravessa todos os espaços de sociabilidade, impõe uma lógica de organização desses espaços e das atividades econômicas, transforma a condição de existir em possibilidade de acumulação de capital e transforma o direito e o desejo humano em mercadoria. O preço, a expressão monetária da mercadoria, se transforma na condição que estabelecerá a seleção dos humanos aptos a consumir ou não consumir um bem ou um serviço. O acesso aos serviços de saúde, a possibilidade de ser saudável, e mesmo aquilo que se entende por saudável, é condicionado pela organização do capital. Mas, todos aptos e saudáveis a ingressar no processo produtivo do capital.

Luxemburgo nos lembra que o movimento histórico do capital traz a violência em seu ininterrupto processo de acumulação de capital e organiza o espaço político e o espaço econômico para a realização da acumulação. Dejours procura uma outra dimensão da organização do capital em sua forma social hodierna, procura desvendar o surgimento do medo e da submissão. É importante observar que não se trata mais simplesmente da dupla sofrimento e indignação (como foi possível existir enquanto perdurou o Estado social), a dupla sofrimento e indignação foi possível enquanto existia espaço para a acumulação de capital naqueles termos, a forma-Estado era extensão e garantia daquele processo, segundo Boschetti (2016), erigido com base no modelo fordista-keynesiano. Nesta nova fase a relação se coloca entre empregados e desempregados de participar da ação violenta do capital. Neste cenário, a forma Estado colabora garantindo contra reformas trabalhistas, suspendendo o arcabouço jurídico e garantindo um novo modelo baseado entre a dupla medo e submissão: coloca-se o medo de permanecer ou ingressar no exército de reserva (desemprego) e a submissão às situações mais degradantes para permanecer empregado. O

Estado-nacional, no centro ou na periferia, que passa pela crise estrutural do capital (MENDES, 2015), demonstra o profundo compromisso no processo de acumulação de capital, de garantir a recuperação da taxa de lucro, mesmo que para isso precise expor seus cidadãos ao sofrimento de enfrentar riscos como radiações ionizantes, vírus, fungos, amianto, horários alternados no trabalho. Mesmo que tais malefícios são relativamente recentes na história do trabalho, vão-se agravando e multiplicando, provocando não só o sofrimento do corpo, mas apreensão e angústia nos que trabalham (DEJOURS, 1999, p.28). É possível a realização da saúde concreta nesta forma de organizar a produção social, nesta forma de organizar a forma política?

3.4 Ilusões dos defensores da saúde pública no movimento do capital e na sua forma política

Marx chama a nossa atenção no capítulo 4 d' *O Capital* (Livro I) para que “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”, a história moderna do capital é inaugurada com o comércio e o mercado mundial, ainda no século XVI. Marx destaca o processo de transformação do dinheiro em capital, neste sentido será preciso diferenciar a circulação simples de mercadoria (M-D-M), ou a venda para compra (aquisição de valor de uso), do processo da circulação do dinheiro como capital, ao contrário da circulação simples, na qual o movimento é repetitivo (aquisição de valor ampliado), torna-se um fim em si mesmo. Diz Marx: “a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido” (MARX, 2013, p. 228) e insaciável, assim, o movimento do capital é expresso na fórmula $D - M - D'$.

Quando identificamos que o movimento do capital é desmedido e insaciável, se torna imperativo retomar um método que identifique a relação do movimento do capital com a margem para conquistas civilizatórias, trata-se de retomar a estrutura de análise de Marx que procura identificar como o aumento de Capital influenciará no destino da classe que vive do trabalho, de forma mais ampla, identificara relação entre a acumulação capitalista e o nível geral de civilização da humanidade. Por exemplo, o acesso aos sistemas de seguridade social, o acesso a uma sociedade salarial organizada para o pleno emprego, o acesso aos sistemas de saúde universal, todos estes experimentos, que de certa

forma são produtos de uma conjuntura muito particular no modo de produção capitalista, em última instância tudo isso será decidido pelas tensões geradas a partir da “*composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação*” (MARX, 2013, p. 689) ou pela capacidade de organização e resistência daqueles que vivem do trabalho (mas esse ponto não é o escopo de nossa pesquisa). Diz Marx:

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. (MARX, 2013, p. 689)

Em suma, a chave para explicar, por exemplo, o que permitiu a constituição de experimentos sociais como a construção de um sistema de saúde universal foi o nível da composição orgânica de capital no pós-guerra. Lembremos do cenário que o estado social foi constituído: a classe trabalhadora europeia se livrou do nazi-fascismo resistindo em armas. A Europa no pós-guerra era terra arrasada, marcada pela miséria e pela destruição em massa de capital. Estima-se que o custo humano da guerra foi de 36,5 milhões de vidas ceifadas pela brutalidade generalizada (não estão incluídas na estimativa baixas japonesas, norteamericanos e povos não europeus), entre 1939 e 1945 (o que equivale à totalidade da população da França quando a guerra foi conflagrada (JUDT, 2007, p. 31)). Em outras e duras palavras, o resultado da guerra permitiu uma perversa redução do exército industrial, a realidade demográfica do pós-guerra permitiu a realização de políticas de inclusão pelo salário. O cenário socioeconômico favoreceu o crescimento e a expansão do produto europeu, a criação de uma sociedade que incluísse por meio do trabalho, a garantia da expansão da indústria e de um plano completo de segurança social, por outro lado, a capacidade política e organizativa dos trabalhadores no pós-guerra combinada com a existência do

bloco soviético que, com todas as suas contradições, colaborou em civilizar o capitalismo europeu.

Porém, é preciso notar que este cenário foi uma exceção de 30 anos na história do capitalismo. A elevação do preço do salário europeu foi uma curta e extraordinária exceção, foi aceita enquanto cumpria um papel de expansão do produto, enquanto era funcional ao processo de acumulação. Mas, ao primeiro sinal de queda da taxa de lucro (tema debatido no capítulo 2), a política de inclusão pelo salário foi descartada nas contrarreformas dos anos 1980 e 1990. Sobre a lei geral de acumulação Marx nos lembra de que:

Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 2013, p. 697)

Outro ponto importante a ser destacado no processo da acumulação capitalista é a tendência à concentração e à centralização de capital. A concentração de capital, inicialmente, corresponde ao conjunto de meios de produção e ao contingente de exército de trabalhadores que o capital individual consegue comandar. Para Marx, todo capital individual corresponde a uma concentração de capital. Lembremos de que capital é valor que se valoriza e “cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação” (MARX, 2013, p. 701). *Caeteris Paribus*, o processo de ampliação de riqueza implica em ampliar a concentração de capital (meios de produção e comando sobre o trabalho) nas mãos dos capitalistas individuais. Todavia, o capital não cresce de maneira ininterrupta, em alguns casos alguma unidade de capital individual cresce “até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros

homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da centralização” (MARX, 2013, p. 702).

Para Lênin, a concentração da produção e os monopólios são uma das particularidades do capitalismo. A tendência ao monopólio é um movimento que a empresa capitalista toma como forma de proteger-se da concorrência, como no exemplo do economista alemão Heymann, em que ele demonstra empresas esmagadas pelo preço elevado da matéria-prima e pelo baixo preço do artigo manufaturado. Lênin realiza uma espécie de resumo da história dos monopólios:

1 – Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.

2 – Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3 – Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNIN, 1979, p. 591).

Nesta nova fase do capitalismo, diz Lênin, ocorre uma verdadeira socialização da produção, desde o processo de inovações tecnológicas ao planejamento e mapeamento de fontes de fornecimento de matérias-primas, um verdadeiro espetáculo do monopólio. No entanto, a apropriação continua a ser privada, e privada a um número cada vez mais restrito. O monopólio, no estudo de Lênin, é a fase mais recente do desenvolvimento histórico do capitalismo, porém a acepção seria incompleta caso não tomássemos em consideração o papel dos bancos.

Deve-se estar atento ao processo de gestão do capital financeiro, pois seus apologistas e seus administradores formarão um núcleo que manterá relações com governos e parlamentos. Um grupo que transforma a vontade geral, de Rousseau, em vontade específica do capital financeiro, especificamente em vontade da oligarquia financeira. Para Lênin: O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes. Dessa dominação, Lênin observa que um conjunto restrito de países exerce um papel relevante em outras economias, transformando o mundo em economias devedoras em relação a esses países

centrais. Neste sentido, vale observar o papel da exportação de capital (LÊNIN, 1979, p. 610-621).

Nesse movimento mundial de exportação de capital, as potências imperialistas fazem uma verdadeira partilha do mundo para definir seus espaços de exportação de capital: o capital financeiro cria níveis de dominação e de relação de dependência para a garantia da acumulação⁹⁸.

O estudo desenvolvido por Lênin tenta demonstrar que o imperialismo surgiu em uma fase particular do capitalismo. Destacam-se, essencialmente, duas questões para caracterizar este período: I - o capital financeiro é a fusão do capital bancário com o capital industrial; e II - a partilha do mundo, analisada por Lênin, é a transição da política colonial para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo. O imperialismo surgiu apenas no capitalismo monopolista, do colonialismo e do desenvolvimento do capital financeiro. Lênin o caracteriza como capitalismo de transição, ou capitalismo agonizante. O movimento de concentração e centralização de capital é responsável pela constituição de sua fase imperialista e pelo capitalismo monopolista, para autores como Mandel (1988) *a expansão imperialista e suas contradições foram às causas subjacentes das causas imediatas da segunda guerra mundial* (MANDEL, 1988, p. 21).

Porém, dimensionar o impacto da acumulação de capital e seu movimento de concentração e centralização na saúde nos obriga a pensar, pelo menos, em duas dimensões em que se manifesta o processo de produção de valor e mais valor. Ou seja, devem-se localizar os setores de atividade econômica de manifestação objetiva da saúde: 1 – Setor de serviços⁹⁹, espaço onde se realiza o cuidado e a atenção; 2 – Setor industrial da saúde¹⁰⁰, espaço de produção de

⁹⁸ Lênin escreveu em 1916, trata-se da formação do capitalismo de seu tempo. Hoje, após a queda do bloco soviético, existe uma verdadeira tirania no campo das relações internacionais exercida pela maior potência imperialista, uma potência pode impor conclusões políticas e militares. Lembrando Mészáros, a transição de uma diplomacia do canhão para o exercício da extorsão nuclear quando se trata de controle do poder. (Ver MÉSZÁROS, 2002,31:06). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Lh5ZSNo1Hc>

⁹⁹ Setores de serviços: hospitais, ambulatórios e Serviços de diagnóstico e tratamento.

¹⁰⁰ Composto por dois segmentos industriais: **Indústrias de Base Química e Biotecnológica**: fármacos e medicamentos, vacinas, hemoderivados e reagentes para diagnóstico; e **Indústrias de Base Mecânica, Eletrônica e de Materiais**: equipamentos mecânicos, equipamentos eletroeletrônicos, próteses e órteses e materiais de consumo. (Caracterização do Complexo industrial de saúde proposto por GADELHA (2013))

insumos (com vários níveis de intensidade tecnológica), bens e medicamentos empregados no tratamento da saúde.

No momento histórico em que a crise econômica se manifesta como crise rastejante (LETIZIA, 2012), ocorre uma agudização violenta das contradições entre o capital e os direitos daqueles que vivem do trabalho vista somente em momentos da acumulação primitiva do capital. A relação entre os países centrais, semiperiféricos e periféricos se torna semelhante ao período de jugo colonial, em que o elo fraco do sistema vive o dilema entre afirmar a nação ou condenar milhares de humanos à barbárie. Um complexo de dominação econômica e política extremamente sofisticado que Fitoussi, em *Le débat interdit*, caracterizava como uma verdadeira “ditadura dos credores” (FITOUSSI, 1999). Pensar a saúde a partir da natureza do movimento do capital e, sobretudo, nesta conjuntura tão adversa, nos obriga a abrir mão, *a priori*, de duas ilusões amplamente propagadas nos meios dos defensores dos sistemas de saúde universal:

1 - A possibilidade de constituir um estado social brasileiro que garanta um amplo e universal sistema de saúde é a primeira ilusão. Tentou-se demonstrar nesta pesquisa que o estado de bem estar-social foi uma exceção localizada no capitalismo central europeu, marcada por uma conjuntura nefasta do pós-guerra. Qualquer projeto político que conceba um sistema público, universal, organizado, ordenado, adequado, efetivo, humanizado e acolhedor necessariamente deverá pensar para além do capital.

2 - O conceito de complexo industrial de saúde é a segunda ilusão, pois subestima a tirania financeira iniciada nos anos 1970, uma tirania que sacrifica a possibilidade de se realizar política fiscal em nome dos credores das dívidas públicas. Condena os países periféricos e semiperiféricos (como o Brasil) a uma dependência estrutural da poupança externa. Negligencia em caracterizar a natureza da classe dominante local e a formação do Estado brasileiro, superestima a capacidade e a disposição da burguesia, interna brasileira, em assumir um projeto democrático de construção nacional. A segunda questão, o processo de produção capitalista, conduzido sob a orientação de desenvolvimento nacional, causa menos sofrimento ao trabalhador inserido no processo produtivo? Superar a condição de economia dependente, subordinada e periférica implicaria

golpear duramente a capacidade de hegemonia e controle de nossa classe dirigente, caso contrário, apenas modernizaríamos o arcaico. Dizem que Feola, na copa de 1958, chegou ao Garrincha e lhe passou uma precisa e rigorosa instrução de como driblar e vencer a forte seleção da União Soviética. Parece que o modelo estruturalista¹⁰¹ proposto no projeto do complexo industrial da saúde padece do mesmo problema da instrução do professor Feola, visto que Garrincha respondeu: "Tudo bem, Feola, mas o senhor já combinou com os russos?". Ou seja, faltou combinar com os credores da dívida e com a classe dirigente local sobre o papel estratégico do desenvolvimento do complexo industrial da saúde e da inovação tecnológica no Brasil, assim como faltou combinar com o movimento do imperialismo e com o processo de acumulação e centralização de capital em escala planetária.

¹⁰¹ Modelo estruturalista no campo econômico. Ou seja, o termo estruturalismo caminhar por diversos campos das ciências humanas, na economia trata-se de caminhar por um campo diferente do individualismo metodológico, como no caso do liberalismo econômico em que se preocupa com a ação dos agentes individuais. O estruturalismo aposta em saídas por estruturas econômicas, como complexo produtivo, formação de recursos humanos em ciência e tecnologia etc. Celso Furtado e Raúl Prebisch são os dois grandes expoentes do estruturalismo econômico latino-americano.

4 CONCLUSÃO

*“Abaixo o comunismo.”
Grafito em uma parede de Bucareste,
Sob o qual outra pessoa escreveu:
“O que significa esse fenômeno?”
Nós nunca o experimentamos!*

Iniciamos nossa jornada com a tarefa de dialogar com os intelectuais, militantes e movimentos sociais que ainda apostam no sonho generoso de uma saúde como direito social, em especial, aos que levantam a bandeira de que “Saúde não é mercadoria!” Ao final de nosso texto, a conclusão é que saúde não deveria ser mercadoria, mas é! Tal constatação não implica escrever uma aporia de um apocalipse privatizante. Trata-se simplesmente de superar a condição de militância de comissão de ética do mundo (o moralismo mobiliza os religiosos), a ciência social nos obriga a assumir uma postura radicalmente crítica e profundamente comprometida com o “sujeito do conhecimento” – a humanidade.

Assim, nossa primeira constatação é que a saúde possui um duplo caráter no modo de produção capitalista, mas apenas um caráter aparece na forma social do capital. A produção da vida humana no modo de produção capitalista é impessoal, assim a saúde se coloca como saúde abstrata, a saúde do trabalho que objetiva valor, não é a saúde enquanto conquista humana, saúde concreta do humano, mas saúde enquanto manutenção do trabalho como uma força produtiva capaz de produzir mais-valor, como força produtiva que objetiva a substância do valor – o trabalho abstrato. Desvendar a dualidade que a saúde enfrenta como saúde concreta e saúde abstrata nos obrigou a trilhar o caminho da relação social enfrentada pela saúde, determinada pela santa trindade do capital: MERCADORIA – DINHEIRO – CAPITAL. A questão colocada foi que a superação de uma relação social de produção, que atravessa as relações sociais na saúde, pode ser o caminho para reposicionar a saúde, em um lugar com centralidade do humano, uma saúde que repouse no corpo e não fora dele.

Em seguida, foi preciso demonstrar os limites de realização da saúde no espaço do mercado. A partir da hipótese marxiana da lei tendencial da queda da taxa de lucro foi demonstrado que as determinações econômicas deste modo de produção se tornam uma verdadeira guilhotina de políticas sociais. Demonstramos que o esgotamento do “pacto keynesiano” e do estado-social,

localizado no capitalismo central europeu, deve-se a um processo operado pela lei tendencial da queda da taxa de lucro. E a partir da queda do experimento do Estado social não existe mais margem para se constituir experimentos semelhantes. Desta forma o mercado não é um lugar seguro para a realização da saúde.

Na última parte desta pesquisa desvendamos a forma-Estado como um complexo de relações sociais. A sociabilidade da produção do valor, da troca mediada pela forma-dinheiro e do processo ininterrupto de acumulação de capital torna-se o principal elemento de coerção exterior e garantia do sofrimento daquela e daquele que valorizam o capital, esta é trama para desvendar a formação do Estado moderno. Tentou-se demonstrar que a forma-Estado que conhecemos é historicamente inédita, trata-se de um fenômeno do modo de produção capitalista. Mesmo sob o arranjo da seguridade social, o Estado garantiu a existência do Estado social enquanto este cumpria um papel de incorporação dos trabalhadores no processo de valorização do capital, uma vez que este período foi marcado pela sociedade salarial.

Desta forma qualquer projeto político que conceba um sistema de saúde, universal, público, organizado, ordenado, adequado, efetivo, humanizado e acolhedor necessariamente deverá pensar para além do capital.

Em suma, concluímos esta reflexão não encerrando nenhum debate proposto nesta pesquisa, ela foi apenas um começo que aponta diversos caminhos para produção marxista da saúde para além de um Marx iluminista. Nosso objetivo era desenvolver diversos *insights* sobre o *locus* em que a saúde poderia ser realizada enquanto saúde concreta. Assim, como desvendar o espaço social, econômico e político que foi possível realizar os experimentos de sistemas de saúde universal. Após o desenvolvimento teórico de localizar a saúde no modo de produção capitalista e debater os principais limites para a sua realização, apenas uma coisa temos a certeza: que o modo de produção capitalista organiza a produção social sob a lógica do sofrimento, do medo e da submissão. A saúde concreta é antcapitalista ou não é saúde concreta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia**. São Paulo: Ed. 34, 1998. _ Inferno. Canto IX.
- ALMEIDA-Filho, Naomar. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- AGLIETTA, M. *Regulación y Crisis del Capitalismo*. México, SigloVeintiuno Editores, 1979.
- AGLIETTA, M & ORLÉAN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- AMIN, Samir. *A Crise do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, Biblioteca de Ciências Sociais.
- AYRES, José Ricardo C. M. **Uma concepção hermenêutica da saúde**. Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 17(10): 43-62, 2007.
- ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo**. São Paulo; Boitempo, 2014.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- AROUCA, Sérgio da Silva. **O Dilema Preventivista** Contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Unicamp, 1975, mimeo.
- BARAN, Paul. *A Economia do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Coleção Os Economistas.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BARATA, Rita Barradas. **Como e Por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.
- BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social - fundamentos e história**. Ed. Cortez, São Paulo,
- BENJAMIN, Walter. **O Capitalismo Como Religião**. São Paulo; Boitempo, 2013.
- BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2006.
- BRIGGS, Asa. **The Welfare State in Historical Perspective**. *European Journal of Sociology*, 2, pp 221-258. 1961. doi:10.1017/S0003975600000412.
- BOYER, R. **La théorie de la régulation : une analyse critique**. La Decouverte, Agalma, Paris, 1987.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo**.
- BARATA, Rita Barradas. **Como e Por que As Desigualdades Sociais Fazem Mal À Saúde**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.
- CALDAS, Camilo Onoda. **A Teoria da Derivação do Estado e do Direito**. Dobra Editorial, São Paulo, 2015.
- CALINICOS, Alex. **A Vingança da história: O marxismo e as revoluções do leste europeu**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1991.

CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2009, 6ª edição.

CASTELLS, Manuel. **#Wikiacampadas**: Es una nueva política para salir de la crisis hacia un nuevo modo de vida construido colectivamente. España, 2011, La Vanguardia. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20110528/54160922879/wikiacampadas.html> (pesquisa realizada em 10/04/2017)

CZERENIA, Dina et. ali. **Os sentidos da Saúde e da Doença**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo; Xamã, 1996.

_____. (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequência**. São Paulo: boitempo, 2005.

_____. **A crise é o impasse absoluto do regime guiado pela dívida**. Folha de São Paulo: Mundo. São Paulo, Ago de 2011.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1508201110.htm>

_____. (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequência**. São Paulo: boitempo, 2005.

_____. **Notes envue d'une caractérisation du capitalisme – à la fin du XX siècle**. Paris, Carré Rouge, n° 1, 1996b.

_____. **Contributions au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XX siècle**. In Actualiser l'économie de Marx, actuel Marx confrontation. Paris, Presse Universitaire de France, 1996c.

_____. **La préeminence de la finance au sein du 'capital en general', le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital**. In La finance capitaliste. Paris, Presse Universitaire

_____. **El fin de um ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera**. 2008, Buenos aires, In Herramienta, n° 37.

CHOMSKY, Noam. **Sobre a precarização do trabalho e da educação na universidade**. 2014. Fonte: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Chomsky-Sobre-a-precizacao-do-trabalho-e-da-educacao-na-universidade/13/30389>

COMUNIDADE ANDINA. (2001), **La deuda externa y los esquemas de integración**. Documento elaborado por la Secretaría General de la CAN, Lima. Disponível: http://www.comunidadandina.org/documentos/docSG/deuda_externa1.htm

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.

DAVIS, MIKE. **Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. 2001, Rio de Janeiro, Ed. Record.

DEJOURS, Christophe. **Por um novo conceito de saúde**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. N° 54. Vol 14 – Abril, Maio, Junho, 1986.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro & PEREIRA, Luiz. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, Duas Cidades, 1976.

ENGELS, F & MARX, K. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova [online]. 1991, n.24, pp.85-116. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **Tendências e contratendências de mercantilização: as reformas dos sistemas de saúde alemão, francês e britânico**. 2016. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-06042016-142523/>>. Acesso em: 2017-07-19.

FILIPPON, Jonathan et. al. **A “liberalização” do Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra: trajetória e riscos para o direito à saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, ago, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n8/1678-4464-csp-32-08-e00034716.pdf>

FITOUSSI, Jean-Paul. **Le DebatInterdit**: Monnaie, Europe, Pauvreté. France; Points, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Graal, 16ª ed, 2001.

_____. **O nascimento da Biopolítica**. Martins fontes, São Paulo, 2008.

_____. FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. **Desenvolvimento, complexo industrial da saúde e política industrial**. Rev Saúde Pública 2006;40(N Esp):11-23.

_____.et al. **O Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil: formas de articulação e implicações para o SNI em saúde**. Revista Brasileira de Inovação, [S.l.], v. 12, n. 2 jul/dez, p. 251-282, aug. 2013. ISSN 2178-2822. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/540/377>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Ed. Paulinas, 2010.

_____. **Para Entender O Capital**: Livro I. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica**: (excertos). São Paulo: Barcarola, 2011.

_____. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes: Ed. Universitária São Francisco, 2013.

HEINRICH, Michael. **Uma coisa com qualidades transcendentais**: o dinheiro como relação social no capitalismo. Disponível: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/20/uma-coisa-com-qualidades-transcendentais-o-dinheiro-como-relacao-social-no-capitalismo/>

HESSEL, Stéphane. **Indignez-vous!** 2011, Espagne: Beta, Barcelone; Indigène éditions.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo; Abril Cultural, coleção os economistas, 1985.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Ed. Revan e Goethe-institut, Rio de Janeiro, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das letras, 2001.

HUSSON, Michel. 2008. **“A Systemic Crisis, Both Global and Long lasting,”** Workers Liberty website, July 24. Disponível em: <http://www.workersliberty.org/story/2008/07/21/marxists-capitalist-crisis-7-michel-husson-systemic-crisis-both-global-and-long-las> .

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma crítica do valor**. Portugal-Lisboa, Antígona, 2006.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro; Editora Objetiva, 2007.

KRUGMAN, Paul. **A Consciência de um liberal**. 2010, Rio de Janeiro, Ed. Record.

KLIMAN, Andrew. **The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession**. New York: PlutoPress, 2011.

LABOUR PARTY: **1945 Let Us Face the Future: A Declaration of Labour Policy for the Consideration of the Nation**. Disponível em: <http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab45.htm>

LÊNIN, Vladimir I. Ulianov. **O Imperialismo Fase Superior Do Capitalismo** (Ensaio Popular). Obras Escolhidas, Tomo 1. São Paulo; Ed. Alfa Omega, 1979.

LETIZIA, Vito. **A Grande Crise Rastejante**. Ed. São Paulo; Caros Amigos, 2012.

LÖWY, Michael e BESANCENOT, Olivier. **Afinidades Revolucionárias**. Ed. Unesp, São Paulo, 2015.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação Do Capital: Estudo Sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1970.

_____. **Textos Escolhidos. Volume I (1899-1914)**. Org. Isabel Loureiro, 2011, São Paulo, Ed. Unesp.

LUZ, M.T. **As instituições médicas no Brasil**. Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2014.

_____. **A disciplina das doenças e a razão social: categorias médico-sociais no século XIX**. In _____ **Natural, Racional, Social. Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 83-116, 1988.)

MANN, Thomas. **A montanha Mágica**. São Paulo; Ed. Schwarcz, Companhia das Letras, 2017.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **The Meaning of the Second World War**. London: the imprint of New Left Books, 1986.

_____. **O significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARCONDES, Danilo & JAPIASSU, Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR, 2005. 2004.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o Advento da teoria social**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. Boitempo, São Paulo, 2014.

MORAES, Reginaldo Carmello Correia. **O Chile de Pinochet: Cérebros e Músculos do Neoliberalismo**. Revista de sociologia e Política, N°4/5, 1995. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39370/24187>

MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo; Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Nova cultural, São Paulo, 1988. Livros I, II e III em volumes: I,II,III,IV e V.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção do Capital.** Volume I. São Paulo: ed. Nova cultural, 1988a.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro II: O Processo de Produção do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: O Processo de Produção do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858.** Madrid, España: SigloVeintiuno editores, 2007, Libros 1,2,3.

_____. **Crítica Da Filosofia Do Direito De Hegel.** Boitempo, São Paulo, 2014, 3ª edição.

MENDES, Aquilas. **Tempos Turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado.** São Paulo, Hucitex; 2012.

_____. **A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo?** Saúde Soc. São Paulo, v.24, supl.1, p.63-78, 2015.

_____. Os impasses dos direitos sociais trabalhistas e do financiamento da seguridade social e da saúde brasileira no capitalismo contemporâneo em crise. In: Helton Saragor de Souza; Áquilas Mendes. (Org.). **Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo: enfermagem em foco.** 1ed.Rio de Janeiro: Doc Content, 2016, v. 1, p. 15-41.

MERHY, Emerson Elias. **Capitalismo e a Saúde Pública: A emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo.** Rede Unida, Porto Alegre, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo; Boitempo, 2002.

ORIONE, Marcus Gonçalves Correia. **Por uma crítica imanente sobre os limites das políticas públicas de direitos sociais e o Estado na produção do bem comum no modo de produção capitalista.** Saúde Soc. São Paulo, v.24, supl.1, p.55-65, 2015

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2016

PAULANI, L. M. & ROTTA, T. N. **A teoria monetária de Marx: Atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo.** Revista Economia: Brasília (DF), v. 10, n. 3, p 609-633, set/dez 2009.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo.**Graal, Rio de Janeiro, 1980.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social.** São Paulo; Boitempo, 2014.

STOCKHAMMER, Engelbert. 2004. "Financialization and the Slowdown of Accumulation." Cambridge Journal of Economics 28: 719-41.

VÉDRINE, Hubert e JAFFRÉ, Jérôme & outros. **10 mai 1981: retours sur une victoire.** Paris, 2011; EDITIONS FONDATION JEAN-JAURES.

VERCELLI, A. **Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes and Lucas.** Cambridge University Press, London. 1991.

Disponível: <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/90036075.pdf>

WOLIKOFF, Serge. **A atualidade do espírito da Resistência francesa**. São Paulo, Biblioteca Diplô, 2004. Disponível em: <http://diplo.org.br/2004-03,a891> (pesquisa realizada em 10/04/2017)

WHO. **The WORLD HEALTH REPORT 2000**. Health Systems: Improving Performance. Geneve, 2000. Disponível: http://www.who.int/whr/2000/en/whr00_en.pdf

_____. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. 1946. Disponível: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>

Rogério Vincent Perito

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9191003603366287>
Última atualização do currículo em 14/08/2017

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2010), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(2000) e mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo(2017). Atualmente é ASS Pleno do Banco do Brasil SA. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Econômica. Atuando principalmente nos seguintes temas: economia política da saúde, capitalismo e saúde, história econômica da saúde. **(Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)**

Identificação

Nome	Rogério Vincent Perito
Nome em citações bibliográficas	PERITO, R. V.

Endereço

Endereço Profissional	Banco do Brasil - Direção Geral, CSI/SP - Crédito Imobiliário. Rua XV de Novembro, 384 Centro 01013000 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (011) 37913113
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2017	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: A crítica da economia política da saúde pública: os limites da saúde como direito social, Ano de Obtenção: 2017. Orientador: Áquilas Mendes. Palavras-chave: economia política da saúde; capitalismo e saúde; história econômica da saúde. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: economia. Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.
2002 - 2010	Graduação em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: Crítica da Economia Política da Mundialização Financeira: Neoliberalismo, Imperialismo e Guerra. Orientador: Jorge alano Garragory.
1998 interrompida	Graduação interrompida em 2000 em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Ano de interrupção: 2000

Formação Complementar

2017 - 2017	Rosa Luxemburgo Hoje. (Carga horária: 12h). Fundação Rosa Luxemburgo, ROSALUX, Brasil.
2016 - 2016	Reflexões sobre o pensamento econômico e social em saúde: contribuições de. (Carga horária: 3h). Centro de Apoio à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, CEAP/FSP, Brasil.
2008 - 2008	13º Encontro - Compart. Experiên. e potenc.. (Carga horária: 40h). Associação Nacional das Instituições Planejamento, Pesquisa e Estatística, ANIPES, Brasil.
2008 - 2008	Fontes de dados e metodologias para construção de. (Carga horária: 40h). Associação Nacional das Instituições Planejamento, Pesquisa e Estatística, ANIPES, Brasil.
2006 - 2006	Curso Livre de Teoria Crítica. (Carga horária: 30h). Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, Brasil.

Áquilas Nogueira Mendes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7310723011915165>
Última atualização do currículo em 21/08/2017

possui doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - (2005), livre-docência pela USP (2012) e pós-graduação em Política e Relações Internacionais pela Lancaster University da Inglaterra (1984). Atualmente é professor livre-docente de economia da saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP e de seu programa de pós-graduação em Saúde Pública, professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), ex-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres) (2007-2010) e vice-presidente (2003-2007). Autor de "Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo fianceirizado", Hucitec, 2012 e vários outros livros e artigos e com experiência de consultoria e pesquisa na área de Economia Social, com ênfase nos seguintes temas: economia da saúde, financiamento da saúde e do SUS, gestão orçamentária e financeira das políticas públicas, com destaque para a área da saúde, economia da previdência social e da assistência social, finanças públicas, economia e desenvolvimento e economia política na América Latina. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Áquilas Nogueira Mendes
Nome em citações bibliográficas	MENDES, Áquilas Nogueira; MENDES, ÁQUILAS; MENDES, AQUILAS NOGUEIRA

Endereço

Endereço Profissional	Faculdade de Saúde Pública - USP, Departamento de Prática de Saúde Pública da FSP/USP. R. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira César 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (011) 30617784 URL da Homepage: http://www.fsp.usp.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2000 - 2005	Doutorado em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. Título: Financiamento, Gasto e Gestão do SUS: a gestão descentralizada semiplena e plena do sistema no Estado de São Paulo (1995-2001), Ano de obtenção: 2005. Orientador: Sônia Miriam Draibe. Palavras-chave: Financiamento da saúde; Economia da Saúde; gasto em saúde. Grande área: Ciências da Saúde Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: ECONOMIA DA SAÚDE. Setores de atividade: Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social.
1983 - 1984	Especialização em Política e Relações Internacionais. Lancaster University, LANCASTER, Inglaterra. Título: Brazilian Revolutionary Movements (1960-1974). Orientador: R H Baker.
1978 - 1982	Graduação em Administração. Fundação Armando Álvares Penteado, FAAP, Brasil.

Livre-docência

2012	Livre-docência. Faculdade de Saúde Pública da USP, FSP-USP, Brasil.
-------------	--